

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**ENTRE A COR E O SENTIMENTO, *UM CERTO INSTINTO DE
NACIONALIDADE*: IDENTIDADE NACIONAL E LITERÁRIA NAS CRÍTICAS
E CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS (RIO DE JANEIRO 1858 – 1908)**

Paulo Thiago Santos Gonçalves da Silva

Brasília, Maio de 2006.

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**ENTRE A COR E O SENTIMENTO, *UM CERTO INSTINTO DE
NACIONALIDADE*: IDENTIDADE NACIONAL E LITERÁRIA NAS CRÍTICAS
E CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS (RIO DE JANEIRO 1858 – 1908)**

Paulo Thiago Santos Gonçalves da Silva

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em História - Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder da Universidade de Brasília.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa M. Brasil

Brasília, Maio de 2006.

Entre a cor e o sentimento, *um certo instinto de nacionalidade*:
Identidade nacional e literária nas Críticas e Crônicas de Machado de Assis
(Rio de Janeiro 1858 – 1908)

Brasília, 26 de Maio de 2006.

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Vanessa M. Brasil – UnB/Brasília
(Presidente)

Prof. Dr^a. Diva do Couto Gontijo Muniz – UnB/Brasília

Prof. Dr^a. Maria T. Ferraz Negrão de Mello – UnB/Brasília

Prof. Dr^o. Antônio José Barbosa – UnB/Brasília
(Suplente)

Ao verme que primeiro roerá as frias
carnes do meu cadáver, dedico
como saudosa lembrança estas
breves linhas.

AGRADECIMENTOS

À amiga, professora e orientadora Dr^a Vanessa Maria Brasil, por todos esses anos que esteve presente na minha formação, não apenas acadêmica, mas humana. Pelas lágrimas e risos, pela sua dedicação, paciência e carinho.

Às professoras Dr^a Diva do Couto Gontijo Muniz, Maria T. Ferraz Negrão de Mello e Antônio José Barbosa pela participação, não apenas como membros da banca, mas por ajudarem a trilhar os prazerosos e conturbados caminhos da vida acadêmica.

Aos amigos, e não citarei nomes para não incorrer no erro do esquecimento, que sempre estiveram presentes compartilhando os mais diversos momentos e que souberam me incentivar nesta jornada.

Aos colegas mestrandos Augusto Matos e Renata Almendra que juntos ingressaram no Programa de Pós-graduação e que compartilharam as orientações da professora Vanessa, dividiram as salas de aula, idéias, angústias e alegrias.

À minha família, pai, mãe, irmãos e sobrinho, pelo amor incondicional, pelo constante incentivo, pelo colo carinhoso, por todos os momentos que desfrutamos juntos e que de alguma maneira me conduziram ao dia de hoje.

Muito Obrigado.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| RESUMO | V |
| ABSTRACT | VI |
| INTRODUÇÃO | 01 |
| CAPÍTULO I | |
| Pensar os brasis oitocentistas: pluralidade e diversidade de idéias | 09 |
| CAPÍTULO II | |
| Urbanidade, Modernidade e Perseverança: musas inspiradoras de uma <i>nova geração</i> | 41 |
| CAPÍTULO III | |
| Um cenário de cores: índios, negros e brancos na formação da identidade nacional brasileira | 69 |
| CAPÍTULO IV | |
| Entre a cor e o sentimento: <i>um certo instinto de nacionalidade</i> | 102 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 131 |
| FONTES IMPRESSAS/BIBLIOGRAFIA | 134 |

RESUMO

O Brasil Oitocentista foi marcado pelo processo político da Independência e, posteriormente, por um projeto de construção da nação, de uma identidade nacional, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – criado em 1838. Instituto esse que passou a ser compreendido como a materialização da idealização de uma nação nos trópicos. Porém, não apenas nos corredores do IHGB a nação e a identidade nacional vinham sendo discutidas. Esse era um tema que ocupou as mentes dos mais diversos personagens do Brasil Imperial. Entre esses notáveis, encontramos na figura de Machado de Assis, mais especificamente em suas Críticas e Crônicas, uma intensa preocupação, não apenas com a nação, mas, com a formação de uma literatura nacional. Nesse sentido, estas linhas que se seguem têm como preocupação entender quais as preocupações de Machado de Assis com as questões nacionais, de que maneira a literatura poderia contribuir com o projeto nacional e, nesse período, o que faria da literatura brasileira, brasileira?

Palavras-chave: História, Literatura, Identidade Nacional, Machado de Assis, Crítica, Crônica.

ABSTRACT

Brazil in the 1800 was determined by the Independence political process and, later on, by an project designed to build the nation and a national identity under the rule of the Brazilian Historical and Geographical Institute – IHGB – founded in 1838. This Institute was understood as the materialization of the idea of a nation in the tropics. However, not only on the halls of the Institute were the ideas of nation and national identity being discussed. These were topics that were on the minds of the many famous characters that inhabited Brazil during the Empire. Among those notable people we find Machado de Assis, who harbored an intense interest not only with the ideas concerning the nation, but also with the foundation of a national literature. That being said, the paper that follows aims to understand which were the worries of Machado de Assis concerning the national issues, in what ways could literature contribute to the national project, and what would make Brazilian literature truly Brazilian in that time frame.

Keywords: History, Literature, National Identity, Machado de Assis, Criticism, Chronicle.

INTRODUÇÃO

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela *Gazeta de Notícias* contra essa lenda de meio século. Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga. Houve algumas palavras, entre elas a *Independência ou Morte*, — as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga. Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos.

Machado de Assis

A *verdade dos fatos* foi a tarefa que conduziu os historiadores do século XIX em seu ofício de relatar a nossa história pátria. O *Grito do Ipiranga* o grande momento de nossa história, de nossa independência, de nossa liberdade. O sete de setembro, tendo em D. Pedro I o nosso herói nacional, marca, não apenas o dia de nossa emancipação política, mas uma interrogação que insiste em não findar: Quem somos nós?

Porém, esta, aparentemente, simples pergunta desencadeará um sem-fim de eventos, de acontecimentos, de desdobramentos que, registrados pela pena de tão hábil autor, nos conduzirá por um tempo em que o *ser brasileiro* ainda era um projeto a ser constituído, em que o *Brasil* não era uma nação, em que a resposta para tal questionamento, residia em vontades. Vontade de ser. Vontade que se projeta e se conjuga em tempo futuro. Talvez a pergunta não seja: *o que somos nós?* Mas sim: *o que queremos ser?*

Se no Primeiro Reinado funda-se o Estado, na Regência e, principalmente no Segundo Reinado, tenta-se fundar uma Nação. A vinda da família real portuguesa em 1808 transplanta para as terras brasileiras, colônia lusitana, a sede do governo Imperial. Muito mais do que uma mudança de endereço, a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, traz um novo modo de vida, uma nova cultura, hábitos, desejos. Desejos de emancipação, de independência, de liberdade.

O retorno de D. João VI a Portugal transforma o desejo em temor. Medo de que se restabeleçam antigas relações, medo da possibilidade de mais uma vez estar subjugado por um pacto. Se nesse momento não havia *brasileiros*, havia aqueles que, de alguma maneira e por algum motivo, se identificavam

com estas terras tropicais, com a sua região, com a sua província. Pessoas que, movidas por ideais ou por desejos particulares, lutaram, mesmo sem armas, nem exércitos ou inimigos muito bem definidos, pela sua liberdade.

Assim como o Estado parece ter precedido a nação, a independência parece ter antecedido o conflito. O 7 de setembro desencadeou uma série de conflitos que levariam à consolidação de nossa emancipação política. Por fim, uma nova Constituição, se não aclamada, num país que se pretendia liberal, outorgada por aquele que seria o primeiro Imperador de um país agora livre.

Consolidada a independência, mas não a nação. Éramos um país livre, desvencilhado dos grilhões coloniais, mas não tínhamos um povo, uma cultura, pelo menos não em seu sentido compartilhado. Não compartilhávamos de imagens de um mesmo Brasil, não nos sentíamos pertencentes a uma mesma nação, não nos identificávamos com uma cultura, não transcendíamos as fronteiras de nossa região. Não tínhamos unidade, não tínhamos uma identidade nacional.

Identidade essa que nesse momento assume um caráter institucional. Mesmo não negando que as identidades também se desenvolvem nas ruas, entre os populares, nas festas, na religiosidade, nas tribos, nas senzalas, forjar uma identidade nacional, construir uma nação passou a ser, no século XIX, um projeto, uma missão. Construir, forjar, verbos que têm em seu significado um sentido de produto final, que um dia estará pronto. Mesmo que hoje discordemos desse sentido final, mesmo que acreditemos em uma dinâmica, em uma eterna mudança da identidade, essa não era a idéia que os intelectuais oitocentistas compartilhavam. Acreditava-se em um projeto futuro, que teria o seu início, seu impulso inicial, entre os intelectuais, e que um dia, não tão distante, se consolidaria.

É ainda no Período Regencial que será fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que podemos encarar como a materialização do projeto de construção da nação. Nessa instituição, a elite intelectual oitocentista – sejam eles políticos, historiadores, literatos – delimitava os princípios que regeriam a nação brasileira. O projeto nacional brasileiro refletia os anseios de uma elite que já se havia estabelecido e que pretendia se manter como tal. Nesse sentido, a história pátria deveria ter em seu princípio um ideal

de continuidade. Um elo de ligação entre o novo país e a antiga *mãe*. Ligação essa que nos colocaria entre as nações civilizadas do mundo.

Para tal tarefa, o *manual histórico* do botânico Karl Friedrich Philipp von Martius, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, se firmará como referência àqueles que se aventuraram nos labirintos da história pátria. Martius propõe uma história que se pautem em dois principais pilares: a continuidade e a observância das três raças. De maneira hierarquizada, brancos, índios e negros seriam as raças que teriam constituído o nosso povo, e que constituiriam a nossa nação. Por esse motivo, seria de primordial importância a observância de cada raça, levando em consideração sua origem, sua história, suas características, sua moral e costumes e como cada uma delas reagiu, ou influenciou e foi influenciada pelo contato com as demais.

A importância do IHGB e do *manual* de von Martius pode-se observar nos livros de história, artigos e pesquisas que posteriormente seriam produzidos pelos membros dessa Instituição. Influência essa que se pode constatar em obras como a de Varnhagem, em sua *História Geral do Brasil* ou em Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*, nos quais a presença das três raças, dentro de uma linha de continuidade com a história lusa, garantiria, assim, a pretensa superioridade dada à raça branca.

Porém, não apenas nos corredores do IHGB a questão nacional foi discutida, não apenas nos livros de História é que se buscou construir uma identidade brasileira. De certa maneira, as discussões acerca da nação atingiram outros membros da sociedade brasileira. Se é demasiado perigoso afirmar que o debate sobre a nacionalidade estaria na pauta de todas as conversas desse imenso território brasileiro, não se pode negar que esse era um tema que esteve presente entre os letrados do Império e que, mesmo sem grande percepção, era constituída pela maioria da população, seja nas festas populares, seja na elaboração de cantigas, seja em rodas de capoeira, seja nas marchinhas de carnaval.

E é exatamente entre esses letrados do Império que buscamos, nesta dissertação, tentar entender como a nacionalidade e a identidade nacional foram percebidas nos oitocentos. Porém, seria demasiada pretensão a nossa, e quiçá um equívoco, buscar abarcar a totalidade de um tempo, de um tema. Por isso, nos apressamos em selecionar. Eleger, recortar, excluir. Verbos que

acompanham de perto o ofício do historiador. Talvez sejam essas escolhas, inclusões e exclusões que tornem o trabalho de cada historiador único, *original*, já que parece ser uma árdua missão se aventurar por terrenos nunca antes visitados.

Mesmo elegendo os letrados como nosso primeiro recorte, na tentativa de delimitar o imenso campo de possibilidades, nosso objeto de pesquisa ainda se mostra como uma pedra que necessita ser lapidada. Falar simplesmente em *letrados* não restringe suficientemente tão vasto e diverso grupo. Afinal, essa denominação pode abarcar todo e qualquer um que exerça o ato de escrever. Seguindo esse raciocínio, o nosso próximo talho busca cercear um pouco mais nosso objeto, e, assim, em nossa pedra começa a surgir sua primeira feição: a literatura.

Mas o que nos leva até a literatura? O que poderia ter essa com a questão nacional? De que maneira poderia contribuir com a nação? No século XIX, seja no Brasil, seja nos demais países ocidentais, a literatura, vista dentro das amarras acadêmicas, vivia a sua fase romântica. O romantismo caminhava de mãos dadas com os projetos nacionais, contribuía no sentido de dar cores aos países, a unificar uma língua pátria, a divulgar idéias, a imaginar uma nação.

No Brasil, o Romantismo enfrentou uma série de dilemas. Muito mais do que ajudar com a construção da nação, esteve intimamente e exaustivamente envolvido na sua própria formulação. Sejam mais claros. É dentro desse período romântico brasileiro que a construção de uma literatura nacional, brasileira se confunde com o projeto de construção de uma nação. Nesse sentido, a literatura produzida em solo brasileiro ao mesmo tempo em que busca constituir uma determinada nacionalidade, constitui a si própria como tal.

É neste movimento em que a literatura, ao mesmo tempo em que contribui para a consolidação da nacionalidade brasileira, tenta se afirmar como nacional, que reside a nossa preocupação. Ou seja, o que faria da literatura brasileira, brasileira? Como essa se portou frente a um *projeto nacional*? Em que momentos ela esteve em sintonia ou em dissonância com os ideais do IHGB?

Esses questionamentos despertaram em nós o interesse em elaborar esta dissertação. Porém, temos que concordar que essas são perguntas por

demais abrangentes e que extrapolariam a pertinência deste trabalho. Para remediar esta situação, mais algumas lixadas em nossa pedra poderiam dar uma maior particularidade ao nosso objeto. Para isso, a delimitação do nosso espaço e tempo ficou estreitamente vinculada a um outro recorte: nossas fontes.

Se a literatura já era uma assertiva, caberia escolher talvez apenas um gênero literário, quiçá somente um autor. Escolhemos um escritor, mas não apenas um gênero. Nossa ousadia nos levou a Machado de Assis, nosso acanhamento a apenas dois gêneros: a crítica e a crônica. E é a partir dessa escolha que adotamos, para a difícil tarefa de dar um recorte tempo/espaço ao trabalho, as balizas temporais referentes ao período em que Machado se debruçou sobre os temas referentes à nacionalidade e a literatura nacional em suas obras por nós selecionadas: 1876 a 1907. O que demonstra uma grande arbitrariedade do recorte de tal tarefa, pois, com sua morte, não se encerram suas discussões, sua presença, suas idéias. Quanto ao recorte espacial, assim como nosso autor, que nunca saiu de sua cidade natal, elegemos o Rio de Janeiro como espaço de estudo por ser a cidade na qual circulavam semanalmente, em seus jornais, a nossa fonte. Antes de ganhar as páginas de livros, os romances, poesias, críticas, crônicas e contos machadianos tiveram nos jornais fluminenses a sua primeira acolhida. Acontecimento esse comum entre as produções literárias oitocentistas.

Partindo então das crônicas e críticas de Machado de Assis, sem nos negarmos a recorrer aos outros gêneros literários pelos quais ele atuou, podemos dar os toques finais à nossa pedra, agora quase preciosa. Se abarcar toda a literatura oitocentista constituiria uma ousadia por demais perigosa, optamos por nos atermos às percepções machadianas sobre o seu tempo e, mais especificamente, sobre a questão nacional. Ou seja, como o *Bruxo do Cosme Velho* esteve envolvido com tais questões? De que maneira Machado percebia a nossa literatura naquele momento? O que, em sua opinião, faria da nossa literatura, brasileira? Como essa poderia contribuir ou colaborar para o *projeto nacional*?

Essas perguntas posteriormente se abrirão em um leque de infinitas outras possibilidades de questionamentos, as quais este trabalho não tem a pretensão de esgotar. Porém, servem de guia, de farol, para que não nos

percamos de nosso objetivo, para que possamos constituir o nosso objeto. Com alguns nortes já predefinidos, a literatura surge e se une à história nessa tentativa de nos aproximarmos do passado, do acontecido, daquilo que ficou para trás, perdido no tempo e que apenas nos deixou vestígios, documentos.

Nesse sentido, a literatura será a nossa fonte, o nosso documento, será ela que nos permitirá imaginar o passado, reconstituir possibilidades do vivido, vislumbrar, se não o acontecido, o que se gostaria que tivesse ocorrido. Por meio dela, buscaremos acessar os sentidos possíveis de uma realidade que já não mais nos pertence, que vagueia pelo tempo sem rumo certo, sem verdades a serem decifradas, sem um passado que espera pelo historiador para ser desvendado.

Partindo então da leitura, fichamento, seleção, exclusão e análise de nossas fontes, leitura da historiografia pertinente ao tema, discussões acadêmicas, seja em sala, seja em aulas, o prazo vai se esgotando, e a escrita se faz necessária. É neste momento em que tecemos a história, que costuramos historiografia, documentos e teoria. Que sonhamos e imaginamos passados, que fabricamos ligações, sentidos, analogias, que, por fim, concretizamos nosso ofício. Tarefa árdua, convenhamos, mas de certa maneira necessária.

Porém, essa não é uma atividade que se possa desenvolver livremente, nossa imaginação está limitada, balizada. Limitada por nossos vestígios, nossas fontes, nossos documentos, que dão o limite à nossa imaginação, que nos diferencia dos demais gêneros literários, que nos conduz à certa busca pela *veracidade*, muito mais do que pela realidade. E, assim como a história, a escrita, principalmente em seu sentido acadêmico, restringe-se a modelos, divide-se em capítulos, inicia-se em sua introdução, e tem o seu desfecho, se não em uma conclusão, em suas considerações finais. E este trabalho não se furta a esse padrão.

Dentro dessa organização e na busca por essa tão escorregadia literatura brasileira, ou que assim se quer, dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos que se dispõem da seguinte maneira: Na tentativa de elaborar um pequeno panorama das discussões oitocentistas acerca da nacionalidade e, já perpassando a barreira temporal do século XIX, no início do século XX, nosso primeiro capítulo se destinará à discussão historiográfica de três autores

que, de maneiras distintas, mas não necessariamente conflitantes, debruçaram-se sobre a questão nacional.

Refletindo o eixo principal do pensamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, selecionamos como primeiro autor Karl Friedrich Philipp von Martius, mais especificamente em seu trabalho intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil* para iniciarmos nossa discussão. Em seguida, também ligado ao IHGB, elegemos Francisco Adolfo de Varnhagen, fazendo uma ligação entre a história e a literatura, em seu *Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil* e, por fim, Sílvio Romero, agora propriamente na literatura, com seu *Compêndio de História da Literatura Brasileira*.

A partir desses autores, pretendemos alcançar uma maior compreensão sobre o período, no que diz respeito à preocupação de seu tempo com a construção de uma nação e à formulação de uma identidade nacional, e, a partir dessa, estabelecer parâmetros para que posteriormente possamos identificar como Machado se posicionou e quais as diferenças e semelhanças de seu pensamento frente às demais opiniões circulantes que lhes são contemporâneas.

Dando seqüência, nosso segundo capítulo terá como preocupação central a importância da literatura no contexto da formulação do nacional. Como essa poderia contribuir, e de que maneira, para o *projeto nacional* e, mais especificamente, como Machado percebeu a literatura oitocentista no momento de surgimento de uma Crítica Literária, e a importância do crítico para o desenvolvimento de uma literatura que se quer brasileira.

Em nosso terceiro capítulo, a tão discutida questão racial se faz presente. Três raças: brancos, negros e índios formando um povo. Se nas mais diversas obras do século XIX, sejam elas políticas, históricas ou literárias, essa discussão se faz presente, em sua grande maioria, como tema central da nossa nacionalidade, como então essa discussão surgiria no pensamento de Machado. Como esse tema se refletiria nas Críticas e Crônicas, de que maneira se assemelha ou divergem dos demais autores, e haveria mesmo essa preocupação? Essas são as questões que irão guiar este capítulo.

Por fim, encerramos nosso trabalho na busca de indícios que nos leve à nossa pergunta inicial: o que faz, para Machado, da literatura brasileira, brasileira? Quais os elementos que caracterizariam uma literatura brasileira?

Em que momento essa literatura se encontrava? Quais os destinos possíveis que Machado previu para a literatura pátria? Como essa poderia contribuir para a formação de uma identidade literária e nacional? Por fim, com que tipo de *literatura brasileira* Machado sonhou?

Convidamos-lhes a participar desta aventura histórica pelas páginas da literatura *brasileira*, pelas críticas e crônicas do Bruxo do Cosme Velho. Não garantimos respostas finais, fins certos, pontos de chegadas. Nosso roteiro prevê passagens pelo passado, por um período que se perde no tempo e que se reencontra na história. Partimos do presente, passaremos pelo Império, em terras de um país, quiçá um dia nação. Um reino tropical, de natureza exuberante, colorida, de um povo miscigenado, filhos de índios, negros e brancos. Uma gente que, se ainda não se identifica, já carrega certo *instinto*. Sejam bem-vindos ao Brasil de Machado.

CAPÍTULO I

PENSAR OS BRASIS OITOCENTISTAS: PLURALIDADE E DIVERSIDADE DE IDÉIAS

Passados sete dias do mês de setembro do ano de 1822, a história oficial narra que, às margens do riacho paulista, o príncipe regente D. Pedro I proferiu o Grito do Ipiranga: *Independência ou morte*. Até hoje, vez ou outra, ainda nos deparamos com quem discuta a existência de tal acontecimento. Há quem diga que não houve nem grito, nem Ipiranga. Porém, independente de tais discussões, o 7 de setembro permanece como marco de nossa história, formalizando a independência do Brasil e colocando em destaque a problemática da Nação e da Identidade Nacional: Quem somos nós?

No momento em que tínhamos um país livre, em que rompíamos os grilhões das relações coloniais, uma grande sensação de vazio se instaurava após a euforia inicial. Temos um Estado, mas não temos uma Nação. Na contra-mão do que acontecera na Europa, a consolidação política do Estado brasileiro não foi precedida pela construção da Nação. Não nos reconhecíamos como um povo, não seguíamos uma bandeira, não entoávamos um hino, mal sabíamos o que éramos - não tínhamos uma identidade nacional.

É nesse sentido que entendemos o 7 de setembro como marco das discussões sobre a nação e a identidade nacional. Já que o Estado precedeu a Nação, a preocupação agora passa a ser a construção de uma unidade (seja ela em seu sentido territorial, institucional, literário, cultural) que faça do Brasil, mais que um país, uma Nação. Este modo de construção de identidade nacional faz com que as atenções se voltem para o futuro, que se trilhem caminhos para que as próximas gerações possam viver em um grande país. Ou seja, a idéia de um passado mítico, de retorno a uma época dourada, parece não se encaixar nesse momento histórico já que o tempo progresso é sinônimo de escravidão, subjugação. Nega-se o passado, cria-se a esperança no futuro.

O pouco contato com a experiência de construção de uma identidade nacional se deu por parte de pequenos grupos de brasileiros favoráveis à

independência. Tais grupos lutaram em alguns conflitos com as tropas portuguesas que aqui se encontravam desde 1808, após o desembarque de D. João VI em terras brasileiras. Para esses brasileiros criava-se assim a idéia de um inimigo externo que, por negação, indicava as primeiras idéias do que seríamos nós. Se não sabíamos o que éramos, nesse momento sabíamos o que não éramos: portugueses.

A concretização da Independência ainda passaria por vários outros acontecimentos. Conflitos ocorreriam em diversas regiões do Brasil; no Sul do país e na Bahia encontramos os mais importantes deles. A província Cisplatina seria palco de vários confrontos contra tropas portuguesas que, após a sua retirada em 1823, levaria a uma outra grande disputa, agora, entre uruguaio e brasileiros pela independência da região. Na Bahia, os embates pela independência geraram centenas de mortos, chegando a seu fim apenas no dia 2 de julho de 1823, data essa considerada tão significativa pelos baianos quanto o 7 de setembro.

Porém, essas experiências regionais não denotavam caráter unitário nacional. No Sul, os interesses em jogo naquele momento em nada se ligavam às necessidades do Norte ou Nordeste. As motivações daqueles que empunhavam armas e saíam para o campo de batalha, no intuito de se desvencilharem da Metrópole lusitana, refletiam as angústias e necessidades locais, os interesses específicos.

A consolidação da Independência ainda teria que percorrer outros caminhos e levaria algum tempo para se resolver. O reconhecimento internacional da independência brasileira, que por parte da Inglaterra já o era informalmente, passa a ser fortificado pelo reconhecimento norte-americano em 1824. Por fim, em 1825, somos ratificados pela antiga Metrópole, a partir do tratado no qual o Brasil concordava em compensar Portugal em 2 milhões de libras pela perda da antiga colônia¹.

Passado todo esse processo de consolidação da Independência, o foco agora se voltava para a construção de uma nacionalidade. Mas é principalmente sob as barbas de D. Pedro II que tais preocupações nacionais se intensificam. Governantes, políticos, intelectuais, artistas, literatos,

¹ Esse valor não é consenso entre os historiadores. Para tal cifra nos baseamos na obra de FAUSTO, Boris. História do Brasil, São Paulo: Edusp, 2001.

estrangeiros, viajantes, todos se mostram bastantes inquietos quando o assunto diz respeito à idéia de Nação. Na boca de cada um deles, perguntas que insistiam em não calar: o que somos nós? O que nos faz brasileiros? O que nos une? A identidade nacional é assunto constante nas pautas de discussão: políticos discursam eloqüentemente em nome da pátria e do povo, poetas imprimem em seus versos elementos da nossa natureza, pintores retratam nossas paisagens, estrangeiros adentram-se em nosso território mapeando e narrando cada momento de suas viagens.

E é em fins da década de 1850 que podemos encontrar estampadas, nos mais diversos jornais fluminenses, as primeiras publicações daquele que se tornaria um dos maiores escritores brasileiros: Joaquim Maria Machado de Assis. Em um tempo de difícil publicação e circulação de livros, os jornais tornavam-se campo privilegiado de divulgação de obras literárias. Em especial chamam-nos a atenção dois tipos de publicação do referido autor, as críticas e as crônicas. Como afirma Luiz Roncari: “Quase tudo o que Machado escrevia passava primeiro pela imprensa: artigos, crônicas, críticas, poesias, contos e romances-folhetins; antes de ganharem a forma de livros, eles eram publicados em jornais e revistas.”² E serão nas críticas e crônicas, estampadas nas páginas de jornais em que Machado expõe suas primeiras preocupações sobre o tema de nossa reflexão: a identidade nacional e literária que se encontra em processo de construção no século XIX.

Suas críticas, dispersas no tempo, têm seu ponto de partida em fins da década de 1850, mais especificamente em 9 e 23 de abril de 1858, quando o primeiro texto crítico do então jovem Machado de Assis, do alto dos seus dezenove anos, é publicado em *A Marmota Carioca* sob o título de *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura*. Nele, o autor tecerá um panorama da literatura oitocentista fazendo reflexões sobre o nosso passado colonial, a sua época e, por fim, traçar algumas projeções para o futuro da nossa literatura. As críticas, muitas vezes ásperas, recriminam a literatura colonial que, segundo Machado, não soube romper os grilhões que nos sujeitavam a um governo *absoluto* e *bárbaro*. O presente é visto como momento de construção de uma literatura, embora ainda muito presa aos

² RONCARI, Luiz. Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, n. 50, jul./dez. 2005, p. 242.

parâmetros europeus, e que deve fazer sua revolução, dar seu grito de independência, para que seja garantido um futuro no qual possamos por fim ter uma literatura brasileira.

Nosso intuito, neste primeiro capítulo, é tentar perceber a circulação de idéias que dizem respeito à nacionalidade brasileira para que, no decorrer dos demais capítulos, tenhamos parâmetros para perceber como Machado de Assis se posicionou sobre determinados assuntos: no que concordou, no que se distanciou, ou seja, quais as suas percepções sobre a questão nacional em um cenário composto por uma diversidade infindável de idéias de “nação” que, aos olhos de quem a vê, um dia quer unitária. Para esta tarefa, propomo-nos a elaborar uma discussão historiográfica que possa abarcar qualitativamente as querelas sobre a construção da Nação e os temas que possivelmente poderão se relacionar a essa questão. Para o desenvolvimento deste capítulo, selecionamos três autores que se destacaram pela importância de seus escritos e idéias no que diz respeito ao tema em questão.

O primeiro eleito é o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius, que chega ao Rio de Janeiro em 1817, junto de seu companheiro Johann Baptist von Spix, e é encarregado de estudar a opulentíssima flora e fauna brasileira a mando da então arquiduquesa da Áustria, Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, casada com o príncipe-herdeiro D. Pedro, futuro Imperador do Brasil. No entanto, não é sua carreira de botânico que nos interessa, mas sim o trabalho de von Martius junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais especificamente na sua obra denominada *Como se deve escrever a história do Brasil*³, datada de Munique, a 10 de janeiro de 1843 e publicada na Revista do IHGB, tomo 6.º, nº 24, correspondente a janeiro de 1845.

Dando seqüência à tarefa de montar um pequeno quadro das discussões acerca da nacionalidade brasileira, selecionamos aquele que ficou mais conhecido como o *Historiador do Império* - Francisco Adolfo de Varnhagen - autor da conhecida *História Geral do Brasil*. Porém, apesar da grandiosidade desse trabalho, nos debruçaremos com maior atenção sobre o seu *Ensaio Histórico Sobre as Lettras no Brazil*, que se encontra publicado

3 MARTIUS, Karl Friedrich Philipp, von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

como precedente à obra intitulada de *Florilégio da Poesia Brasileira*⁴, devido ao seu caráter de crítica literária, aproximando-nos das obras machadianas por nós selecionadas para esta dissertação.

Seguindo esse raciocínio, para completar este pequeno panorama do pensamento nacional, optamos por uma obra-autor de caráter literário que se diferencia das demais escolhas pelo seu deslocamento espacial (já que este se encontra em Recife) e intelectual, pela sua participação na Escola de Recife. Como nosso último eleito, selecionamos Sílvio Romero e seu *Compêndio de História da Literatura Brasileira*⁵, publicado no ano de 1906.

Tendo escolhido os autores e obras que servirão de base para as primeiras percepções do momento histórico em que as discussões sobre a nação e a nacionalidade se encontravam no recorte temporal que demos a este trabalho, e para que possamos montar nosso cenário acerca de tal assunto, tendo como protagonistas tais atores, passemos ao confronto das idéias sobre a nacionalidade, tendo sempre como parâmetro a idéia de um projeto nacional que se quer uno e que possa dar uma identidade coesa a nosso país.

O século XIX, além de palco das discussões da nacionalidade, é o momento em que o discurso historiográfico ganhava *status* de cientificidade e ocupava os espaços das universidades na sua forma de disciplina. Nos países da Europa, a disciplina História articulava-se num quadro ainda mais amplo, onde a nacionalidade e suas questões derivadas tinham posições de destaque. Nesse sentido, a disciplinarização da História mantém estreita ligação com os temas que orbitavam o debate nacional.

No Brasil, as mudanças que afetam a história não fogem ao modelo importado da Europa, o que trará conseqüências para o trabalho do historiador em solo brasileiro. Porém, no Novo Continente, o espaço de produção de nossa historiografia não será o mesmo. Longe dos corredores universitários, dos grandes debates e competições acadêmicas, a historiografia brasileira será fruto do espaço da academia de escolhidos,

4 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946.

5 ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

filhos das relações sociais, que seguem os moldes das academias ilustradas da Europa do século XVIII. Como nos chama a atenção Manoel Luís Salgado:

O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.⁶

Sendo assim, é na corrente de um projeto que prevê a consolidação de um Estado Nacional que a historiografia brasileira irá se viabilizar. E é no ano de 1838 que esse empreendimento se materializa, quando, sob a regência do Marquês de Olinda, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB teve sua fundação atrelada à tarefa de garantir um perfil para a tão sonhada Nação brasileira, que lhe garantisse uma identidade própria entre as demais Nações civilizadas.

O IHGB nascia sob os auspícios do Império brasileiro com a árdua missão de dar a tão vasto e diversificado país uma cara, um rosto que representasse o povo, o país, a nação brasileira. Mas esse era um rosto que já nascia com alguns traços delineados, esboçados pelas elites brasileiras. Elites essas que podemos vislumbrar se prestarmos maior atenção à lista de fundadores do IHGB. Dos seus vinte e sete fundadores, grande parte de seus membros se destacavam na vida política imperial, como o Visconde de São Leopoldo e os Marechais Raimundo da Cunha Mattos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que já prestavam seus serviços de homens públicos desde os tempos de D. João VI.

Muitos outros poderiam ser citados, cônegos, parlamentares que iniciaram na política durante a Assembléia Constituinte de 1823, ministros, entre outros. Porém, o que se faz importante aqui notar é a estreita relação que esses tinham com o Império e como estavam afinados com a sinfonia imperial de um projeto nacional, no qual o Estado, no período Regencial e mais tarde D. Pedro II se faz regente. Este conluio entre as elites e o Estado, materializado em instituições, faz-se presente no artigo de Lúcia Maria Bastos P. Neves acerca dos intelectuais brasileiros nos oitocentos:

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 05.

A preocupação do estado, através de suas elites, de edificar a nação brasileira, resultou assim em uma nova interferência do poder público nas questões culturais. É nesse sentido que se pode compreender a criação de instituições, tais como o Colégio Pedro II, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sempre sob o controle ou a égide do poder central.⁷

Fazendo parte dessa elite, se não política, intelectual, que encontramos nosso primeiro autor. Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, von Martius sintetizará as idéias circulantes entre os intelectuais brasileiros ligados ao IHGB, criando uma espécie de manual para o fazer historiográfico que se alinhava com o projeto nacional. Tal obra, que seria reeditada anos mais tarde e levaria a medalha de ouro como o melhor trabalho histórico do ano de 1884, abriria os caminhos para os futuros historiadores que construiriam nossa historiografia, tais como o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu.

Para von Martius, a história do Brasil deve ser guiada pela observância dos chamados *elementos que concorreram para o desenvolvimento do homem*, no caso do nosso país, as *três raças*, raças essas vistas a partir dos elementos cedidos, no que diz respeito às particularidades físicas e morais, de seus encontros, suas mútuas relações, resultando em mesclas e mudanças. Três raças que formariam a população brasileira oitocentista, que para o autor são as de *cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana e a preta ou etíope*.

O que futuramente será conhecido como o *mito das três raças* inaugura-se nas palavras de von Martius como motor, como eixo central à compreensão da história do Brasil, do que o fazia único, que lhe daria uma identidade. Fruto da mescla de três raças distintas, caberia ao historiador agora distinguir com o que cada raça contribuiu, o que cada um de nós herdamos de cada um deles. Nas palavras de von Martius:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a êste respeito um motor especial; e tanto maior será a sua

7 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (Org). O estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999, p 09.

influência para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças.⁸

Herdeiros da civilização européia, por sangue lusitano, essa influência, esse grau de energia, estará ligado a uma forte hierarquização das três raças, tendo na branca o seu ponto mais alto. O português, representante da raça branca, caucasiana, é classificado por nosso botânico como o *descobridor, conquistador e senhor*, o mais poderoso e essencial motor, que deu as garantias e condições morais e físicas para um reino independente. Tal hierarquia fica clara no discurso de von Martius quando afirma:

Sei muito bem que *brancos* haverá, que a uma tal ou qual concorrência essas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica* do Brasil.⁹

A compreensão de nossa história não poderia iniciar sem que se tivesse como referência a nossa descendência lusa, afinal, “o sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica.”¹⁰ Logo, o 7 de setembro não pode ser marco de ruptura, mas de herança de um país predestinado a dar continuidade ao Império Português. Esse pensamento de von Martius faz jus ao momento por ele vivido, afinal sua obra se referia a um país de imperador brasileiro, porém, herdeiro da dinastia portuguesa.

O segundo capítulo é dedicado aos índios, tendo como título: “Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da história do Brasil”. Como alertado anteriormente pelo autor, seria um grande erro, apesar da já destacada superioridade aferida aos portugueses, para os princípios da historiografia pragmática, desprezar as forças dos indígenas e negros. A investigação da história dos *aborígenes americanos*, que se estende além dos tempos das descobertas, seria de fundamental importância para compor a *história pátria*.

8 Id. Ibidem. p. 30.

9 Id. Ibidem. p. 31.

10 Id.

Segundo von Martius, como elemento formador da atual população, o estudo do índio e sua história faz-se necessário para a formulação de um juízo certo sobre a *natureza primitiva* dessa raça e para que se possa demonstrar como se formou o seu estado moral e físico em seu contato com os imigrantes. Só assim pode-se determinar o grau e influência dessa raça para a formação do brasileiro. E para isso von Martius nos fornece um pequeno guia, que, se publicado separadamente, bem que poderia ser intitulado de “A Verdade que o historiador deve trilhar”. Uma série de perguntas abre nosso manual:

Que povos eram aquêles que os portugueses acharam a Terra e Santa Cruz, quando êstes aproveitaram e estenderam a descoberta do Cabral? Donde vieram êles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*?¹¹

Folheando um pouco mais, encontraríamos, passo a passo, os caminhos que deveríamos tomar. Passo número um: devemos considerar o indígena brasileiro como ente físico e compará-lo com os povos vizinhos, da mesma raça. Segundo passo: investigar a extensão de sua atividade espiritual para, com isso, conhecer a alma e a inteligência do indígena. Para tais procedimentos, a língua dos índios, geral ou tupi, deveria ser considerada como documento de pesquisa e seguir-se-iam de estudos etnográficos. O uso da lingüística, juntamente à etnografia, far-se-ia necessário para unir a língua e os estudos sobre a Mitologia, as Teogonias e as Geogonias dessa raça brasileira, a fim de que o pesquisador conseguisse se aprofundar nos seus estudos e melhor compreender o *aborígine americano*.¹²

Estudar as cerimônias religiosas, buscar os vestígios de símbolos e tradições de direito, lançar olhares sobre as relações sociais, utilizar a etnografia e a arqueologia, todo esse aparato científico montado por von Martius para se estudar o índio brasileiro, de maneira geral, já teria um fim pré-determinado: ressaltar a *inferioridade*, a *degradação*, a *degeneração* de uma raça, que assim se faz, por comparação à raça que deve ser louvada, a branca. O pré-conceito na obra de von Martius suplanta a pretensa

11 Id. Ibidem. p. 34.

12 Id. Ibidem. p. 35.

objetividade científica que o autor pretende transparecer em seu texto. Suas propostas de pesquisas soam de certa forma como desnecessárias, se levarmos em consideração que ele mesmo já nos oferece as conclusões que tais trabalhos alcançarão.

O terceiro capítulo é dedicado aos *Portuguêses e a sua parte na história do Brasil*. Em suas primeiras palavras sobre o assunto, nosso autor destaca o encontro dos portugueses com os *autóctones*, quando da *descoberta* do Brasil, e a influência negativa que estes teriam exercido sobre os colonos. Apesar do que, para von Martius, seria um reduzido número de índios aqui encontrados, as invasões eram constantes e hostis, o que obrigou aos portugueses, no intuito de apenas se defender, a criar o *Sistema de milícias*.

Os portugueses surgem, para o autor, como os descobridores que, aqui chegando, foram obrigados a acautelar-se dos nativos. Seria esta já uma forma de justificar uma colonização nada pacífica, para não dizer violenta e sangrenta, principalmente no que diz respeito ao contato com os índios que aqui se encontravam? Se o intuito de criação de tais milícias era apenas de proteção, as suas funções parecem ter ido muito além dos desígnios de sua concepção.

Para von Martius, as milícias foram de fundamental importância na gênese do país, já que estas teriam criado e preservado o *espírito aventureiro* que levaria os portugueses às viagens de descoberta e à extensão do domínio português, e, conseqüentemente, a chegar e colonizar o Brasil. Elas também favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres e formação de cidadãos capazes de pegar em armas contra os desmandos das autoridades, sejam elas governamentais ou religiosas. E, seguindo essa linha de raciocínio, o sucesso português frente às ameaças holandesa e francesa, séculos mais tarde, seria fruto das milícias.

Martius monta uma verdadeira genealogia do que seria esse certo espírito aventureiro e guerreiro: um espírito que não se deixa subjugar frente ao inimigo. Um espírito, convenhamos, parece não ter contribuído com muito sucesso na *índole* do brasileiro, como von Martius acredita, se levarmos em consideração os vários exemplos de não-participação da população nos momentos decisivos de nossa história. Talvez, tais características só tenham

sido transmitidas aos membros de algumas elites. Ou, como se refere Machado de Assis, ao 7 de setembro, “(...) de uma meia dúzia de homens eminentemente patriotas.”¹³

Entretanto, se von Martius inicia seu capítulo acerca dos portugueses quando esses *descobriram o Brasil*, a história brasileira não teria a sua *origem* nessa data. O *historiógrafo* brasileiro não poderia perder de vista a história da colonização e do comércio, do mercantilismo português, pois sem isso correria o risco de perder um pretenso nexos existente entre a descoberta do Brasil e as *façanhas marítimas, comerciais e guerreiras portuguesas*. Nesse trecho, von Martius reafirma o pensamento, que se fará hegemônico entre os membros do IHGB, de uma história brasileira que se coloca como uma continuidade da história portuguesa: não seríamos apenas herdeiros da história portuguesa, mas também de certa missão. Como afirma Manoel Luís Salgado:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção de uma idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece como continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.¹⁴

Nessa idéia de continuidade, para von Martius, o desenvolvimento brasileiro teria estreitas relações com as viagens portuguesas. O exemplo da colonização lusa em terras africanas dentro de uma idéia de continuidade faria todo o sentido, já que, a partir dessa ocupação, mais tarde viriam *fortes braços* para trabalhar em nossas terras. Grande parte do desenvolvimento do nosso país se deveria aos escravos africanos, logicamente, tendo à frente o empreendimento do português.

Por todos esses motivos, faz-se, para von Martius, necessário o estudo não apenas da história das navegações portuguesas, mas da índole e dos costumes portugueses, uma vez que o povo português levou para o Brasil a sua *direção*, seu *espírito* e seu *coração*. E, para tais estudos, no intuito de se tentar entender como se deu a contribuição lusitana à formação

13 COUTINHO, Afrânio (Org).Machado de Assis. Obra Completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 785.

14 Id. Ibidem, p. 06.

do brasileiro, os documentos dos jesuítas parecem ser os *únicos monumentos daqueles remotos tempos*. Com isso, destaca-se a importância do IHGB como compilador e guardião dos documentos nacionais.

Por fim, no que diz respeito à influência portuguesa, gostaríamos de destacar um trecho que nos chama bastante a atenção devido ao tema que estamos trabalhando. Martius, além da importância que deveria ser dada à vida religiosa, econômica, política e militar dos portugueses no Brasil, destaca a necessidade de serem observados as escolas brasileiras, os seus métodos de ensino e o grau de instrução, para que se possa perceber o *estado das letras na mãe pátria*. A literatura ganha importância na formação de uma identidade que parece não conseguir romper os laços maternos que a ligam a Portugal. Nossa vida literária deveria ser percebida pelo historiador brasileiro com bases no progresso da poesia, da retórica e de todas as demais ciências em Portugal, ligando-a, segundo von Martius, à sua posição relativa aos demais países europeus, para, a partir desse ponto, destacarmos as influências que exerceram sobre a *vida científica, moral e social dos habitantes brasileiros*.

Após páginas de exaltação e glorificação às heranças que a raça branca, aqui representada pelos portugueses, nos deixou, von Martius reserva míseras duas páginas de seu último capítulo para a raça negra. Como destaca Guimarães: “O negro obtém pouca atenção de von Martius, reflexo de uma tendência que se solidificará neste modelo da história nacional: a visão do elemento negro como fator e impedimento ao processo de civilização.”¹⁵

A raça africana em suas relações com a história do Brasil: o título deste capítulo é algo que já nos chama a atenção. Diferente dos demais, que, de forma distinta, referem-se à história dos índios e dos portugueses como *parte* da história do Brasil, a raça africana não fará parte, mas apenas manterá relações com a nossa história.

15 Id. Ibidem. p. 16.

“Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros.”¹⁶ Com essa afirmação, von Martius inaugura o capítulo, e desconversa:

Se para melhor ou para pior, êste problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar tôdas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população.¹⁷

A primeira pergunta que nos vem à mente é: por que ele só faz tal indagação quando se refere ao negro? Não faria o mesmo sentido ter esse questionamento em relação aos índios? Mesmo incluindo o negro na formação do brasileiro, esse é constantemente excluído de sua participação. Podemos sentir, na leitura do manual, o incômodo que a questão do papel do negro e da escravidão traz àqueles que se dedicam à questão nacional.

Sendo a presença negra algo que já não se pode negar, e que o seu contato com os portugueses já vem desde antes da descoberta, von Martius indica os caminhos e indagações mais importantes que o historiador deve seguir para a compreensão das influências do elemento negro. Segundo o autor:

“(...) mister é indagar a condição nos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc. etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sôbre o Brasil.”¹⁸

Tais indagações, porém, devem ser feitas não só para o momento em que os negros foram importados para o Brasil. Tais pesquisas devem ter seu início, reforçando mais uma vez a idéia de continuidade, desde os primeiros contatos dos portugueses a época das grandes navegações com os nativos da África e a influência que eles receberam da raça africana.

Finalizando sua breve incursão sobre a raça negra, von Martius conclui seu quarto capítulo ressaltando a importância de se pensar a história do Brasil como a de uma “(...) nação cuja crise e mesclas atuais pertencem à

16 Id. Ibidem. p. 49.

17 Id.

18 Id. Ibidem. p. 49.

história universal, que ainda se acha no meio de seu desenvolvimento superior.”¹⁹ Porém, este pertencimento à *história universal* parece só o ser por uma dependência à história lusitana, já que, nas palavras de von Martius: “Nos pontos principais, a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses (...)”²⁰, não possamos excluir as raças etiópica e índia.

Como último capítulo, nosso autor tenta dar o arremate ao problema do regionalismo brasileiro. Em rápidas palavras, ressaltando o inestimável apreço às obras, a época, já existentes sobre as províncias, que em sua maioria têm um *espírito de crônicas*, essas não satisfazem a *verdadeira história*. Faz-se necessário, dentro de tão vasto e diverso território, que se eliminem as relações de fatos que não detenham importância histórica, que se destaque o que cada província tem em particular em suas relações com a *mãe pátria* e, principalmente, que se escreva uma obra histórica que seja capaz de despertar o “(...) amor da pátria, coragem, constância, indústria, felicidade, prudência, em uma palavra, tôdas as virtudes cívicas.”²¹

Sem perder de vista o manual de von Martius, outro autor que ficou marcado como representante do ideal do IHGB na questão nacional é Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador do Império. Varnhagen, sócio do IHGB, tem em sua *História Geral do Brasil*, obra de maior conhecimento público, a concretização dos ideais de uma história nacional aos moldes de von Martius e do projeto Imperial.

Porém, a despeito da importância dessa obra, elegemos outro texto para a nossa discussão. Dentro da nossa proposta de trabalhar a literatura, o *Ensaio histórico sobre as letras no Brazil* coloca-se como a obra que, em nosso trabalho, faz a ponte entre a proposta histórica de construção da nação e de uma identidade brasileira e o papel da literatura nesse projeto. Para isso, acreditamos, nada mais representativo do que uma obra literária escrita por aquele que recebeu as alcunhas de *historiador do Império* e foi considerado

19 Id. Ibidem. p. 50.

20 Id.

21 Id. Ibidem. p. 54.

por José Veríssimo como o *verdadeiro fundador da história da nossa literatura*, em sua *História da literatura brasileira*.²²

Em um belo artigo sobre a literatura oitocentista, ou mais especificamente, sobre *O cânone literário e história da literatura em Varnhagen*, Ricardo André Ferreira Martins, crê que para se entender a literatura produzida no século XIX faz-se necessário, antes de qualquer coisa:

(...) um balanço da crítica naturalista do século XIX, na qual as relações entre literatura e história eram vistas em forma de dependência. Neste sentido, a literatura, em relação à história, não era vista nada mais como simples epifenômeno, um mero reflexo de seu tempo e da sociedade na qual se vinculava. (...) a tarefa fundamental do crítico era demonstrar uma total dependência da literatura em relação à história.²³

Para Martins, essa lógica parece lhe cair como uma luva. Ao fim, o autor escolhido para desenvolver seu trabalho reflete bem essa afirmação. Mas será que essa *verdade*, essas grades de ferro não deixam nenhum espaço para que se possa desenvolver uma literatura que fuja ao padrão pré-estabelecido pela historiografia do IHGB? Essa será uma questão a ser investigada.

Como dito anteriormente, o ensaio a que vamos nos ater agora se encontra na obra intitulada de *Florilégio da poesia brasileira* ou, como o subtítulo dado pelo próprio autor destaca: *colleção das mais notáveis composições do poetas brasileiros falecidos contendo as biografias de muitos delles*. Eis o motivo do nosso interesse específico pelo Ensaio.

Seguindo a linha de continuidade histórica entre Brasil e Portugal, tão ressaltada por von Martius, em seu ensaio Varnhagen dá início às suas discussões a partir da situação em que se encontrava a literatura na península ibérica. Assim, à época do descobrimento, as letras e a literatura, tais como Portugal e Espanha, se encontrariam no seu auge no início do século XVI. Portugal polia-se sem se desgarrar de sua filiação galego-

22 VERISSIMO, José. História da literatura brasileira: De Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

23 MARTINS, Ricardo André Ferreira. O Cânone literário e história da literatura em Varnhagen. In: PÓS-História: Revista de PÓS-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista) Assis, SP: Arte&Ciência Editora, 2001, p. 126.

asturiana e sem corromper o valor das articulações latinas. A língua portuguesa se fazia passar pela grande representante do antigo castelhano.

Porém, apesar de tão grande esplendor literário pelo qual passava a língua portuguesa, esse parece não ter chegado ao Brasil com os primeiros colonos. O objetivo desses estava mais concentrado na tarefa de se fazer fortuna, não poesias, nas palavras de Varnhagen: “Ao Brazil não passavam poetas; é, pois, necessário esperar que elle se civilise, e que os poetas ahi nasçam e vigorem os seus frutos.”²⁴

Se nestes primeiros anos de colonização os portugueses não se atinaram à produção poética, Varnhagen destaca a produção de certo gênero de poesia indígena, que era utilizado para o canto e relatava as façanhas dos antepassados. Tal *gênero de poesia*, de conhecimento dos missionários jesuítas, fora utilizado como meio de catequese. Esses ensinavam os índios a cantar, o que acabou gerando, mais tarde, a composição de pequenas comédias ou autos sacros, considerado pelo nosso autor como o “(...) primeiro impulso da poesia e do teatro no Brazil.”²⁵ É do encontro do índio com o português que teríamos a nossa gênese literária?

Segundo Varnhagen, o Brasil, sob a bênção divina, deveria ser um território privilegiado para que as letras venham a servir como refúgio para o *talento*, para que os poetas se *inspirem*, e não imitem, na *poesia que brota no seio do país*. Por fim, para que sejam *originais, americanos*. Talento, inspiração, originalidade: eis os três grandes eixos que deveriam guiar nossa literatura nacional.

Interessante notar que o conceito de originalidade de Varnhagen é posto como sinônimo de *americano*, de uma natureza americana que de certa maneira nos associa à América espanhola, como se fizéssemos parte de um grande continente que nos une por nossas características físicas, naturais. Não sem razão o autor dedica algumas páginas para a literatura na América espanhola, ressaltando a importância dessa para uma *literatura americana*. No entanto, mesmo com a destacada importância de uma literatura americana, uma ressalva se faz necessária:

24 Id. Ibidem. p. 11.

25 Id.

Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e os clássicos da mãe-pátria. Não. A América, nos seus deferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adoptar, e possuir-se bem dos preceitos do bello, que os antigos receberam da Europa.²⁶

Aqui, o discurso de Varnhagen aproxima-se muito ao de von Martius, principalmente no que diz respeito a uma idéia de vínculo literário entre a nossa produção e a da chamada *mãe pátria*, um ideal de continuidade que se opõe frontalmente a qualquer tipo de ruptura ou revolução, numa tradição que se perpetuará na construção de uma nacionalidade ligada a um projeto imperial refletido, institucionalmente, no IHGB. Continuidade essa constatada por Ricardo Salles em seu livro *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, quando afirma que:

De maneira geral, podemos dizer que a produção historiográfica de Varnhagen visava acentuar a ligação entre a colonização e a civilização européias representada pelo elemento português e a nova nação. A solução monárquica pós-independência era o elemento assegurador da continuidade da carga cultural e civilizatória luso-européia colonial. A permanência da casa reinante dos Bragança era vista como a materialização mesma desse fato.²⁷

No caso da literatura, muito mais do que herdeiros de uma tradição portuguesa, para Varnhagen somos legatários dos preceitos gregos e romanos, explicitando assim a influência de uma história genealógica na nossa literatura. Muitos dos preceitos que regem a historiografia oitocentista também terão reflexos na vida literária.

Para Varnhagen, aquele que busca romper com a tradição legada pela *mãe pátria* na busca de originalidade e ostentação de patriotismo correria o risco de sair dos trilhos da civilização e eleger os canibais, *que tanto assaltaram as colônias de nossos antepassados para devorá-los*, como arautos da singularidade e do nacionalismo. Varnhagen não pode admitir que abusem da poesia, pois, em suas palavras: “Deu-nos Deus a inspiração

26 Id. *Ibidem*. p. 15.

27 SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 31-32.

poética para o louvarmos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização, e exaltar o ânimo a acções generosas (...)”²⁸. Se somos herdeiros da tradição portuguesa, também o somos de sua *missão* civilizadora.

Segundo o autor, os primeiros poetas que aqui surgiram e aqui excluíram os índios que há poucas páginas apareciam como responsáveis pelo primeiro impulso de nossa poesia e teatro, teriam saído dos colégios de jesuítas. Poetas como o franciscano Vicente do Salvador, nascido na Bahia no ano de 1564, ou o seu compatriota, o padre Domingos Barboza que escrevia seus versos em latim. Porém, apesar desses pequenos suspiros, a atividade literária brasileira, para Varnhagen, só tem início após a guerra contra os holandeses. Isso por um *simples* raciocínio: a guerra despertou o ânimo e desviou a atenção dos simples ganhos e interesses mesquinhos, fazendo com que os poetas se ocupassem com a arte do engenho. Esse é o argumento que o autor se limita a nos dar para explicar esse marco da atividade literária no Brasil, e conclui:

Toda a guerra de alguns annos, quando bem dirigida, convém de tempos a tempos às nações para despertar de seu torpor. O sangue é fecundo, quando bem derramado, e a conquista de glórias é tão necessária a um povo-nação, como o argumento de suas rendas.²⁹

Mas, sendo herdeiros da tradição européia, e ligados historicamente por uma continuidade, o que distinguiria nossa literatura da dos portugueses? A primeira pista para tão complexa resposta reside na diferença notada pelo autor no nosso acento. O nosso *acento*, levando em consideração as suas diferenças nas distintas províncias, teria sempre certo *amaneirado*, diverso do português e pelos quais as duas nações se reconhecem. Para alguns, esse *amaneiramento* se dá porque no Brasil o português se *castelhanou*. Mas será que apenas isso faria uma literatura *original*?

Em suas críticas, Varnhagen destaca aquele que seria o *primeiro poeta que se fez notável no Brasil*, Gregório de Mattos. E é nesse trecho que algumas pistas surgem para nos auxiliar a decifarmos essa questão. Nas

²⁸ Id. Ibidem. p. 15-16.

²⁹ Id. Ibidem. p. 17.

palavras do autor, Mattos era um satírico, que teve as primeiras manifestações de seu gênio ainda em Lisboa, na Academia dos Singulares e nas dos Generosos. Já aqui, em terras brasileiras, “(...) o descontentamento e o mal estar o irritaram a ponto tal, que em vez de satírico, era muitas vezes insolente.”³⁰

Os vãos que G. de Mattos se arrisca a dar e que, numa certa visão moralista de Varnhagen, extrapola os limites da herança literária européia e dos modelos clássicos, é severamente criticado, pois esse: “Se nas descrições das festas ou caçadas, em geral demasiadas prolixas, nos entretém e divertem, nas sátiras pessoais temos sempre que lamentar, que o poeta ultrapasse os limites da decência, e que algumas vezes deixe de ser cavalheiro.”³¹

Segundo Varnhagen, a precisão descritiva, a decência, o respeito à norma seriam critérios necessários que delimitariam os caminhos e cuidados que os autores deveriam ter em mente para uma boa literatura. Mas seriam esses os princípios que garantiriam e que tornariam nossa literatura brasileira? Bom, melhor darmos seguimento à leitura do ensaio.

Já nas últimas páginas, Varnhagen encerra o seu trabalho com a crítica a quatro autores: José Bonifácio, Paranaguá, Januário e Álvares de Macedo. O que primeiramente Varnhagen nos chamou a atenção é ao fato de que nenhum desses quatro teria dedicado sua vida à poesia, mas o fizeram por *distração*. Bonifácio era um naturalista, Paranaguá matemático, Januário pregador e Álvares de Macedo grande estudioso da filosofia. O que os une? A política. Todos eles se dedicaram à vida pública, sejam como deputados ou ministros, jornalistas ou escritores.

De Paranaguá, Varnhagen faz referência ao seu poema *Primavera*, das poucas obras de conhecimento público, “(...) tão notável pelo estylo e metrificção, mas onde faltava muita *cor americana*.”³² José Bonifácio, que *não se pode classificar como poeta*, pois a poesia lhe era refúgio do tédio que muitas vezes lhe causava a política, foi um satírico, que muito concorreu para a confecção do poema da Universidade de Coimbra, *O Reino da Estupidez*. E

30 Id. Ibidem. p. 22.

31 Id. Ibidem. p. 21-22.

32 Id. Ibidem. p. 46.

pára por aí o que Varnhagen tinha para falar de Bonifácio: sua presença no ensaio parece se impor mais pela importância política do que literária. Apesar dos elogios tecidos por Varnhagen, esse se limita a citar de passagem uma obra feita em Portugal e não se dá ao dever de, como feito com os demais autores que compõem o seu ensaio, comentar sua obra ou associá-la à literatura brasileira.

Não distante do papel de Bonifácio, a importância dada a Januário não reside em sua obra, mas em seus atos. Januário é citado por seu trabalho de pesquisador, de compilador das poesias brasileiras. Por fim, passemos ao último autor, Álvares de Macedo, que, segundo Varnhagen, seria o responsável pelo nosso primeiro poema herói-cômico, *A festa do Baldo*. Dada a convivência entre nosso autor e Macedo, uma informação se apresenta para nos ajudar a entender a questão que tentamos seguir o rastro: quais critérios uniriam esses autores? Vejamos o que nos diz Varnhagen:

A muita convivência que, na qualidade e collega, com Macedo tivemos, e a amizade que a elle nos ligava, nos permittiram quase que a assistir à composição dos últimos dois cantos de seu poema, ao qual, a pedido nosso, o autor decidiu dar uma côr *mais americana* na parte descritiva; e lastimamos que não desse ainda mais desenvolvimento a este nosso pensamento, quando quase simplesmente nomeia as frutas, etc.³³

Cor americana, eis o elemento que se repete, que parece ser elemento principal para uma poesia, para uma literatura nacional. Mas afinal, o que é esta cor americana, ou local? A primeira impressão que temos é que a cor americana, ou local, utilizada por Machado, como veremos mais tarde, seria o cenário que a *natureza americana* nos proporcionaria. Talvez como um pano de fundo, talvez como parte da cena. Frutas, animais, vegetações, rios, índios, elementos que compõem a *cor americana*. Mas deixemos essa questão para Machado, embora a retomemos nos próximos capítulos.

Com Macedo, Varnhagen encerra seu ensaio. Muitas questões ficaram sem resposta, por exemplo, o que faz uma literatura ser brasileira. Nosso autor, assim como de forma geral a maioria dos autores com os quais tivemos contato, é especialista em apontar, decidir, julgar aquilo que não é

33 Id. *Ibidem*. p. 47.

nacional. Mas não se atreveu a dizer o que as faria nacionais, brasileiras. Esperamos mais sorte com o próximo e último autor aqui analisado.

Faremos agora um deslocamento espacial que respeitará, logicamente, os recortes por nós eleitos. Sairemos da capital e do Império sairemos e transportar-nos-emos para 1906, ano de publicação do *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, assinado por Sílvio Romero e tendo como colaborador João Ribeiro.

Sílvio Romero, da Escola de Recife, tinha os seus ideais sobre a identidade e a nação brasileiras bastante atrelados a uma nova concepção de raça que, de certa forma, afastava-se do pensamento de Martius e Varnhagen. Romero já se ligava mais às idéias que se propagaram após a obra de Darwin, que revolucionaria o pensar, a raça e a origem do homem. Já Martius e Varnhagen aproximar-se-iam mais das idéias de Rousseau. Como afirma Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*:

Outros estabelecimentos ajudam a compor um panorama intelectual ainda mais diversificado. É o caso das faculdades de direito de São Paulo e Recife, que, preocupadas com a elaboração de um código nacional, utilizavam, porém, interpretações diversas: enquanto em São Paulo majoritariamente adotavam-se modelos liberais de análise, no Recife predominava o social-darwinismo de Haeckel e Spencer.³⁴

Mesmo que a comparação feita por Schwarcz tenha sido com São Paulo, o que importa destacar aqui é essa influência do darwinismo social e de Spencer na obra de Romero, que a faz distinta dos primeiros autores, mesmo que esses compartilhem de um objetivo comum: discutir nossa nacionalidade e identidade. Adentremos então o texto.

Ainda nas primeiras linhas do seu *Compêndio*, podemos encontrar uma das mais marcantes características de Romero, e que permeará os seus escritos: sua objetividade, sua imensa capacidade de ir direto ao ponto, de falar às claras, mesmo que muitas vezes não reflita com mais cuidado sobre as suas afirmações, o que fará de Romero uma figura intelectual bastante discutida e combatida. Já em suas primeiras linhas, ainda em sua introdução ao *compêndio*, Romero define com clareza o que entende por literatura

34 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 25.

brasileira. Para Romero, nossa literatura não é igual às demais, ela é fruto, é resultante de três fatores fundamentais: *meio*, *raça* e *correntes estrangeiras*.

Esses três agentes, em ação combinada, atuando nas idéias e sentimentos de um dado povo, originam as *criações espirituais*, ou seja, a literatura. Essa, no decorrer do tempo, ofereceria um *germe*, um *organismo* que se desenvolveria a partir do estímulo de forças internas e sobre pressão de correntes estranhas. A literatura seria obra de um combinado de meio, que se forja ao longo do tempo sob estímulos e pressões internas e externas.

O primeiro questionamento à crítica literária oitocentista por parte de Romero está numa demasiada atenção que teriam dado alguns *pseudo-críticos* às *forças estranhas*, ou mais claramente, à influência estrangeira. Os seus erros estariam na falta de visão acerca dos fenômenos espirituais da nação, apenas enxergando a face mais superficial e exterior. Não que Romero chegue a ponto de propor uma ruptura com as correntes estrangeiras, mas reclama uma maior atenção à sua pátria, aos acontecimentos que passam em seu solo, aos elementos internos,

(...) pois cumpre não perder de vista serem os fatores *primordiais* e *permanentes* de nossa vida espiritual, *respectivé* de nossa literatura – a *natureza* e a *raça*, que lhe constituem o organismo e a alma, e ser o fator *móbil, variável, externo* – a *influência*, a *imitação estrangeira*. Aberra quem desconhece os primeiros; erraria quem escondesse o último.³⁵

Para melhor compreendermos cada agente que forma nossa literatura, seguimos a ordem dada por nosso autor e comecemos pelo *meio*. Romero define o meio como sendo os aspectos gerais da natureza; o clima, a temperatura, a constituição geológica e geográfica e seus conseqüentes imediatos; o trabalho, a alimentação e as condições fisiológicas e sociais da população. A sua importância reside no seu papel de *agente diferenciador* no que diz respeito à vida nacional. Da sua constituição geográfica, três conseqüências influiriam diretamente na constituição da nação: 1) da extensão do seu território surgiria a diversidade das zonas climatológicas, de modalidades demográficas e sociais; 2) das quatro grandes depressões que circundam o planalto, a geração de semelhantes climas em nossa costa,

35 Id. Ibidem. p. 24.

produzindo as semelhanças sociais; 3) a articulação existente entre o planalto e as depressões que formam em todo o país um compacto, garantindo uma unidade política.

A tão perseguida unidade nacional aparece aqui como preestabelecida por um determinismo geográfico. Não foi um tratado, nem fomos nós que adentramos o interior e fincamos nossas bandeiras no intuito de alargarmos nossas fronteiras, essa já ali estava, só esperando que a viéssemos demarcar. Nas palavras de Romero: “(...) a União brasileira, antes de ser uma dádiva histórica e política, era já uma exigência da natureza; mas essa unidade não é incompatível com a variedade, que a própria extensão do país, dividida em trinta ou quarenta zonas geográficas dversas, é a primeira a indicar e impor.”³⁶

O meio influenciaria cada ramo de nossa vida. Na face jurídica, a extensão e as grandes distâncias seriam as responsáveis pela *lenta formação* da vida social e jurídica, da sua *primitiva* divisão territorial, política e administrativa. O meio afetaria diretamente os sistemas de impostos e tributação, nas vias férreas e no transporte de mercadoria. Muito mais do que influenciar, o meio *determinaria* a escravidão no Brasil: os índios para o trabalho nas bandeiras, para seu uso no interior, e os negros, a partir do litoral, para o uso dos colonos, para desbravar o país. O meio estaria presente em todos os níveis do social e a produção literária não ficaria de fora.

Nas produções literárias, o meio, representado pela natureza, ofereceria, nas mais distintas faces do nosso país, as suas belezas e encantos. Seria a fonte inesgotável de inspiração para nossos poetas. Acredito que o meio agiria aqui como algo próximo à *cor local* de von Martius e Varnhagen. “Costas, matas, montanhas, planaltos, chapadas, campos e tabuleiros, rios e lagos – tudo traz a marca desta imensa oficina de pitoresco.”³⁷

O segundo fator que irá influenciar a vida social e literária, *de alto a baixo*, é a *raça*. Se para Romero, o *meio* exerce uma extraordinária influência, a *raça* destacar-se-á ainda mais nesse sentido. Para entendermos

36 Id. Ibidem. p. 27.

37 Id. Ibidem. p. 28.

tal influência, faz-se necessária uma melhor compreensão de tal categoria, é importante que entendamos como o autor a percebe.

Romero destaca o conceito de *raça* em dois sentidos dentro do estudo sociológico: o antropológico e o histórico, esse último sendo mais valorizado pelos estudiosos da época. Nosso autor chega a destacar um certo encurtamento do valor antropológico e o alargamento na história, e diz: “Chegam quase a bradar: *não existem raças antropológicamente distintas e puras; existem apenas historicamente formadas.*”³⁸

Essa supervalorização do conceito histórico de *raça* é vista com grande desconfiança por Romero. Não que ele discorde do conceito histórico, mas acredita ser um *erro arranjado e aplaudido* a negação do conceito antropológico, pois a história encontra grande limitação quando busca ir além das explicações das diversas variedades, dos diversos ramos da grande *raça*, para Romero, a *ariana*. A história só teria a capacidade de explicar as diferenças de um mesmo grupo, pertencentes a uma mesma *raça*, mas pararia por aí, não teria condições de distinguir os diversos ramos das *raças* que formariam o gênero humano.

A antropologia que nesse período se ligava a uma noção *poligenista*³⁹, explicaria, assim, essa distinção das *raças*, já que essa teoria defendia a existência de vários centros criadores, que resultariam nas várias diferenças raciais. A visão antropológica, ligada ao princípio poligenista, traria as condições para uma explicação e distinção das três *raças* que formaram o nosso povo, destacando uma origem distinta das mesmas.

Interligando a visão antropológica com a histórica, Romero destaca os grupos de uma mesma raiz racial (portuguesa, inglesa, francesa, alemã, italiana, entre outras), como fruto da *raça ariana*, o que se infere na organização e diferenciação da formação das nações. Isso explicaria a importância, rejeitada por Romero, dada à história frente à antropologia na elaboração do conceito de *raça*. Importância essa que se pode entender, principalmente, se levarmos em consideração a historiografia do século XIX que se desenvolve e ganha grande importância pelo seu papel de destaque na formação das nações pelo Ocidente.

38 Id. Ibidem. p. 43.

39 Sobre poligenia e monogenia ver a o Segundo capítulo do Espetáculo das raças. Op. cit.

Mas para Romero, distante geograficamente do projeto nacional do IHGB e das idéias de Rousseau, que tanto influenciou o pensamento oitocentista, o peso antropológico no estudo da raça tem seu valor que não pode ser descartado, pois: “A história (...), não conseguiu, por mais que tenha destruído e misturado povos, ainda apagar as inconcussas verdades da antropologia e etnografia.”⁴⁰

Após longa defesa da antropologia e da etnografia nos estudos raciais, destituídas, segundo ele, de importância por alguns estudiosos, mas que nunca foram descartadas por estudiosos como von Martius e Varnhagen, como tivemos a oportunidade de ver, Romero nos chama a atenção para os meios de distinção racial que têm sido praticados no Ocidente. O processo de *aniquilamento* direto ou indireto seria o meio que se teria usado pelos europeus para se distinguir dos *selvagens* e *gentes inferiores*. Na visão dos dois primeiros autores discutidos neste capítulo, a *hierarquia racial* faz-se presente dentro de um esquema *científico* que se pretende objetivo, imparcial e livre de pré-conceitos.

Voltemos ao processo de diferenciação por *aniquilamento*. Esse processo foi feito de duas formas distintas, a direta e a indireta. A direta seria a que os anglo-saxônicos teriam utilizado nos Estados Unidos e na Oceania: a eliminação dos nativos seja por guerras, pela fome, pela falta de terras, propagação de doenças, entre outros meios. A indireta seria a que nos diria respeito, a utilizada pelos ibéricos, o *cruzamento*.

Dois pontos interessantes podem ser apontados nesse raciocínio de Romero. O aniquilamento do outro, que faz referência para a distinção entre indivíduos seria mesmo uma maneira de distinção? Se apenas restar um grupo de *iguais* não seria esse um método de homogeneização? Seriam assim tão distintos os métodos utilizados pelos anglo-saxônicos e pelos ibéricos? Não teriam esses dois grupos se utilizado das duas maneiras? Ou esqueceremos da enorme quantidade de índios que foram dizimados em nosso país? Fica a reflexão. Sigamos.

O cruzamento, para Romero, teria sido o método utilizado como forma de diferenciação por aniquilamento pelos portugueses há quatrocentos anos

40 Id. Ibidem. p. 44.

no Brasil, que seria uma maneira mais *humana*, se é que existe alguma forma de aniquilamento que seja humana, apesar de não ser mais meritória, pois as duas não seriam frutos de uma reflexão consciente, mas, sim uma queda, um pendor biológico instintivo e nada mais. Interessante, para uma época que prega tanto a racionalidade, o uso de um pretense *ato instintivo* como meio de justificativa, faz-se um pouco contraditório para o nosso olhar.

Portugueses, índios e africanos, eis os três povos, antropologicamente e etnograficamente distintos, que teriam nos forjado historicamente. Descendentes de raças distintas que em contato por quatro séculos teriam, por meio do cruzamento, dado uma cara aos filhos de nossa terra. No Brasil surge uma nova raça, uma *raça histórica*. Mais uma vez, sob a égide da hierarquia racial, para Romero: “Um fragmento da bela e valorosa raça ariana, já em si constituindo um caso disso que se chama *raça histórica* – os portugueses –, aliou-se a duas raças completamente diversas, sob todos os aspectos: índios americanos e negros d’África.”⁴¹

Para entendermos nosso povo, passemos a ver o que nos destinou a tão *valerosa* e *bela* raça ariana por intermédio dos portugueses. Para Romero, o povo português é serenamente equilibrado, docemente alegre e expansivo. Apaziguado, brando e avesso à tirania e à crueldade, pecam por não serem muito inventivos e empreendedores. Quem diria, logo os portugueses, que bateram o mundo em navios, em busca de novas rotas comerciais, que chegaram à África, à Ásia e às Américas, serem considerados pouco inventivos e empreendedores. Opinião bem distinta de von Martius, que tem em alta conta a história das grandes navegações portuguesas, que caracterizaria o caráter aventureiro e empreendedor do português e que se refletiria em nosso povo nos tempos das bandeiras.

De tal perfil, nos seria legado, pelos portugueses, a língua, a religião, o direito, a arte, a poesia e a literatura, ou seja, “(...) todas as manifestações espirituais que nos fazem co-participantes da moderna cultura ocidental.”⁴² Então, se quase todas as áreas da vida brasileira nos foram legadas pelos portugueses, qual o motivo de se estudar as outras raças? A importância das demais raças reside, segundo Romero, nas modificações que esses sofreram

41 Id. Ibidem. p. 46.

42 Id.

pelo meio e pelo cruzamento com os índios e africanos. O que produziu os mestiços, *de todos os graus* que formam a grande maioria da população. Ou seja, os índios e negros não deixaram um legado para a nossa população, apenas influenciaram o que foi deixado pelos portugueses.

Dos índios, que influenciaram no legado português, cinco ramos são considerados principais, pelo nosso autor, a partir de estudos feitos por Hervás, d'Orbingny, Martius, Couto de Magalhães, e continuados por Carlos von den Steinen, Ehrenreich e Capistrano de Abreu, em terras brasileiras: os tupis, os nu-aruaks, os caribas, os egês e os cariris. Apesar da diversidade de ramos e de sua distinta disposição no território, Romero, assim como os estudiosos em que se baseou, insiste em homogeneizar os índios dentro do conceito de raça previamente estabelecido, assim como o fez com a branca e o fará com a negra mais à frente, destacando *certas linhas gerais comuns a todas elas*.

No que diz respeito à religião, os índios ainda se encontravam em transição, entre o naturalismo animista para as primeiras concepções politeístas, e alguns já se iniciavam na astrologia. As indústrias eram de simples recolha, viviam do que a natureza lhes dava, eram caçadores e pescadores que, no máximo, desenvolviam uma agricultura rudimentar. Em política, viviam nas primeiras formas tribais, sob o mando espiritual dos pajés e temporal dos caciques. Não detinham propriedade, não possuíam organização social ou política fixa; eram nômades e desconheciam o metal. Por fim, no plano psicológico, tinham sentidos apurados e vista aguçada.

Para Romero, o encontro das três raças, o processo de miscigenação que daria nos *mulatos*, teria como base o legado português, herdeiro da raça ariana, nosso elo com a cultura, ou melhor, com a civilização ocidental. Tendo os portugueses como parâmetro, dentro de uma idéia de progresso e civilização, fica mais inteligível essa leitura dos índios como seres primitivos, bárbaros, perdidos no tempo, vivendo em suas *primeiras formas tribais*.

Desses, recebemos como herança, segundo Romero, o conhecimento de instrumentos de caça e pesca, de plantas alimentares e medicinais. Herdamos certos vocábulos, costumes locais, fenômenos da mítica popular e influxos de poesia. Nos sertanejos, é dos índios que veio o ânimo triste,

resignado, resistente, com tendência à depredação. E, também deles, a acuidade de sentidos, tão notável nessa gente.

Por fim, chegamos aos negros. Esses que, nas palavras de Romero: “(...) ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão de toda nossa história.” E conclui com forte crítica:

É preciso acabar com isto; é indispensável restituir aos negros o que lhes tiramos: o lugar que lhes compete em tudo que tem sido praticado no Brasil. E o que mais me admira é que não tenham já feito tantos negros e mestiços ilustrados, existentes no país.⁴³

Mas, será que esses tais *negros ilustrados* tenham sido tantos e tenham se percebido assim? Essa pergunta acaba por colocar em xeque o conceito de raça que tanto se pregava no século XIX e início do XX. Se esse conceito fosse tão bem definido, cientificamente delimitado, teríamos mesmo esse choque entre aquele que vê e o que se percebe como pertencente a uma *raça*? A palavra *ilustre* parece não se adequar, dentro dos pensamentos raciais do século XIX, ao conceito de raça negra. Talvez por isso o espanto de Romero frente à falta de reação dos *negros ilustres* ao silêncio da *sua raça*.

Sendo numericamente o principal elemento de povoamento do Brasil, os negros chegaram da África, advindos de três grupos principais: os siro-berberes, os etíopes e os negros. Tomando como parâmetro os índios, Romero afirma que esses são muito mais numerosos e que não se deixam subjugar (o que parece estranho, já que eles foram utilizados como mão de obra escrava ao invés dos índios), teriam um grau de cultura superior, conheciam os metais e as técnicas agrícolas.

Em termos de caráter, os negros seriam mais expansivos, de ânimo mais alegre, mais sadios, robustos e resistentes. Economicamente já abriam novos caminhos, desbravavam terras, cultivavam os engenhos e fazendas, formando assim o principal grupo responsável pela riqueza pública e particular no nosso país. Além do mais, destacaram-se como bravos guerreiros no Exército e na Marinha, formando o núcleo de resistência das forças armadas.

43 Id. Ibidem. p. 51.

Na história política, civil e literária, por intermédio de seus *parentes mestiços*, tiveram essa grande contribuição e participação em todos os tempos. Influíram, também, no caráter nacional através de seus hábitos, suas predileções, cantos e tendências psicológicas, essas não especificadas por Romero. Com tantas qualidades, principalmente frente aos índios, não é de se admirar que Romero proteste quanto ao esquecimento desses por seus antecessores. De certa maneira, escrever após o fim da escravidão, não estando ligado diretamente a um governo imperial que tem como um de seus pilares a escravidão, provavelmente possibilitou ao autor maior liberdade para discutir esse assunto.

Constatados os fatos, descritos os participantes, distinguidos os legados, fica a pergunta, que para o nosso autor seria a *vexata quæstio*: “(...) houve ou não vantagem na imensa mestiçagem dada ao Brasil, como em toda a América Latina e nas zonas dos Estados Unidos tomadas aos espanhóis, convém não esquecer, entre as três raças principais que o vão povoando.”⁴⁴

Essa é uma pergunta de difícil resposta, principalmente se levarmos em consideração os autores estrangeiros que discutiram a questão racial, e que em sua maioria concordam em um posicionamento rígido frente aos males que a miscigenação pode trazer. Como ressalta Schwarcz, em um exemplo dessa postura:

“O resultado da mistura é sempre um dano”, dizia Gobineau, buscando comprovar os diálogos negativos dos poligenistas. A idéia de uma evolução social única e geral aparecia como um engano, já que os “caracteres fixos existentes nas diferentes raças” determinavam a necessidade da perpetuação dos “tipos puros”, não alterados pela miscigenação.⁴⁵

Mesmo sendo de difícil resolução, tal pergunta parece conter várias respostas. Segundo Romero, aqueles que ele denomina de *românticos fantasistas*, nutridos de *ilusões*, esses acariciam a *doce miragem da imensa superioridade dos tipos cruzados*. Por outro lado, como reação a essas visões *fantasiosas* do mestiço, que teriam ultrapassado os limites dos *fatos* e

44 Id. Ibidem. p. 58.

45 Id. Ibidem. p. 64.

caído no exagero, a ciência teria dado rápida resposta. Nas palavras do próprio autor:

Destarte, podemos, à luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da via econômica do povo novo que ia se formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: *a)* para a formação e uma população aclimatada ao novo meio; *b)* para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; *c)* para preparar a possível unidade da geração futura, que amais se daria se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; *d)* para desenvolver as faculdades estéticas imaginativas e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como demonstrou o ilustre de Gobineau.⁴⁶

A mestiçagem, sobremaneira, parece ter sido importante para o desenvolvimento de nosso país. E, mais uma vez, a superioridade da raça branca vem à tona, pois, para Romero, a tão desejada unidade, apenas possível pela mestiçagem, só virá quando as *raças inferiores* deixarem de reproduzir entre si e se dêem, em cada vez maior escala, com os indivíduos da *raça branca*, por contraste, a *raça superior*. Quem sabe as previsões de Romero se concretizem e, como dito em páginas anteriores pelo autor: “Com a extinção do tráfico de africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada de europeus, poderá vir a predominar de futuro, ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável.”⁴⁷

Porém, nem tudo são vantagens no processo de mestiçagem. Essa é também responsável por certa instabilidade moral na população, causada por um descompasso entre as índoles e aspirações das raças. O que, de certa maneira, dificultaria a formação de um ideal nacional comum. O que fazer então para harmonizar tão distintas índoles e aspirações? Para Romero, a resposta reside na educação. Apenas essa poderia, aplicada com severidade, acabar com os defeitos gerados pelo cruzamento entre as raças.

Por fim, como último elemento para a formação da vida social e literária, Romero nos apresenta as influências estrangeiras. Essas, vistas por nosso autor como menos importante frente à raça e ao meio, terá apenas

46 Id. Ibidem. p. 59.

47 Id. Ibidem. p. 47.

duas ou três páginas reservadas à informação dos países que, de alguma maneira, nos influenciaram intelectualmente.

Para Romero, a Civilização, na América e, respectivamente, no Brasil, seria fruto de um processo de aclimação e de transformação da cultura europeia, do qual somos herdeiros por vias lusitanas. Pois, os *germes*, os modelos e forma do pensamento cultural são importados da Europa e dos Estados Unidos.

Nos três primeiros séculos, quando carecíamos de independência política e literária, seguíamos o modelo da metrópole. E esse processo se dava por meio de uma *dupla cópia*, pois “(...) era aquilo que ela fazia e aquilo que ela imitava.”⁴⁸ A partir de 1830, a época romântica tem na literatura francesa (que, segundo Romero, não teríamos abandonado até os seus dias) o principal molde. Mesmo quando entramos em contato com a tradição inglesa, alemã, russa e escandinava, essa só se faria por intermédio da crítica francesa.

Por fim, tivemos certo *alemanismo* tanto no campo literário, como no que diz respeito à imigração. Influência essa muito discutida e combatida. Para Romero, essas influências devem ser espalhadas, difundidas e assimiladas para que: “(...) não perturbem a nação brasileira, que é uma formação luso-americana, é o que convém.”⁴⁹

A literatura brasileira seria então um reflexo da vida social de nosso país. Ela espelharia nossa realidade e seria fruto de nossa formação. Teríamos, então, como base a raça branca, por herança portuguesa, modificada pelo meio e o cruzamento com índios e negros. Percebendo as características e legados de cada um deles, podemos não só chegar ao brasileiro, mas, se necessário, conduzi-lo por caminhos mais *apropriados*. Talvez seria esse um dos motivos da defesa da imigração europeia.

Três autores, um objetivo: pensar a nossa nacionalidade. Índios, negros e brancos, três raças na base da construção da nação. Costumes, influências, legados. O meio, a natureza, a cor local. Esses e muito mais fatores estarão em discussão na sociedade oitocentista e no início do novo século. Mesmo com o fim do Império e a ascensão da República, as

48 Id. Ibidem. p. 61.

49 Id. Ibidem. p. 63.

preocupações com a nação não cessaram, e até hoje não deixou de nos incomodar. Afinal de contas: *quem somos nós?*

Agora que já alargamos nosso olhar sobre as discussões da nação que se encerram dentro do nosso recorte temporal, passemos aos outros capítulos e entremos de vez no mundo das crônicas, críticas, enfim, da fantástica obra do *Bruxo do Cosme Velho*, Machado de Assis, e tentemos melhor compreender o que ele tem a nos dizer sobre nossa literatura, nossa nacionalidade, nossa identidade.

CAPÍTULO II

URBANIDADE, MODERNIDADE E PERSEVERANÇA: MUSAS INSPIRADORAS DE UMA NOVA GERAÇÃO

No intuito de criar uma unidade que garantisse a continuidade das pretensões da monarquia no Brasil e das elites que nela se apoiavam, é no período Regencial que vemos surgir um instituto que seria responsável por tomar a frente de um projeto de construção não apenas de nossa história nacional, mas da nossa nacionalidade, o IHGB. As revoltas, levantes, insurreições que se intensificaram nesse período em nosso país demonstraram a fragilidade da unificação do Brasil, ressaltando o seu caráter regionalista, e os perigos envolvendo as idéias separatistas e os ideais de república.

Na província do Pará, entre os anos de 1835 e 1840, os cabanos derrubaram o governo e executaram o presidente da província, formando um governo com forte apoio popular. Em 1838 a Balaiada eclodia no Maranhão sob idéias liberais e a participação de escravos. Na Bahia, a Sabinada organizou um governo na capital, a República Bahiense. E, no Sul, os farrapos organizaram o maior movimento separatista entre a elite econômica de uma província e o governo central. O movimento que teve seu início com Bento Gonçalves no ano de 1835, só chegaria a findar-se já no Segundo Reinado, com a aliança entre Caxias e os farrapos.

Ficara claro que a unidade do país estava em risco e que não poderia ser feita apenas por decreto. Em um país em que o Estado precedera a nação, pelo menos institucionalmente, com o sete de setembro, fazia-se necessário inverter a situação: Construir uma nação após a sua instituição. Não acreditamos ao certo que exista uma ordem “correta” para o desenvolvimento dos Estados Nacionais. Cremos que esses caminham juntos, se constroem e se firmam juntos e nunca param de se recriar num constante jogo e/ou conflito entre tradição e modernidade. Essa idéia de inversão do caso brasileiro se coloca em termos comparativos aos exemplos dos demais países ocidentais, nos quais os movimentos nacionais surgem antes da instituição do Estado.

Ainda no período regencial, o golpe da maioria, levando ao trono um monarca de apenas quinze anos de idade, ressaltou ainda mais as preocupações do governo com uma possível fragmentação do império. Além de uma série de problemas e revoltas que se alastrava pelo território brasileiro, o jovem D. Pedro II herdara de seus antecedentes a missão de dar continuidade ao projeto de unificação e construção de uma nação nos trópicos. Dando seqüência ao projeto iniciado na regência, D. Pedro II dará grande apoio e sustentação ao IHGB, para que esse cumpra o seu papel de instrumento e principal meio institucional de construção de nossa história, nossa geografia, nossa identidade e da nossa nação. Como destaca Lília M. Shawarcz:

Na verdade, composto, em sua maior parte, da “boa elite” da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história (...)”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava à própria “fundação da nacionalidade”.⁵⁰

É no interior do próprio IHGB que já podemos verificar como história e literatura se encontrava, dialogavam e até se confundiam na tarefa de se criar uma identidade nacional. Nos seus corredores e reuniões dominicais, é possível encontrar grande quantidade de literatos que neles circulavam, que participavam das suas reuniões e escreviam nossa história. Porém, se no IHGB a presença de literatos fazia parte do seu cotidiano, as discussões acerca de uma literatura nacional não tiveram grande destaque frente à importância da criação de uma história pátria.

Como nos alerta Januário da Cunha Barbosa, nesse trecho retirado das “Barbas do Imperador”, não poderíamos mais deixar nas mãos dos estrangeiros a tarefa de escrever a nossa história. Cabia aos brasileiros a tarefa de escrever sua própria história. Comentário curioso, já que, como

50 SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.127.

vimos, ficou nas mãos de um europeu, se não escrever nossa história, pelo menos dar as diretrizes de como escrevê-la. Era uma história nacional forjada por brasileiros, porém, com moldes europeus, civilizados.

Essa situação, esse movimento de transplante do domínio sobre o nosso passado, da boa escrita estrangeira para brasileira, nos instiga alguns questionamentos em relação a nossa literatura, ou produção literária desse período. E a nossa literatura? A quem caberia escrevê-la? Quem seriam os responsáveis, assim como à nossa história, por delimitar os parâmetros de uma literatura nacional? Haveria tal preocupação? Será que necessitaríamos de um instituto literário para tal tarefa? Seria essa uma preocupação que, assim como no caso de nossa história e geografia, ocuparia a mente dos literatos brasileiros?

Partindo dessas e muitas outras questões que poderão surgir é que pretendemos desenvolver este capítulo. Nesse sentido, nosso intuito é trilhar os caminhos da historiografia, das nossas fontes na busca pelo entendimento dos possíveis papéis que a literatura assumiu, ou pretendeu assumir, no momento histórico no qual as atenções se voltavam para a questão nacional. Mais especificamente, como Machado de Assis entendeu a literatura, sua importância nesse momento histórico específico e a importância, destacada por ele, do desenvolvimento de uma Crítica Literária, e do papel do crítico, na construção de uma identidade nacional e literária.

Com esses objetivos norteadores de nosso trabalho, mas em nenhum momento cerceadores, visitaremos as críticas e crônicas de Machado de Assis na busca de uma maior compreensão de como esse autor pensou a crítica e o crítico literário, qual a sua importância, quais as suas características e, por fim, qual o intuito de sua existência, em sua relação com a formulação de uma literatura nacional. Além de objetivarmos essas questões, acreditamos que este capítulo nos auxiliará na maior compreensão das fontes selecionadas. Como, além das Crônicas, elegemos as Críticas machadianas como fontes para o desenvolvimento desta dissertação, cremos que a compreensão dos motivos e concepções do que seja e para que serviria a crítica literária vinda do seu próprio criador, pode nos ajudar a melhor decifrar o seu conteúdo e abrir, ainda mais, o leque de possibilidades de sentidos nelas contidas.

Se no Brasil Império, o projeto nacional nasce já apadrinhado por um instituto, o IHGB, o “projeto literário” de Machado de Assis, chamemos assim, só encontrará seu padrinho institucional anos após, com a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897, mesmo que a sua fundação por muito tempo tenha sido desacreditada, como podemos ver na crônica de Machado de 1894, quando comenta a *invenção* do verbo *engrossador*:

Convescote tem prosperado, posto não seja claro, à primeira vista, como *engrossador*, termo recente, de aplicação política, expressivo que faz imagem, como dizem os franceses. É certo que a clareza deste vem do verbo donde saiu. Quem o inventou? Talvez algum céptico, por horas mortas, lembrando uma procissão qualquer; mas também pode ser obra de algum religionário, aborrecido com ver aumentar o número de fiéis. As religiões políticas diferem das outras em que os fiéis da primeira hora não gostam de ver fiéis das outras horas. Parecem-lhes inimigos; é verdade que as conversões, tendo os seus motivos na consciência, escapam à verificação humana e é possível que um homem se ache, repentinamente, católico menos pelos dogmas que pelas galhetas. As galhetas fazem engrossar muito. Mas fosse quem fosse o inventor do vocábulo, certo e que este, apesar de anônimo e popular, ou por isso mesmo, espalhou-se e prosperou; não admirará que fique na língua, e se houver, aí por 1950, uma Academia Brasileira, pode bem ser que venha a incluí-lo no seu dicionário. O Sr. Dr. Castro Lopes poderia recomendá-lo a um alto destino.⁵¹

Mas não apenas Machado se preocupou com a crítica literária como meio de se estabelecer uma literatura nacional, seja ela dentro ou fora de uma academia. Durante o período romântico no Brasil, a produção literária e a crítica andaram juntas na árdua tarefa de se buscar criar uma literatura nacional, nesse sentido uma literatura com uma missão, não apenas fazer literatura, produzir, mas forjar uma literatura nacional, dar feições, criar uma identidade.

No século XIX a crítica literária dava seus primeiros passos no Brasil de mãos dadas com um forte ideal: a busca do caráter brasileiro da literatura, ou, a busca pelo caráter que deveria assumir. Como ressalta Afrânio Coutinho:

Que vinha a ser o nacional em literatura? Que deveriam fazer os escritores para tornar nacional a literatura a ser produzida no Brasil? Qual ou quais as fórmulas para a nacionalização da literatura? Quais as características

51 Id. *Ibidem*. p. 633-634.

nacionais da literatura brasileira, se é que as possuía? Que deveria ser uma estética brasileira?⁵²

Essas perguntas guariam o ideário crítico, ocupariam as mentes dos literatos, se transformariam em preocupações. Se havia, por um lado, uma grande preocupação por se estabelecer parâmetros para a nossa nacionalidade, para a nossa oficial história nacional, principalmente por parte do IHGB, como um projeto imperial, essas mesmas preocupações tomaram conta da vida literária e dos literatos brasileiros (e até estrangeiros) da época, e aqui, como uma missão. Missão essa compartilhada pelos literatos, aqui em um sentido mais amplo, destacado por Maria Helena Rouanet. Para a autora:

(...) o patriotismo nivelava todos os escritores; seja porque o termo “literatos” é abrangente o bastante para englobar todos aqueles que se dedicam à palavra escrita ou à oratória; ou ainda, porque os mesmos indivíduos exerciam geralmente todas essas funções.⁵³

Não apenas de maneira conceitual, mas nas práticas cotidianas da sociedade carioca oitocentista, é que podemos reconhecer nesse momento como a história se une à literatura, como meios distintos, ou não tão distintos assim, de se construir uma nacionalidade, uma identidade compartilhada. História e Literatura construindo e/ou imaginando uma nação. Pois, como ressalta B. Anderson:

Ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus patriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.⁵⁴

Mas, no caso da literatura oitocentista, e cremos que também podemos falar da história, essa seria uma comunidade imaginada e controlada. Controle esse exercido por aqueles que se debruçaram sobre o exercício da crítica literária e da história. Um deles foi Machado de Assis. Em seu exercício literário, o autor se ocupou atentamente ao desenvolvimento da crítica literária, que aqui se transforma em uma das fontes dessa dissertação,

52 COLTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986, p. 322-323.

53 Id. ibidem. p. 266-267.

54 ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

seguindo essa tendência entre os literatos oitocentista de criar uma crítica literária responsável por instituir parâmetros para aquela que um dia poderíamos chamar de literatura nacional. Como ressalta Rouanet:

E é justamente nesse ponto que vão se cruzar os caminhos do historiador e do crítico. Ou seja: no momento em que vai ser preciso escolher aquilo que merece – ou não – figurar numa obra de história, uma vez que ambos vão proceder a um julgamento baseado em critérios de valor. No entanto, além desse ponto comum, o crítico também tem uma missão a cumprir, e não se pode deixar de lado a hipótese de que os indivíduos que se dedicavam a essa atividade tivessem uma visão própria a respeito do seu trabalho e do papel que lhes cabia desempenhar. Por conseguinte, esta visão deve ser buscada e analisada, exatamente como se faz em relação ao historiador.⁵⁵

Então, busquemos essa visão nas obras de Machado, comecemos pelas suas Críticas. É no ano de 1865 que Machado, sete anos após o seu primeiro texto, que nosso autor buscará, pelo menos de forma mais explícita, instituir seus primeiros ideais acerca do exercício do crítico, já que, para o nosso autor, será ele o responsável pelo futuro literário brasileiro, por conduzir os rumos de nossa literatura, por tutelar a literatura nacional. Em oito de outubro desse ano, é publicada no Diário do Rio de Janeiro *O ideal do crítico*.⁵⁶ Nela, revoltado com a situação da em sua época e dos críticos que o cercavam, podemos perceber um Machado de Assis preocupado em indicar as diretrizes que deveriam reger o trabalho do crítico literário, já que, para ele, esse não é, como para muitos lhes parece, um ofício de fácil execução.

Como ressalta em seu texto: “Exercer a crítica, afigura-se a alguns que é fácil, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar a multidão”.⁵⁷ Porém, o que parece dominar naquele momento é a opinião contrária, já que para Machado a crítica se encontrava desamparada pelos *esclarecidos* e exercida pelos *incompetentes*, realidade essa que poderia encaminhar a literatura para um fim *óbvio* e *trágico*. Nas palavras do próprio autor:

55 Ibidem., p. 274.

56 Ibidem., p. 798 – 801.

57 Id.

As musas, privadas de um farol seguro, correm o risco de naufragar nos mares sempre desconhecidos da publicidade. O erro produzirá o erro; amortecidos os nobres estímulos, abatidas as legítimas ambições, só um tribunal será acatado, e esse, se é o mais numeroso, é também o menos decisivo. O poeta oscilará entre as sentenças mal concebidas do crítico, e os arestos caprichosos da opinião; nenhuma luz, nenhum conselho, nada lhe mostrará o caminho que deve seguir, e a morte próxima será o prêmio definitivo das suas fadigas e das suas lutas.⁵⁸

O crítico, para Machado, seria como um guia, um *farol* que indicaria as rotas pelas quais os poetas, romancistas, por fim, os literatos deveriam navegar, um juiz que, senhor de seu tribunal e juízo, deveria ser acatado por aqueles que se aventurassem pelo árduo caminho das palavras. Para Machado a literatura deveria ser tutelada, velada, regida como um príncipe que não alcançou a maioridade, para que essa não se perdesse e acabasse falecendo no meio do caminho. Como nos informa Rouanet, ao crítico: “(...) a sua tarefa é a de educar o público e formar opinião (...), além de guiar os futuros artistas indicando-lhes o ‘bom caminho’ a ser trilhado.”⁵⁹

Para nossos olhos, pode parecer um tanto quanto contraditório impor regras para o ofício do literato e exercício da literatura, principalmente se a vemos como produção artística, livre, apenas atrelada aos desígnios da imaginação de seu autor, do talento forro de suas mentes, da habilidade de suas mãos ao conduzirem suas penas. Como, então, impor limites à imaginação? Como cercear a inspiração? Eis algumas respostas que cremos não encontrar solução. Porém, como fica expresso em seu texto, para Machado, o ofício do crítico nada teria com o domínio da imaginação. Como único meio de se mudar a *aflictiva situação* em que se encontrava a literatura da época, só a crítica, não aquela que circulava, mas uma crítica fecunda e pensadora que, segundo o autor, acabasse com as *chagas* que corroíam a crítica oitocentista, poderia colocar a literatura nos trilhos da nacionalidade.

O *ódio*, a *camaradagem* e a *indiferença*, eis aqui as três chagas que deveriam ser veementemente condenadas na produção crítica. Como único meio de remediar tal situação, tais feridas deveriam ser tratadas e substituídas pela *sinceridade*, pela *solicitude* e pela *justiça*, que, para o autor, seriam as principais características de um crítico, ou melhor, de um bom

58 Id.

59 Id. Ibidem. p. 275.

crítico. Três características que surgem como conceitos sem significados específicos - ou melhor, definidos por Machado. A sinceridade, como se pode perceber com a leitura do resto do texto, se vincula a idéia de verdade, como algo a ser dito, defendido. Só com ela é que se pode fazer justiça. Já a solicitude fica sem muita resposta, sem um significado mais objetivo, mais explícito ou mais perceptivo aos nossos olhos.

Porém, tais características, sozinhas, não seriam suficientes para uma crítica que, nas pretensões machadianas, deveria produzir uma vasta reforma em nossa literatura. Então, o que se deveria exigir de um crítico? Quais seriam as suas características? O que deveriam prezar? O crítico de Machado seria aquele que prima pela Ciência Literária e que é totalmente desprendido de tudo o que se refere ao domínio da imaginação. Como dito anteriormente, a imaginação nada teria a ver com a crítica, seria uma produção científica, objetiva, baseada em princípios, formas e leis que direcionam e legitimam o ofício do crítico literário. Para Afrânio Coutinho:

(...) o que Machado visava era uma crítica “doutrinária, ampla, elevada”, meditada, baseada nas leis que governam a literatura, cultivando a “ciência literária”, aferindo o valor à luz de um corpo de princípios e critérios de julgamento, de uma arte poética. Em lugar de impressões subjetivas, para ele a crítica é a análise e julgamento das obras literárias, visando a melhoria da literatura. É judicante e normativa, e ele mesmo o afirmou, no estudo sobre *O primo Basílio* de Eça de Queirós, preferir “às generalidades do diletantismo literário a análise sincera e a reflexão paciente e longa”.⁶⁰

Seguindo tal ideal de uma crítica judicante e científica, a marcha do crítico, que tem em suas mãos o julgamento de determinada obra, deveria ser trilhada não pelos mais curtos e fáceis caminhos, “(...) longe de resumir em duas linhas, cujas frases já o tipógrafo as teriam feitas(...)”,⁶¹ mas pela trilha da longa meditação, pela busca de seu mais íntimo sentido, aplicando-lhe as leis da poesia, percebendo até que ponto a verdade e a imaginação confidenciaram para tal produção.

Leis de poesia que para Coutinho foram retomadas de um *fundo clássico*, de uma tradição crítica, à qual Machado ter-se-ia remetido, advinda

60 Id. *ibidem*. p. 342.

61 Id.

de Aristóteles. Para Afrânio essa concepção crítica ou estética, como denominou:

É uma concepção de fundo clássico, e foi aos antigos que Machado buscou a tradição crítica oriunda da *Poética* de Aristóteles. Para ele, a criação tem que se basear no estudo das técnicas da arte literária através da observação dos modelos das leis poéticas. Destarte, há um verdadeiro ideário crítico na sua obra.⁶²

Partindo dessa concepção aristotélica e informado por uma visão cientificista do ofício do crítico, Machado dá seqüência aos atributos desse profissional. O crítico deveria ser, muito mais que um simples leitor, um amante da leitura, e não apenas alguém que se limitasse a reproduzir idéias e impressões momentâneas, passageiras, surgidas em rápidas e superficiais leituras, pois:

(...) pode-se, é verdade, fascinar o público, mediante uma fraseologia que se emprega sempre para louvar ou deprimir; mas no ânimo daqueles para quem uma frase nada vale, desde que não traz uma idéia, - esse meio é impotente, e essa crítica negativa.⁶³

Nesse sentido, o crítico não pode se deixar enganar por autores que utilizam artifícios para maquiar a *pobreza* de seus textos. Belas palavras nem sempre fazem uma boa literatura,- essa deveria transcender apenas o belo, mesmo que esse seja um dos grandes objetivos a ser alcançado pela literatura e que será realçado por diversas vezes nas Críticas machadianas.

Seguindo o princípio em que a crítica literária é uma produção científica, Machado irá destacar diversas características dessa produção/ciência, entre elas, a *consciência*. Juntamente à ciência, a consciência seria a principal condição para se fazer uma boa crítica. “A crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou da simpatia, procure produzir unicamente os juízos da sua consciência”.⁶⁴ Nas palavras de Machado, a consciência garantiria uma análise imparcial e

62 Id. 342.

63 Ibidem. p. 799.

64 Id.

sincera, que não se igualaria a interesses pessoais ou alheios e não se ateria a influências externas. Independente de tudo o dever maior reside no dever de se dizer a verdade. A busca da verdade, símbolo da ciência oitocentista, daria à Crítica um status de ciência. Essa sairia, assim, do campo da literatura, que se liga à idéia de imaginação e se inseriria no da objetividade, da consciência, da verdade, da ciência.

A procura pela verdade, seja na história, seja na ciência, foi instaurada como pilar de sustentação da ciência. Teorias, métodos, modelos, todo um instrumental teórico/metodológico estava sendo desenvolvido com a finalidade de legitimá-la, principalmente no momento em que essa se firmava socialmente como a “instituição” responsável pela verdade. É no século XIX que a ciência passa a ocupar os corredores das academias, e que futuramente a literatura irá ocupar com a Academia Brasileira de Letras. De certa maneira, a relação que Machado tenta estabelecer entre a Crítica Literária e a Literatura é que durante muito tempo e ainda hoje é defendida por alguns literatos e historiadores, entre a História e a Literatura. Relação essa que podemos perceber em uma das diversas crônicas machadianas:

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela *Gazeta de Notícias* contra essa lenda de meio século.
 Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga.
 Houve algumas palavras, entre elas a *Independência ou Morte*, — as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga.
 Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos.
 Ninguém ignora a que estado reduziram a História Romana alguns autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos.
 Vá feito! O tempo decorrido era longo e a tradição estava arraigada como uma idéia fixa.
 Demais, que Numa Pompílio houvesse ou não existido é coisa que não altera sensivelmente a moderna civilização.
 Certamente é belo que Lucrecia haja dado um exemplo de castidade às senhoras de todos os tempos; mas se os escavadores modernos me provarem que Lucrecia é uma ficção e Tarquínio uma hipótese, nem por isso deixa de haver castidade e pretendentes.
 Mas isso é história antiga.
 O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinqüenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido.
 Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro.
 Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos.

Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade.

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico.⁶⁵

Para Machado, a História reduziria o acontecimento da independência brasileira à simples narração do acontecido, dos *fatos*, se limitaria à narração fiel do acontecido. Por outro lado, a lenda ou a literatura a imaginária, colocaria Dom Pedro I às margens do Ipiranga, montado em seu belo cavalo e cercado pela guarda de pomposos soldados, lembrando as belas imagens de um quadro de Pedro Américo, no qual o maior ausente, possivelmente seria o Ipiranga, ou como ele mesmo a descreve em uma de suas críticas anos antes: “A aurora de 7 de Setembro de 1822, foi a aurora de uma nova era. O grito do Ipiranga foi o - *Eureca*- soltado pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessam pela sorte do Brasil cuja felicidade e bem-estar procuravam”.⁶⁶O que, para Machado, seria apenas um relato, se narrada pela história, na literatura, por ele mesmo elaborada, ganharia novos elementos, receberia um tom heróico, se tornaria um ato de salvação. Pois para nosso autor, o caminho da história, assim como o da crítica, deve ter como eixo a objetividade dos fatos, o real, o vivido, a verdade.

Se retomarmos a observação feita por Afrânio Coutinho sobre a concepção crítica de Machado ter um *fundo clássico*, retirado principalmente da *Poética* de Aristóteles, essa noção de história parece fazer bastante sentido. Em sua introdução a obra *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko irá destacar essa compreensão aristotélica que caracteriza a história como o campo do acontecido e em oposição à literatura, que residiria no campo daquilo que poderia acontecer. Uma seria o vivido, a outra o imaginado, o real *versus* o possível, ou, nas palavras de Aristóteles, citado por Sevcenko:

Com efeito, não diferente o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser de história, se fosse em verso o que eram em

65 Ibid., p. 347.

66 Ibid., p. 786.

prosa) – diferem, sim, em que diz uma as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder.⁶⁷

O Grito do Ipiranga, contado pela história, ou seja, o que teria sucedido, já nos diria Aristóteles, seria o que Machado se refere como algo *vago* e *anônimo*, ao passo que a literatura, aquilo que poderia ter sucedido, a *lenda*, daria vida, cores, heróis, bandeiras à nossa independência, a faria digna de ser comemorada e festejada por longos anos. Para Machado, essa data, ainda uma criança, deveria ser lembrada e relembada a cada ano. Vejamos como ele se reporta a essa comemoração em umas das suas crônicas:

ESTE ANO parece que remoçou o aniversário da Independência. Também os aniversários envelhecem ou adoecem, até que se desvanecem ou perecem. O dia 7 por ora está muito criança.

Houve realmente mais entusiasmo este ano. Uma sociedade nova veio festejar a data memorável; e da emulação que houver entre as duas só teremos que lucrar todos nós.

Nós temos fibra patriótica; mas um estimulante de longe em longe não faz mal a ninguém. Há anos em que as províncias nos levam vantagem nesse particular; e eu creio que isso vem de haver por lá mais pureza de costumes ou não sei que outro motivo. Algum há de haver. Folgo de dizer que este ano não foi assim. As iluminações foram brilhantes, e quanto povo nas ruas, suponho que todos os dez ou doze milhões que nos dá a Repartição de Estatística estavam concentrados nos largos de S. Francisco e da Constituição e ruas adjacentes. Não morreu, nem pode morrer a lembrança do grito do Ipiranga.⁶⁸

Levando em conta essas concepções de história e literatura como ofícios distintos, mais uma pergunta nos surge: seria então prudente deixar nas linhas da história a construção da nossa nacionalidade, da nação brasileira? Pensemos bem. Construiríamos a nossa tão sonhada nação nos utilizando para isso a história, que transformaria o nosso passado em algo tão vago e anônimo? Ou seria melhor deixar a cargo da literatura, que nos abriria uma série de possibilidades daquilo que poderia acontecer ou ter acontecido, que transformaria a afirmação do *nobre amigo* da crítica de Machado, no referido quadro de Pedro Américo? Fica a reflexão; esperamos poder retomá-la mais adiante.

67 SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 21.

68 Id. Ibidem. p. 346.

Essa proximidade entre o ideal do crítico e do historiador, no que diz respeito aos adjetivos que colocariam esses dois homens da “ciência” mais próximos, pode ser mais bem apreciada em uma das crônicas de Machado na qual ele faz uma comparação entre o historiador e o contador de história. Destaquemos a primeira parte da crônica:

MAIS DIA menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, a Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias.

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar.

O certo é que se eu quiser dar uma descrição verídica da tourada de domingo passado, não poderei, porque não a vi.⁶⁹

Historiador, contador de história, crítico e cronista se encontram nesse trecho da crônica machadiana *História dos quinze dias* publicada a 15 de março de 1877. O autor da crônica, não assinada por Machado, cronista por ofício, intitula-se um “historiador de quinzena”, e questiona sua posição dado o seu claustro no seu sombrio escritório. O historiador, esse, deveria ter contato direto com o cotidiano, com a vida nas ruas, com os eventos sociais, com a política e a cultura que os cerca e se intensifica com a vida urbana. Talvez fosse isso que o faria um “homem que vive entre homens”. De certa maneira essa atitude se assemelharia à que defendia os intelectuais do IHGB, para que o historiador viaje e conheça o Brasil, que não faça história apenas de dentro de seus gabinetes.

Mas, como era de se imaginar, ou passa-se a acreditar depois de entrar em contato, como mais intimidade, com sua obra, principalmente suas crônicas. Machado brinca com a língua pátria, transformando essa diferença em semelhança. Para ele, o contador de história seria exatamente o contrário do historiador, e esse não seria mais do que um contador de história. Então se instaura a distinção. Seriam eles diferentes ou iguais? Seriam eles opostos

69 Id. *Ibidem*. p. 361-362

ou complementares de uma mesma coisa? Parece que eles fariam o mesmo, seriam os mesmos, mas algo, em algum momento, elevou uma barreira que os separaria: de um lado o historiador, inventado pelo homem culto, letrado, humanista, do outro o contador de história, fruto do povo, do ignorante, que por suas mãos nunca passaram as obras de Tito Lívio e a quem lhe resta apenas a fantasia.

Mais uma vez, encontramos a fronteira entre história e literatura instaurada na oposição verdade/fantasia, verdade/imaginação. Nessa crônica encontramos de um lado o contador de história como aquele que fantasia o que passou, do outro o historiador quinzenal que não poderá ter uma *descrição verídica* por não estar presente. A história necessitaria, nessa concepção, de testemunhas. E na sua ausência, a história se perderia no tempo.

Mas, essa fronteira entre história e literatura ou crítica literária e literatura se sustentaria se questionarmos, ou até mesmo nos desprendermos da noção de verdade? E se permitimos ao historiador imaginar histórias, completar lacunas com fantasias, sonhar com o passado? Não nos aproximariamos da literatura? Não seríamos todos literatos, como ressaltou Maria Helena Rouanet?

Se o crítico de Machado ou os historiadores dos Institutos Históricos oitocentista tinham uma crença na verdade como ponto central da separação entre o ofício dos “homens de ciência” e os “homens das letras”, (pelo menos em seus discursos, já que se olharmos para aqueles que compunham tais instituições, veremos que muitos transitavam entre esses dois ofícios) nossos contemporâneos têm questionado essa supremacia da verdade. E esse questionamento pode ser detectado a partir das observações daquele que é considerado um dos maiores historiadores do século passado, Georges Duby, para quem o discurso histórico “(...) é o produto de um sonho, de um sonho que não é livre, visto que as grandes cortinas de imagens de que é feito têm obrigatoriamente de se prender a pregos, que são os vestígios de que falamos”⁷⁰.

70 DUBY, George. Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 41-42.

Pensemos agora nos testemunhos, naquele que falta ao cronista de Machado, que não poderá fazer uma descrição verídica da tourada de domingo. Se, para o historiador quinzenal a sua ausência ao evento o priva de escrever sobre tal evento, ao mesmo não se pode dar ao luxo o historiador, já que esse geralmente não se encontra presente a seu objeto de estudo. Mas, da mesma maneira, tem, no testemunho, seu meio de acesso a tal evento. Esse testemunho, de um tempo passado, é a nossa fonte, nosso documento. A partir deles que contamos nossas histórias. E aqui o documento ganha status de monumento, como se refere Jaques le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁷¹

Mas como montar nossas histórias, como usar o documento com conhecimento de causa se, mesmo com uma vasta quantidade de fontes, vestígios, testemunhos, documentos, é inevitável que nos deparemos com lacunas? Como fazer para estabelecer relações entre nossos documentos? Como construir a nossa história? Vejamos o que nos diz Duby:

Antes de mais, o que eu tento fazer, com base nesses testemunhos é estabelecer relações avulsas entre esses vestígios. A partir desse momento, a imaginação intervém. Como também tento colmatar essas lacunas, esses interstícios, lançar pontes, preencher essas falhas, esse não-dito, esse silêncio, de uma certa forma com o auxílio de que sei.⁷²

Nesse sentido, Duby aproxima a história da literatura. A tão combatida imaginação, em nome de uma história científica, história-verdade, aparece aqui como um dos principais elementos do ofício do historiador. A construção de histórias não se faz sem a interferência da imaginação, responsável por fazer ligações, superar as ausências, as lacunas, quebrar os silêncios. Seguindo esse raciocínio, vemos Duby encarando a história como: "(...) um gênero literário, um gênero que depende da <<literatura de evasão>> - pelo

71 LE Goff, Jacques. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi. Vol I, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1985, p. 102.

72.Id. Ibidem p. 37.

menos em larguíssima medida: que a história satisfaz um desejo de nos evadir-nos de nós, do cotidiano, do que nos cerca”.⁷³

Se Duby está convencido de que a história é um gênero literário, por outro lado ele também estabelece diferenças. Diferenças essas que não residem na clássica separação entre história e literatura, mas entre história, como gênero literário, e os demais gêneros existentes. O que diferenciaria, por exemplo, a história do romance, não habitaria necessariamente no romance e na história em si, mas na conduta do historiador e do romancista. Para Duby: “(...) o historiador é obrigado a ter em conta um certo número de coisas que se lhe impõem: ele preocupa-se com a <<veracidade>>, se quiser, talvez mais do que com a realidade.”⁷⁴ Porém, isso não quer dizer que o romancista possa produzir um discurso qualquer, ele não pode contar uma coisa qualquer. Existem também limites que o seu ofício, assim como o do historiador, se lhe impõem.

A história, então, considerada um gênero literário, assim como o romance, a poesia, a crônica, a crítica, terá seu diferencial marcado não em relação à literatura, mas aos demais gêneros a que a ela contêm. O que se distingue são as preocupações dadas a cada ofício, àqueles que se propõem a atuar em cada área. No ideal de cada um. Mesmo que em muitos pontos eles se confundam, se entrecruzem, se choquem, se complementem e/ou se separem. Voltemos, então, aos adjetivos finais que formam esse ideal machadiano do crítico literário.

Dando seqüência ao ideal do crítico, Machado ressalta que a crítica não é feita apenas de princípios. Ela também é forjada por condições, e duas em especial chamam a atenção do nosso autor: a coerência e a independência. Um crítico, realmente consciencioso, teria a coerência como prática de seu trabalho, e encontraria na coerência, um meio de se fazer livre das influências externas. Com isso, o crítico tornar-se-ia senhor do seu juízo, não se deixando perder do seu caminho. Nas palavras do autor:

Com efeito, se o crítico, na manifestação dos seus juízos, deixa-se impressionar por circunstâncias estranhas às questões literárias, há de cair

73 Ibid. p. 38.

74 Id.

freqüentemente na contradição, e os seus juízos de hoje serão a condenação das suas aspirações de ontem. Sem uma coerência perfeita, as suas sentenças perdem todo o vislumbre de autoridade, e abatendo-se à condição de ventoinha, movida ao sopro de todos os interesses e de todos os caprichos, o crítico fica sendo unicamente o oráculo de seus adutores.⁷⁵

Nesse sentido, a independência surge como a segunda condição, que garantiria ao crítico uma total imparcialidade e lisura do seu ofício. Esse deveria ser independente de tudo e de todos, especialmente da vaidade, pois isso arruinaria a principal condição do crítico. A independência não apenas do crítico, mas das obras, principalmente em relação à nossa herança literária lusitana, como nos ressalta Machado em sua crítica literária: “Mas após o *fiat* político, devia vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina.”⁷⁶

As dependências pessoais levariam, para Machado, à perda da honra e da dignidade do juízo e acabariam por perverter a opinião do crítico. A crítica deveria se armar:

(...) contra a insuficiência dos seus amigos, solícita pelo mérito dos seus adversários, - e neste ponto, a melhor lição que eu poderia apresentar aos olhos do crítico, seria aquela expressão de Cícero, quando César mandava levantar as estátuas de Pompeu: -‘É levantando as estátuas do teu inimigo que tu consolidas as tuas próprias estátuas.’⁷⁷

Mas haveria mesmo um meio de se fazer uma crítica independente? Conseguiria ela ser feita desprendida de interesses pessoais e/ou institucionais? Se essa deve ser uma atividade independente, porque tantos escritos que buscam enquadrar, delimitar, impor caminhos para o ofício do crítico? Como se pode fazer uma crítica independente, desprendida e ao mesmo tempo tão atrelada a um ideal? Bom, essa parece ser mais uma missão que esses literatos teriam que objetivar.

O bom crítico, aos moldes de Machado, deveria também, entre tantas outras qualidades, acumular a virtude da tolerância, já que seu antônimo, a intolerância, levaria o crítico à cegueira que, na concepção de nosso autor, seria um dos grandes elementos que levaria inevitavelmente ao erro.

75 Id.

76 Id. Ibidem. p. 787.

77 Ibidem. p. 799 –800.

Machado nos sugere então a moderação, como conselho àquele que pretende adentrar os caminhos da crítica, pois seria a única capaz de corrigir e encaminhar as inteligências. Como afirma:

Moderação e urbanidade na expressão, eis o melhor meio de convencer, não há outro que seja tão eficaz. Se a delicadeza das maneiras é um dever de todo homem que vive entre homens, com mais razão é um dever do crítico, e o crítico deve ser delicado por excelência. Como a sua obrigação é dizer a verdade, e dizê-la ao que há de mais susceptível neste mundo, que é a vaidade dos poetas, cumpre-lhe, a ele sobretudo, não esquecer nunca esse dever.⁷⁸

A moderação e a tolerância dariam a garantia ao crítico de uma conduta regida pela impessoalidade e a imparcialidade, não permitindo que seus gostos e preferências pessoais afetassem o seu julgamento. Unindo-se a essas, a urbanidade permitirá ao crítico o cumprimento de suas obrigações e o compromisso com a *verdade* sem que se ofenda a ninguém, não se deixando passar para o campo de injúria e das questões pessoais, que fugiriam dos limites da discussão literária.

A importância da vida na cidade também será destacada como qualidade do crítico. Apesar de Machado não se aprofundar nesse conceito de urbanidade, há uma ênfase no cotidiano desse novo espaço que passa a ser associado com a idéia de civilização. A cidade ganha ares de civilização, frente ao mundo rural e ao espaço natural, que por oposição se associa à idéia do incivilizado, primitivo. Assim sendo, a urbanidade, faz do homem da cidade, que vive entre homens, o homem de modos, de delicadeza das maneiras, civilizado e assim ressalta ainda mais as qualidades e capacidades do crítico frente a sua obra. De certo modo, é nesse espaço urbano, tão freqüentado por Machado e tão representado em sua obra, que residiam as, chamemos assim, instituições científicas, os espaços do saber, o IHGB e, futuramente, a Academia Brasileira de Letras.

De certa maneira, a presença dessas e outras instituições do conhecimento, da informação e da ciência transformam a cidade, especialmente o Rio de Janeiro, em espaço privilegiado para a criação e circulação do saber. Nas reuniões dos membros do IHGB, na Câmara, nos

78 Ibidem. p. 800.

grupos literários, nas poucas e escassas livrarias e bibliotecas, nos jornais, surgem e se propagam novos espaços e meios que o mundo urbano proporcionará aos seus cidadãos, a maior possibilidade e facilidade de estarem em contato com um mundo de informações, conhecimento e cultura acadêmica. Talvez isso faça da urbanidade uma característica ou uma vivência que o bom crítico deveria ter.

Urbanidade essa que, principalmente no caso da capital carioca, teve grande desenvolvimento, não apenas no sentido físico, mas também como esse espaço de saber, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 e ganhando novo impulso no Segundo Reinado, quando D. Pedro II passa a ser uma espécie de patrono do conhecimento.

Intimamente ligada à idéia da criação de uma identidade que pudesse garantir uma maior unidade e estabilidade interna ao jovem país que se fizera independente há poucas décadas, a urbanização intelectual (chamemos assim essa urbanidade machadiana) foi um dos mais importantes meios utilizados pelo governo imperial de se forjar tal unidade. Ainda sob o governo de D. Pedro I, em 1827, eram fundadas duas faculdades de direito, uma em Recife e outra em São Paulo. Em 1830, reformulam-se as escolas de medicina.

Dando seqüência ao desenvolvimento intelectual brasileiro de maneira institucional, é fundado em 1838 o IHGB aos moldes do Institut Historique de Paris com a grande finalidade de escrever nossa historia pátria. Apesar de ser um Instituto histórico, o IHGB abrigará em sua grande maioria a elite literária oitocentista. Como destaca Schwarcz:

É justamente esse recinto (IHGB) que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem don. Pedro II se tornará assíduo freqüentador e incentivador, com a maioridade, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50, o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como elo entre esta e os meios oficiais. Assim, com seus vinte anos, a suposta marionete se revelaria, aos poucos, um estadista cada vez mais popular e, sobretudo, uma espécie de mecenas das artes, em virtude da ambição de dar autonomia cultural ao país.⁷⁹

79Id. Ibidem. p.. 126.

Não apenas em uma autonomia cultural de nosso país é que se interessava D. Pedro II, mas na construção de conhecimentos, da nossa história, das artes, da literatura, por fim, de uma identidade *cultural*, como identidade *nacional*. Ou seja, uma produção cultural que funcione como meio unificador, que crie uma unidade, que identifique um povo, que simbolize uma nação. Como destaca Stuart Hall, em seu trabalho sobre a identidade cultural na pós-modernidade: “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos e cidadãs legais numa nação tal como representada em sua cultura nacional.”⁸⁰

Será por meio do IHGB que essa *entidade política* produzirá seus sentidos e organizará seu *sistema de representação cultural*, ou pelo menos o tentará. Mas não apenas institucionalmente se produz essa identidade cultural. Ela é compartilhada socialmente, ela é tecida nas relações pessoais, comunitárias, nas festas, na religião, na música, na literatura, ou seja, nos mais diversos recantos da vida em sociedade. O estado, por sua vez, terá grande influência principalmente na tentativa de unificação do país, no qual a diversidade regional se faz presente. Como destaca Hall:

As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.⁸¹

E, a partir desse teto político:

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.⁸²

De certa maneira, no Brasil, não houve uma criação de uma língua vernacular própria, já que a nossa língua oficial, o português, foi herdada dos

80 HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p. 49.

81 Id.

82 Id. Ibidem. p. 49-50.

colonizadores portugueses. O que se necessitava agora era criar instituições nacionais próprias, o que já estava sendo feito, principalmente com os IHGBs, e um sistema educacional.

A educação no império esteve durante grande parte do tempo nas mãos de particulares. Como a demanda era pouca, as escolas eram suficientes. É apenas em 1837 que surgirá a idéia de se criar um sistema de educação pública. A partir dessa idéia, do Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, irá surgir o Colégio Pedro II, dando início à um ensino secundário de referência. A escola, por princípio, deveria educar, alfabetizar e, dentro desse momento histórico, civilizar a população. De certa maneira, a cidadania passava pela escola. Se não para o Império, para Machado. Em sua crônica de 15 de agosto de 1876, Machado discutia essa relação entre educação e cidadania.

E por falar neste animal (burro), publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler.

Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes, um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases; o algarismo não tem frases, nem retórica.

Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país, dirá:

- Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Senhor Fidéis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito a todos superior a todos os direitos.

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:

- A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porque nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

Replico eu:

- Mas, Senhor Algarismo, creio que as instituições...

- As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação"; mas - "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na

Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata.

E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos e ele tem o recenseamento.⁸³

Com uma situação educacional dessa, surge então um questionamento: como levar a história, que se quer construir nos institutos históricos, como discursos fundadores de nossa *nação* à população, se ela em sua maioria é analfabeta e se encontra tão distante da escola? Se o ensino era destinado a uma elite e o conhecimento produzido por e para essa mesma elite intelectual? Se, como afirma Machado, vivemos num país no qual a maior parte da população vota como respira? Se constitucionalmente o voto é um direito do cidadão e em sua prática não há meios de exercê-lo devidamente? Assim, o projeto imperial de construção da nação, se pensada como uma "comunidade imaginada", teria na falta de educação da população um entrave para a sua divulgação. Ou será que haveria uma intencionalidade nesse ato? Talvez a nação fosse apenas destinada a aproximadamente 30% da população. Feita por e para ela.

Haveria então Brasis distintos de acordo com a posição ocupada na hierarquia social desse período? Se o modelo de nação não chegava a todas as classes, tomemos isso como hipótese, como era socialmente imaginado esse outro Brasil? Estariam esses excluídos de viverem ou de se sentirem pertencendo a essa comunidade imaginada? Porém, como ressaltamos anteriormente, não apenas sob os auspícios institucionais é que se desenvolve uma identidade cultural, uma identidade nacional. Como nos chama a atenção Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (...) As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.⁸⁴

83 Id. Ibidem. p. 344 – 345.

84 Id. Ibidem. p. 51.

Assim, a literatura seria um meio de se produzir discursos sobre essa nação a ser imaginada. Mesmo Machado não se referindo a idéia de construção de uma *identidade* e sim de *nacionalidade*, a identidade acaba surgindo nessa produção de sentidos sobre a nação com os quais seus leitores podem se identificar. É dessa maneira que pensamos Machado, ou mais especificamente sua obra, como produtora de uma identidade literária e nacional.

Por fim, arrematando o ideal do crítico literário, Machado propõe que a virtude da perseverança seja agregada às qualidades do crítico. No seu entendimento é primordial que o crítico tenha conhecimento de causa e que saiba do que está falando. É preciso que ele adentre na obra, que saiba:

(...) procurar o espírito de um livro, escarná-lo, aprofundá-lo, até encontrar-lhe a alma, indagar constantemente as leis do belo, tudo isso com a mão na consciência e a convicção nos lábios, adotar uma regra definida, a fim de não cair na contradição, ser franco sem aspereza, independente sem injustiças tarefa nobre é essa que mais de um talento podia desempenhar, se quisesse aplicar exclusivamente a ela.⁸⁵

Dedicar-se à obra literária é, para Machado, muito mais que um trabalho, constitui uma obrigação para aqueles que se propõem à análise *conscienciosa, solícita e verdadeira*. Perseverar, não se deixar abater pelo cansaço, não se render à lassidão e dedicar-se com afinco a cada obra, conhecendo-a em seus mínimos detalhes, complementam o ofício da crítica literária.

Como podemos ver, - e por muitas vezes nos alerta o próprio autor -, o trabalho do crítico não é de fácil realização. Cabe-lhe o papel de farol, de guia; é somente a partir de seu labor que poderíamos chegar a uma grande literatura. Machado vê no crítico uma espécie de tutor. Em uma analogia com uma criança, o autor sugere que nossa literatura, ainda em seus primeiros passos, deveria ser guiada para que não cometa erros em demasia nem se perca em tempos de grandes incertezas, geradas pela falta de uma regra própria, uma forma, enfim, uma identidade.

85 Id.

Com uma crítica e críticos, dentro dos moldes machadianos, acredita o autor que teríamos rápidos e fecundos resultados. Pois:

As obras que passassem do cérebro do poeta para a consciência do crítico, em vez de serem tratadas conforme o seu bom ou mau humor, seriam sujeitas a uma análise severa, mas útil; o conselho substituiria a intolerância, a fórmula urbana entraria no lugar da expressão rústica, — a imparcialidade daria leis, no lugar do capricho, da indiferença e da superficialidade.⁸⁶

Poesia e consciência, arte e ciência caminham juntas na busca dos mesmos objetivos, dos mesmos ideais, de uma mesma identidade, de um mesmo futuro, da verdade.

Finalizando sua crítica, Machado deixa mais claro algo que podemos encontrar, na maioria de seus textos, uma crença, ou talvez, uma esperança no futuro. Sua consciência da situação literária de sua época faz com que seu trabalho seja um esforço em longo prazo, como fica claro em passagem citada anteriormente: “é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura”. E com estas palavras encerra o autor:

Se esta reforma, que eu sonho, sem esperanças de uma realização próxima, viesse mudar a situação atual das coisas, que talentos novos! que novos escritos! que estímulos! que ambições! A arte tomaria novos aspectos aos olhos dos estreatantes; as leis poéticas, — tão confundidas hoje, e tão caprichosas, — seriam as únicas pelas quais se aferisse o merecimento das produções, — e a literatura alimentada ainda hoje por algum talento corajoso, e bem encaminhada, — veria nascer para ela um dia de florescimento e prosperidade.⁸⁷

Agora que já sabemos o que Machado espera do crítico, e de certo modo, da crítica literária e suas características, virtudes, condições e princípios, resta-nos saber, ou melhor, nos aprofundar no que diz respeito à sua finalidade, já que a razão para sua existência parece já ter sido desvendada por Machado no seu texto *O ideal do crítico*.

Porém, um ano mais tarde, mais especificamente no dia 9 de janeiro de 1866, era publicado pela Semana Literária o texto intitulado *Propósito*⁸⁸. Poderíamos nos perguntar o porquê de tal título. Porém, antes que nos

86 Ibidem. p. 801.

87 Id.

88 Ibidem. p. 841 – 843.

aprofundemos em tal indagação, eis aqui um pequeno esclarecimento: o texto se refere à crítica, à sua função, ao motivo de sua existência. Apesar do título não nos dizer muito, a leitura do texto em seus primeiros parágrafos já nos dá uma clara idéia de seu conteúdo.

Então, cabem os questionamentos: qual o propósito da crítica? Qual seria a sua serventia? Eis a resposta dada pelo bruxo do Cosme Velho: - Um remédio, sim, um remédio e uma solução para o mal que padecia a literatura. A crítica viria para tentar elevar a temperatura literária que, segundo Machado se encontrava *abaixo de zero*. Como o mesmo ressalta: “Este clima tropical, que tanto aquece as imaginações, e faz brotar poetas, quase como faz brotar as flores, por um fenômeno, aliás, explicável, torna preguiçosos os espíritos, e nulo o movimento intelectual”.⁸⁹

A situação literária brasileira da segunda metade do século XX, não muito distinta da primeira, era, aos olhos de Machado, de total abandono e desinteresse. A maioria dos livros, que circulavam no país, eram clássicos da literatura européia e norte-americana. Viver exclusivamente dos livros, seja da sua escrita, produção, publicação ou venda, era algo inimaginável, inviável, uma tarefa quase impossível. Como ressaltou Machado: “Os livros que aparecem são raros, distanciados, nem sempre dignos de exame da crítica. Há decerto exceções tão esplêndidas quanto raras, e por isso mesmo mal compreendidas do presente, graças à ausência de uma opinião” e questiona-se, respondendo: “Até onde irá uma situação semelhante, ninguém pode dizê-lo, mas os meios de iniciar a reforma, esses nos parecem claros e simples, e para achar o remédio basta indicar a natureza do mal”.⁹⁰ Então, partamos ao reconhecimento de tal mal, que, como vimos anteriormente, tem na crítica o seu redentor.

Duas são as razões apontadas pelo autor para tal situação. Uma se coloca na ordem do material. Essa primeira razão se refere à impressão de livros, impressão essa de alto custo financeiro por um lado e de mínimo retorno do outro. A isso se liga a segunda razão, esta de caráter intelectual, ou seja, a falta de gosto formada no espírito do público. Pois, como observa o autor, mesmo:

⁸⁹ Ibidem. p. 841.

⁹⁰ Id.

(...) quando aparece entre nós essa planta exótica chamada editor, se os escritores conseguem encarregá-lo, por meio de um contrato, da impressão das suas obras, é claro que o editor não pode oferecer vantagem aos poetas, pela simples razão de que a venda do livro é problemática e difícil. (...) Há um círculo limitado de leitores; a concorrência é quase nula, e os livros aparecem e morrem nas livrarias. Não dizemos que isso aconteça com todos os livros, nem com todos os autores, mas a regra geral é essa.⁹¹

Este comentário de Machado mais uma vez nos remete à sua crônica que faz referência ao baixo número da população alfabetizada no império. A partir desses números, com um universo tão restrito de alfabetizados, e ainda menor se falarmos de leitores, podemos ter uma idéia mais clara do que nos fala o autor.

Porém, esse problema não é o retrato final da literatura brasileira. Tal situação parece se agravar ainda mais já que para nosso autor a falta de uma opinião literária tornaria ainda mais difícil a publicação, e aumentaria a impossibilidade dos autores de terem seus livros publicados. Essa realidade levaria os literatos a uma situação de cansaço que os apodera na luta entre a vocação e a indiferença, num círculo vicioso que insiste em não se encerrar. O próprio Machado de Assis, somente após seis anos de publicações em jornais é que teve seu primeiro volume impresso, no ano de 1861. A grande saída para os escritores daquela época então residiria nas publicações em jornais e revistas. Sem esses meios, a circulação literária seria praticamente nula.

Porém, voltemos a nos ater aos males que afetam a literatura da época. Para melhor vislumbrar tal situação, Machado nos traz um exemplo bastante elucidativo, que se refere ao lançamento do livro *Iracema* de José de Alencar. Nas palavras do próprio:

Iracema foi lida, foi apreciada, mas não encontrou o agasalho que uma obra daquelas merecia. Se alguma vez se falou na imprensa a respeito dela, mais detidamente, foi para deprimi-la; e isso na própria província que o poeta escolhe para teatro do seu romance. Houve na Corte, quem se ocupasse igualmente com o livro, mas a apreciação do escritor, reduzida a uma opinião isolada, não foi suficiente para encaminhar a opinião, e promover as palmas a que o autor tinha incontestável direito.⁹²

91 Id.

92 Ibidem. p. 841

Alencar exercia uma dupla função, e mostra-se como um perfeito exemplo do processo aqui analisado que se reconhecem em dois caminhos distintos, mas que não podem ser observados indistintamente, sem constante observância de um e outro: o político e o literário. Após o *fiat* político, ou seja, do estabelecimento de um Estado, busca-se a formação de uma Nação, na qual a literatura é um dos principais elementos que compõem essa bricolagem nacionalista.

No ano de 1865, é fundada a Arcádia Fluminense, uma sociedade artística e literária, que tem como um de seus fundadores o nosso distinto Machado de Assis. A Arcádia nasce com intuito primordial de criar uma convivência literária que serviria de base para uma obra de maior alcance, que se pode observar no desabafo do autor:

(...) a convivência dos homens de letras, levados por nobres estímulos, pode promover ativamente o movimento intelectual; a Arcádia já nos deu algumas produções de merecimento incontestável, e se não naufragar, como todas as cousas boas do nosso país, pode-se esperar que ela contribua para levantar os espíritos do marasmo em que estão.⁹³

Eis o papel da crítica: tentar *levantar os espíritos do marasmo em que estão*. Como remédio de tais males, a crítica deve buscar estreitar o diálogo entre o poeta e o leitor. Uma reflexão madura da crítica ajudaria no aprofundamento das concepções do poeta para uma melhor comunicação com o leitor. Seguindo tais ditames, Machado acredita que logo formaremos uma opinião, e que, naturalmente, com ela, o amor das e pelas letras virá, e nesse dia:

(...) os cometimentos ilegítimos não serão tão fáceis; as obras medíocres não poderão resistir por muito tempo; o poeta, em vez de acompanhar o gosto mal formado, olhará mais seriamente para sua arte; a arte não será uma distração, mas uma profissão, alta, séria, nobre, guiada por vivos estímulos; finalmente, o que é hoje exceção, será amanhã uma regra geral.⁹⁴

93 Ibidem. p. 842

94 Id.

Como podemos notar, a crítica literária, por intermédio do crítico, no século XIX, torna-se a instituição imaterial que buscaria definir os rumos da literatura brasileira. Por meio dessa, os autores, poetas, romancistas, trilhariam os caminhos que os levaria a uma literatura nacional. Com essas duas críticas, *O ideal do crítico* e *Propósito*, Machado baliza e legitima tanto a crítica, como o crítico literário como guardiões da nossa literatura, como tutores daquilo que futuramente poder-se-ia chamar: Literatura brasileira.

CAPÍTULO III

UM CENÁRIO DE CORES: ÍNDIOS, NEGROS E BRANCOS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Três raças, brancos, índios e negros. Do encontro dessas, *o brasileiro*. O projeto nacional de construção de um Estado-nação, tendo como carro chefe o IHGB, tem, nas três raças, os alicerces da identidade nacional. Como podemos constatar nas teses de von Martius, o manual de história brasileira não pode ser escrito sem que tomemos como base a idéia de mescla das três raças. Para Martius:

(...) deveria ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e fim.⁹⁵

Dentro do desenvolvimento histórico do nosso país, caberia a história perceber como as três raças, que aqui se estabeleceram, se relacionaram e influíram para a formação do brasileiro. Isso faz com que o estudo de cada raça, em separado, e aqui se destacaria o uso da antropologia e etnografia para tal tarefa, seja tomado como pressuposto necessário para a compreensão de nossa síntese histórica.

A antropologia e a etnografia seriam os meios que os pesquisadores utilizariam para ter acesso a uma cultura *estranha* a deles, no caso, a dos indígenas existentes no território brasileiro. E não apenas isso. Com tais estudos, poder-se-ia justificar, cientificamente, a sua *inferioridade*, frente ao branco, civilizado.

Mesmo antes da premiação a obra de Martius, o IHGB já demonstrava uma grande preocupação com o estudo das raças, principalmente com a raça indígena e no “jogo de influências”, de superioridade e inferioridade, barbárie e civilização, ter o índio como objeto de estudo enquadrado nos estigmas que

95 Id. *Ibidem*. p. 32.

se referem a uma *inferioridade com* o elemento banco, legitimaria a presença portuguesa e reforçaria o seu caráter *civilizador*.

Seguindo os passos de von Martius, vemos como a preocupação com as raças se perpetuou entre os intelectuais brasileiros ligados ao *projeto nacional*. Varnhagen dedicou especial atenção a essa questão. Porém, mais uma vez, é o elemento indígena que recebe maior atenção, sendo o negro, apesar de não esquecido, negligenciado, dentro da proposta de von Martius seguida por Varnhagen. Na obra que elegemos para estudo, e aqui nos referimos a *Ensaio histórico sobre as letras no Brazil*, o autor enfrenta uma tese, "(...) muito cara aos historiadores da literatura nacional de sua época."⁹⁶ A presença de uma língua e cultura, anterior a portuguesa no Brasil, a indígena.

No caso da literatura, na qual a cultura indígena precede temporalmente a portuguesa no que diz respeito a sua presença em solo brasileiro, Varnhagen enxerga nesse ponto o que seriam o embrião de uma literatura nacional. Nas suas palavras:

Os indígenas tinham um gênero de poesia que lhes servia para o canto: os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmos músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos; improvisavam motes com voltas, acabando estes no consoante dos mesmos motes.

E completa mais adiante, como citado anteriormente:

Os missionários jesuítas, conhecendo estas tendências, trataram de empregar a música e a poesia como meio de catequese. Nos seus collegios, começavam logo a ensinar a cantar aos pequenos catecúmenos filhos da terra, e mais tarde, compunham até comédias, ou *autos sacros*, para elles representarem; e dahi proveio o primeiro impulso da poesia e do theatro no Brazil.⁹⁷

Romero, também, mesmo deslocado espacial e temporalmente dos primeiros autores, não deixa de lado a questão racial, muito pelo contrário, dá grande destaque e importância à influência das raças, frente aos outros dois

96 MARTINS, Ricardo André Ferreira. O Cânone literário e história da literatura em Varnhagen. In: PÓS-História: Revista de PÓS-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista) Assis, SP: Arte&Ciência Editora, 2001, p. 139.

97 Id. *Ibidem*. p. 11.

elementos, *meio e influências estrangeiras*. Seria do *cruzamento* das três raças que no Brasil surgiria uma nova *raça histórica*. Importante destacar que Romero, dentre os autores selecionados, é o que terá maior preocupação com a raça negra. Como critica o autor: “Dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se assim, a mais censurável ingratidão de toda nossa história.”⁹⁸

Branco, negros, índios, três raças na formação de uma identidade nacional, de um povo, de uma história, de uma literatura, da Nação. A questão racial, dentro e fora do projeto nacional do Império fazia-se presente. História, literatura, antropologia, etnografia, artes, política, nos mais diversos campos do social a raça era motivo de longos debates e discussões. O negro e a abolição, o branco e a imigração, o índio e as terras, muito mais do que um problema político, eram uma questão nacional. Então eis as questões: como Machado percebeu as três raças na formação de uma identidade brasileira e literária? Qual o papel de cada raça? Teriam elas papéis garantidos em nossa literatura? Quem seria o protagonista? Quem seria coadjuvante? Haveria mesmo essa divisão?

Essas e muitas outras perguntas guiarão este capítulo. Para melhor desenvolvê-lo, estudaremos cada raça separadamente. Começemos pelos índios, ou seja, pelo começo.

Logo de início nos chama a atenção, quando adentramos na pesquisa sobre a presença do índio em nossas fontes, pois é quase total a inexistência de referências desses em suas crônicas. De mais de quarenta crônicas escritas por Machado de Assis, é apenas no dia 4 de agosto de 1878, em suas *Notas Semanais* que saía uma citação acerca dos índios. Numa referência ao cotidiano fluminense, de *óperas, corridas, patinações e pleito eleitoral*, Machado sente falta da vida provinciana: (...) onde há sempre um macróbio notável, uma correria de índios, um produto vegetal, qualquer coisa que matize a uniformidade da vida: quando menos, um retirante que gerou quarenta e dois filhos, como aquele de Jaraguá.”⁹⁹

De certa maneira, essa crônica nos traz, se não muitas, ao menos uma resposta possível à ausência dos índios em suas crônicas. Os espaços

98 Id. *Ibidem*. p. 51.

99 Id. *Ibidem*. p. 398.

ficaram aqui bem limitados. Na capital as corridas, óperas e a patinação, nas províncias o macróbio, os índios e os vegetais. Talvez, por serem as crônicas machadianas mais ligadas à vida cotidiana que o cerca, ou seja, a capital fluminense, cidade que raramente deixou, que o índio tenha sido excluído desse espaço e a ele tenha sido reservado o lugar nas críticas, e não nas crônicas.

Já em suas Críticas, a presença do índio se faz mais marcante. Apesar de não reservar um espaço exclusivo para a discussão de tal assunto, Machado não deixou de lado a questão indígena. Porém, diferente dos autores de sua época, principalmente àqueles ligados as idéias do IHGB, a *questão racial* não é colocada em destaque. Não encontramos em suas Críticas nem referências, tampouco grandes preocupações em questionar as *possíveis influências* dessa ou daquela raça para a formação de nossa nacionalidade. Machado se limita a comentar a maior ou menor importância que determinado autor deu aos hábitos ou elementos da vida indígena em suas obras no que diz respeito a uma nova literatura. Neste ponto, Machado se distancia do *Projeto nacional* do IHGB.

Em sua primeira crítica, *O passado, o presente e o futuro da literatura*, o jovem Machado, ainda com 19 anos de idade, tece suas primeiras considerações sobre os índios e sua relação com a literatura brasileira, quando se refere ao *Uruguai* de Basílio da Gama, que surge em contrabalanço à poesia portuguesa que impediria, para Machado, o desenvolvimento de uma literatura própria, nacional.

O *Uruguai* é compreendido por Machado como uma *valiosa exceção* entre uma literatura de caráter extremamente européia. Seguindo novas trilhas, Gama teria escrito um poema que, se não era *puramente nacional*, pelo menos não era europeu. O que faria então esse poema não ser europeu? O que o faria não ser *puramente* nacional? Eis que surge a primeira aparição indígena em suas crônicas. Deixemos que o autor se pronuncie: “Não era nacional, porque era indígena, e a poesia bárbara, a poesia *boré* ou *tupã*, não é a poesia nacional.”¹⁰⁰

100 Id. Ibidem. p. 786.

Eis nossa primeira resposta. Para Machado a poesia não poderia ser brasileira, nacional, por ser essa, indígena. Mais uma vez em desacordo com as idéias do difundido *projeto nacional*, aqui representado por von Martius e Varnhagen, renegando qualquer contribuição indígena em nossa literatura. Tal postura parece ficar mais clara quando em seguida nosso autor, de certa maneira indignado, se questiona: “O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade?”¹⁰¹

Nesse seu primeiro texto crítico, a referência ao índio se encerra com esse questionamento. Pergunta essa que, se para Machado tem uma resposta óbvia, parece ser a grande incógnita para aqueles que pensavam a nacionalidade brasileira. Questão que terá grande destaque no *manual* de von Martius e, que se perpetuará como grande preocupação mesmo após a queda da Monarquia, como vimos na obra de Romero. Mas o índio ainda voltará a ser ponto de discussão nas Críticas machadianas.

Quinze anos após o seu primeiro texto crítico, o já não tão mais jovem Machado em sua *Notícia da atual literatura brasileira - Instinto da nacionalidade*, reanima a discussão sobre o índio e a literatura nacional. Nesta nova leitura do momento que vivia a literatura brasileira no começo da década de 1870, nosso autor nos apresenta uma nova, mas não muito original versão sobre a participação da presença indígena na vida literária, de uma produção que vivia certo *instinto de nacionalidade*.

Aos olhos de Machado, a juventude literária, mesmo que: “Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* (...)”¹⁰² têm a Durão e a Basílio da Gama como ícones precursores da poesia brasileira. Os novos literatos brasileiros voltavam seus olhos para os autores da Arcádia brasileira que refletiram em suas obras a vida indiana. Mas seria essa influência dos costumes indígenas que faria desses autores os eleitos precursores da literatura brasileira para os *jovens literatos* ?

Se seguirmos as idéias de Machado, refletida em sua primeira Crítica, *O passado, o presente e o futuro da literatura*, a resposta é negativa, pois, como se questiona o autor: “O que temos nós com essa raça, com esses

101 Id.

102 Id. Ibidem. p. 801-802.

primitivos habitantes do país (...)?” Mas quinze anos se passaram, e a resposta parece ser mais cautelosa.

Para Machado, a razão para a veneração de tais autores vem da capacidade desses de buscar e introduzir em suas obras, os elementos para uma nova poesia, que dariam as primeiras fisionomias de uma *literatura brasileira*. O grande feito residiria nessa busca de novos elementos num contexto de domínio da Arcádia portuguesa: “(...) enquanto outros, Gonzaga, por exemplo, respirando ,aliás, os ares da pátria, não souberam desligar-se (...)”.¹⁰³ Se por um lado não seria justo criticar aqueles que não conseguiram se desgarrar de seu tempo, há de se exaltar àqueles que o fizeram, mesmo: “(...) quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais do que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história da homogeneidade das trações , dos costumes, das tradições.”¹⁰⁴

A história pode ter criado a homogeneidade, mas, como Machado mesmo nos apresenta, não conseguiu esconder aqueles que se diferenciaram. Já contemporâneo a Machado, o escritor Gonçalves Dias surge na crítica machadiana por chamar a atenção das musas brasileiras para a história e os costumes dos índios, que geraria uma reação às opiniões sobre a presença indígena em nossa literatura. Os poemas como *Os Timbiras, I-Juca Pirama, Tabira*, teriam reacendido as imaginações e juízos, não só sobre o elemento indígena, mas sobre a literatura brasileira.

Nesta crítica, Machado ressalta uma mudança na forma de se perceber a presença indígena. Se antes era nessa participação que residiria a nossa poesia: “Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade (...)”.¹⁰⁵ A preocupação com a participação, ou não, do indígena em nossa literatura e, ao mesmo tempo em nossa identidade nacional, encontrar-se-ia inserida na idéia de civilização. O que geraria um impasse para a construção de uma *Nação brasileira*. Como ter uma nação que se quer civilizada se nela temos povos *bárbaros* ou, como Machado se refere agora, semibárbaros. E aqui o primeiro sinal de cautela do nosso autor. Se antes ele

103 Id. *Ibidem*, p. 802.

104 Id.

105 Id.

não mediu suas palavras, e nem a indignação para brandir que nada teríamos com *essa raça de bárbaros*, agora já lhe parece um erro daqueles que afirmam: “(...) e que nada tinha a poesia com existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante (...)”.¹⁰⁶

Tendo sido a raça branca *triumfante*, nada teria sido legado da tal *raça extinta*. Machado renega qualquer influência ou participação dos índios no que ele chama de *civilização brasileira*, e por isso, seria um erro buscar neles a nossa *personalidade literária*. Mas, se não recebemos nenhum influxo do elemento indiano, qual o papel, qual a participação desse em nossa vida literária?

Para Machado, no desenvolvimento do país, em nada teriam os índios, os vencidos, contribuído. Dessa forma ele busca resolver o impasse da construção de Nação. A raça triunfante, vencedora, civilizada teria imposto o seu modelo, enquanto a raça extinta, vencida, bárbara teria o seu legado soterrado pela civilização. Mas se ele resolve um impasse, ele cria outro. Se se pode afirmar que não recebemos influxo algum dos índios, não se pode negar a sua presença em nossa produção literária. Para resolver Machado afirma: “Mas se isso é verdade, não é menos certo que tudo é matéria e poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe.”¹⁰⁷ O elemento indígena seria tema, objeto de inspiração, musa. Excluí-lo seria um erro, pois a muito que fazem parte, mesmo que de maneira passiva, de nossa literatura, crônicas, memórias. E assim é que teriam que ser encarados.

Erro esse que Machado acusa Varnhagen de cometer. Se levarmos em consideração o *Ensaio histórico sobre a letras no Brazil*, não encontramos propriamente um silêncio a respeito dos índios, mas uma ausência da discussão sobre o quanto teriam esses influídos em nossa cultura. Nesse sentido, Machado tem um posicionamento semelhante ao de Varnhagen, renega a influência, como fica claro em uma passagem que afirma: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isso basta para não ir buscar

106 Id.

107 Id.

entre as tribos vencidas os títulos de nossa personalidade literária.”¹⁰⁸, mas não deixa de perceber a sua participação, mesmo que passiva, na vida literária brasileira.

No que diz respeito aos índios, Arno Wehling, em seu livro (*Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*¹⁰⁹), nos indica os caminhos e preocupações de Varnhagen com esse tema. Nas palavras do autor: “No caso dos indígenas, Varnhagen considerou três aspectos principais: a origem, os costumes e o estágio cultural.”¹¹⁰

Seguindo as teses de von Martius, Varnhagen defendeu as mesmas teses da origem, que esses eram *ruínas de povos*¹¹¹ descendentes do que um dia foi um *grande povo*. Sobre os seus costumes fez um longo estudo sobre o trabalho, índole, caráter, vida social, entre outros numa análise repletas de juízo de valor. E por fim, constatou que a cultura indígena se encontrava em baixo grau de desenvolvimento. Segundo Wehling: “Varnhagen recusava a atribuir aos índios a base da nacionalidade, como faziam os românticos.”¹¹² Talvez por isso Machado o acuse de negar tudo aos *primeiros povos deste país*.

Dando seqüência, e recriminando mais uma vez Varnhagen, para Machado, após as obras de Magalhães e Gonçalves Dias, seria impossível negar aos índios a nossa *aplicação intelectual*, o que não podemos é torná-los exclusivos portadores do patrimônio literário brasileiro. Não apenas no *tema*, e aqui destacamos essa palavra, indígena, com que se faria a literatura brasileira. Ele seria apenas mais um dentre os existentes, desde que proporcionasse o belo. O que Machado defende, em relação à questão do índio, é o fim do exclusivismo ou exclusão do elemento indiano, como tema, como elemento poético, na literatura brasileira, e renega categoricamente o índio como *influência*, em nossa sociedade. Ou, mas claramente em suas palavras:

108 Id.

109 WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

110 Id. Ibidem. p. 160.

111 Expressão utilizada por Martius em seu livro Como se deve escrever a História do Brasil.

112 Id. Ibidem. p. 164.

Compreendemos que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo.¹¹³

Mas uma vez o conflito entre selvagem e o civilizado parece ser o ponto de preocupação em se dar mais ou menos valor a uma possível influência indígena em nossa identidade, seja ela nacional ou literária. Dentre os escritos machadianos, sejam romances, poesias, contos, ou qualquer outro gênero produzido por nosso autor, podemos ver como os *costumes civilizados* têm oferecido grande material à imaginação de Machado. Talvez por isso ele se preocupe tanto em destacar a importância de outros temas e seja contra o exclusivismo do tema indígena.

Mas essa inquietação com o exclusivismo do tema indígena é um pouco mais antiga e pode ser encontrada em seu texto crítico intitulado *José de Alencar: Iracema*, que saíra na Semana Literária a 23 de janeiro de 1866. Em seu texto dedicado a José de Alencar, ao qual Machado nutre grande respeito e admiração, nosso autor faz uma breve discussão sobre a *Escola americana*, que para o autor: “Nem nos parece que se deva chamar escola ao movimento que atraiu as musas nacionais para o tesouro das tradições indígenas.”¹¹⁴

Escola ou não, a poesia americana despertou o interesse de vários jovens poetas que se interessavam e se espelhavam em autores como Gonçalves Dias para a elaboração de suas obras. O que para Machado teria gerado uma *aberração selvagem, uma distração sem graça, nem gravidade*.¹¹⁵ Machado acusa muitos poetas de se limitarem a utilizar apenas do vocabulário indígena para pequenas rimas, sendo incapazes de passarem adiante, abrindo espaço para que a poesia americana fosse criticada e para que fosse fortalecido o ideal daqueles que, segundo Machado, defendem a exclusão dos indígenas.

Mas não se pode tomar por base uns para se condenar o todo, pois, como afirma Machado: “(...) se a história e os costumes indianos inspiraram

113 Id. Ibidem. p. 803.

114 Id. Ibidem. p. 848.

115 Id.

poetas como José Basílio, Gonçalves Dias, e Magalhães, é que se podia tirar dali criações originais, inspirações novas.”¹¹⁶ Porém, se essa primeira crítica não contenta muito a nosso autor, haveria outra que o agradaria, e essa se direciona a aqueles que acreditavam que seria a vida indígena a *tela exclusiva* da poesia brasileira.

O exclusivismo indígena seria um erro, não estaria certo delimitar as musas da literatura nacional apenas nos estudos das crônicas, da língua, dos costumes indígenas. Para Machado, esse seria um estudo válido, um modo de se exercer a poesia nacional, mas existiriam muitos outros, como da *natureza opulenta, fulgurante e vivaz que atrairia os olhos dos poetas*. Dentro de sua colaboração para a literatura, para nosso autor, os índios e seus costumes serviram de motivo para a produção de epopéias e élogos, inspirariam *Homeros e Teócritos*. Haveria neles: “(...) lutas gigantescas, audazes capitães, ilíadas sepultadas no esquecimento; o amor, a amizade, os costumes domésticos, tendo a simples natureza por teatro, oferecem à musa lírica, páginas deliciosas de sentimento e de originalidade.”¹¹⁷

Mesmo não devendo ser um exclusivo tema da literatura brasileira e não tendo o indígena influído em nossas vidas, esses, como tema ou motivo de inspiração de nossas musas, trazem uma grande quantidade de imagens, sentimentos, ações, heróis, cenários que enriqueceriam e trariam o belo à nossa literatura. Excluí-los seria muito mais que um erro, seria um desperdício de tão rico e diverso tema, torná-lo exclusivo, incorreria no mesmo erro. Os poetas não devem se privar de tudo aquilo que os traga inspiração, que traga o belo a sua obra, pois não só no elemento indígena é que encontraremos o nacional.

Exaltando essa diversidade, Machado faz o seguinte comentário: “O poeta em muito para escolher nessas *ruínas* já exploradas, mas não completamente conhecidas.(grifo meu)”¹¹⁸ Machado parece não ser o primeiro a se referir aos índios com a palavra *ruína*. Como vimos anteriormente, Varnhagen, seguindo von Martius, também se utilizou dessa para fazer

116 Id.

117 Id. Ibidem. p. 484.

118 Id. Ibidem. p. 849.

referência à raça indígena. Mas o porque do uso desse vocábulo para se referir aos indígenas?

Como já comentamos anteriormente, Arno Wehling nos afirma que quanto a questão da origem dos índios, esses seriam apenas *ruínas* daqueles que um dia foi um *grande povo*. Porém, Wehling não discute o motivo de tal colocação e deixa para Romero a crítica de tal tese. Como afirma o autor:

Essa tese seria mais tarde associada por Sívio Romero, em sua diatribe contra Martius, às concepções roussonianas do bom selvagem e da bondade natural. Certamente, quanto a Varnhagen, a associação é impropriedade. Embora, considerando correta a idéia de um “grande povo”, não admitia a posição racionalista: “não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem (...)”.¹¹⁹

Mas se Varnhagen não nos deixa muitas pistas, von Martius pode nos ser mais esclarecedor. Talvez essa tese tenha base no confronto entre os índios de nosso território e os que habitavam a América espanhola. Frente as grandes construções deixadas por outro, como Incas e Astecas, Martius não descarta a possibilidade de tais construções serem aqui encontradas. Martius afirma que:

Como um assunto de suma importância para o etnógrafo notam-se as indagações sobre as construções americanas que ultimamente exercitaram ao vivo interesse. Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutar igualmente as ruínas de Paupatla, México, Uxmal, Copán, Quito, Tiaguanaro, etc., se quiser formar um juízo geral sobre o passado dos povos americanos. Até agora não se descobriram no Brasil (ao menos que eu saiba) vestígios de semelhantes construções (...). A circunstância, porém, no Brasil certamente não basta para duvidar que também neste país reinava, em tempos muitos remotos, uma civilização superior, semelhante à de outros países que acabo e mencionar (México, Cundinamarca e Bolívia).¹²⁰

A partir de uma associação com a arquitetura de alguns povos indígenas que naqueles dias, de suas enormes e espetaculares construções, se encontravam em estado de ruína, von Martius monta o raciocínio de que esses um dia foram grande povos, civilizados, e que se encontravam em pleno declínio social e moral. Eram apenas ruínas. Mas, o que os levou a

119 Id. Ibidem. p. 160.

120 Id. Ibidem. p. 38.

esse estado? Teriam eles ,simplesmente, caminhado na contramão do progresso? Seria isso possível? Essa já é mais uma pergunta que, nesse momento, ficará sem respostas. O único que fica claro é o papel do *branco* nessa história: trazer a civilização, reconduzir os índios para que façam parte do que um dia eles já tiveram, *a civilização*.

Não podemos afirmar que esse seria a tese de Machado, que esses seriam os seus motivos para se referir aos índios como *ruínas*. Mas esse parece ser um discurso compartilhado pelos intelectuais oitocentista. Mas, como podemos observar nem todos se enquadram nesse modelo. Romero, por exemplo, se distancia dessa visão e critica Varnhagen por esse motivo. Infelizmente Machado não nos deixa mais pistas para que possamos solucionar mais essa questão.

Em seguida Machado irá falar diretamente da obra e Alencar, mais especificamente de *Iracema*. Dará à descrição da obra, seus personagens, a beleza das personagens femininas, a grande maestria do autor, a importância e o encanto da natureza. Mas esse relato já foge ao nosso propósito. Entre suas críticas e crônica, essas são as últimas notícias que teremos dos índios na obra de Machado. Apesar de existirem poucos textos que fazem referência ao índio e sua participação na literatura e na identidade nacional, a posição de Machado parece ficar clara. Nega-se a influência, aceita-se o tema. Passemos agora aos negros.

Se o índio se faz presente nas discussões literárias, ou seja, nas Críticas machadianas, ao negro resta-lhe o silêncio. Não encontramos nenhuma menção a uma possível influência ou participação dos negros na literatura brasileira. Mas o silêncio às vezes diz mais que muitas palavras. Ele pode ser a mais eficaz forma de exclusão. Fora da Crítica, os negros estiveram presentes compondo vários cenários da obra de Machado. A cidade, palco da grande maioria dos romances e contos machadianos, estava repleta de negros de ganho, de libertos e negros fujões. Se, diferente dos índios, os negros talvez não traziam as condições para o *belo*, não poderiam ser ignorados como *elementos* de cenário.

Mas não apenas como meros figurantes é que encontramos os negros na obra de Machado. Como perspicaz observador da sociedade imperial, nosso autor, em suas crônicas, deu um tratamento muito particular às

discussões que se referiam aos negros. Porém, não aos negros, como *raça*, mas como escravos. E isso é o que primeiro nos chama a atenção, mesmo que não chegue a ser uma surpresa. Nas crônicas machadianas, os negros só aparecem em discussão quando o assunto é escravidão. *Problema* esse que parece incomodar toda uma sociedade. O que fazer com os negros, ou melhor, com os escravos? Manter ou não a escravidão? Como sustentar a escravidão em um país que se quer Nação civilizada? Essas e muitas outras questões já preocupavam àqueles que pensavam o Brasil, ainda antes mesmo de sermos independentes.

O brasilianista Stuart B. Schwartz em seu artigo: *Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo*¹²¹, em que o autor buscará entender a identidade, ligado a idéia de povo numa sociedade escravocrata, nos chama a atenção para a idéia de que no período colonial, com a riqueza criada pelo açúcar, cresce a importância do Brasil, que passa a ser a maior fonte de renda frente ao Império Luso. Com isto, surge uma série de sugestões para que se transfira a corte portuguesa para o Brasil. Como afirma Schwartz:

Parece nítido que durante a luta pela sucessão ao trono de Portugal, que se seguiu à morte de d. Sebastião, em 1578, d. Antônio, o Prior de Crato, chega a considerar a idéia de se estabelecer como rei do Brasil e esperava utilizar a colônia como base de suas futuras pretensões.¹²²

Esta possível transferência faz emergir, nesse momento, a questão do caráter daqueles que habitava o país. *Uma verdadeira grandeza exigiria um grande povo*. E é aí que surge o problema, já que neste sentido, o Brasil era considerado pelos portugueses, extremamente deficiente. A questão de uma terra sem um povo digno de sua riqueza irá prevalecer durante todo o século XVIII, principalmente no conceito daqueles que governavam a colônia. Apesar de sua grandeza, para os portugueses, o Brasil, continuava sendo um território perigoso, um lugar para crescer e progredir, mas não para habitar.

121 SCHWARTZ, Stuart. *Gente da terra braziliense da nação. Pensar o Brasil: a construção de um povo*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

122 Id. *Ibidem*, p. 108.

O Brasil era uma terra que desafiava as concepções européias, tanto nos seus aspectos físicos, como pelo caráter de seus habitantes. Como poderia existir uma comunidade num local onde a maioria de seus habitantes eram culturalmente distintos, pagãos e escravos? Para os governantes e funcionários portugueses, o Brasil era dotado de uma “população”, mas não se constituía como “povo”. Para Schwartz:

O conceito de ‘povo’ enquanto terceiro estado na sociedade de ordens e na base de toda a sociedade não chegou a ser estabelecido na colônia. As referências mais antigas falam de ‘pessoas de menor condição’, ‘moradores’ e ‘povoadores’, mas a idéia de um ‘povo’, orgânica e constitucionalmente vinculada ao corpo da política e ao rei estava, em larga medida, ausente.¹²³

Ter escravos parece ser um empecilho para as concepções européias de povo, civilização, nação. Mas quem os escravizavam, não eram eles? Parece que enquanto não estivessem em seu quintal, tudo bem. Com a independência em 1822, se os escravos eram um *problema* que não incomodavam dentro do território português, eram sim partes do nosso quintal. E mais uma vez a discussão vem à tona. O próprio José Bonifácio já faria suas ressalvas a respeito da escravidão. Mesmo a favor do seu fim, sabia da inviabilidade de que essa fosse suprimida de forma brusca e defendia uma lenta e gradual alforria.

O processo de alforria se deu sessenta e sete anos após a independência e após uma série de projetos e leis que culminariam na Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, a contragosto da maioria dos grandes fazendeiros, tornando livres, mas não cidadãos, os escravos no Brasil. E é nessa trilha, que seguiremos as crônicas de Machado para tentarmos entender como esse se posicionou em relação à escravidão e por meio dela, ao negro.

Antes de nos adentrarmos nas crônicas de Machado, nas trilhas que possam nos levar a melhor entender a participação dos negros, ou melhor, em que papéis assumiriam, se é que existe esse espaço, nas idéias de nacionalidade e identidade literária de Machado de Assis, cabe uma ressalva. As crônicas machadianas, publicadas, em sua maioria, em jornais, não foram

123 Id. Ibidem, p. 111.

assinadas e as suas autorias não eram de conhecimento público. Sendo assim, o uso da primeira pessoa em suas crônicas faz do narrador, e assim nos referiremos ao *autor desconhecido*, para distingui-lo de Machado de Assis, um representante, não eleito, da sociedade carioca. Dado o aviso, sigamos.

A primeira aparição, nas crônicas, do problema da escravidão surge em 1876 em suas *Histórias de 15 Dias*, quando a Lei do Ventre livre fazia cinco anos. A crônica faz referência ao fundo de emancipação, que para o narrador seria de “interesse geral”. Criado pela Lei do Ventre Livre, em 1871, o fundo de emancipação para a escravidão previa atingir o objetivo de, anualmente, libertar, em cada província do Império, tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação. Fundo esse formado da taxa de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, da décima parte das que forem concedidas para correrem na capital do Império, das multas impostas em virtude dessa lei, das quotas que seriam marcadas no orçamento geral e, por fim, de subscrições, doações e legados com esse destino.¹²⁴

Machado anuncia sua crônica com uma crítica ao fundo. Não pela sua existência, mas pela sua execução. O número de escravos emancipados e a quantidade de municípios que o fundo vinha alcançado parecem não agradar ao narrador, que afirma: “Esperamos que o número seja grande quando a libertação estiver feita em todo o império”.¹²⁵ E aqui aparece um Machado que não sabemos se favorável à alforria ou a que se cumpra a lei. Mas que prefere a alforria a um ato que apenas serve de medida paliativa, não resolve o problema.

Para o narrador, a Lei do Ventre Livre foi um grande passo, e, se tivesse vindo anos antes, talvez a sociedade de sua época estivesse em outras condições. E fica o mistério. A que condições se referiria o narrador? Quem sabe a uma bem adversa a que faz referência no parágrafo seguinte:

124 Ver Lei do ventre livre, 1871.

125 Id. Ibidem. p. 352.

- Hoje os escravos estão atinados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue e dizia: Anda, diabo, não estás assim pelo que eu fiz!”¹²⁶

Favorável ou não a essa opinião, não identificada de quem, as leis que apontam em direção a alforria parece refletir as mudanças em relação à dinâmica da escravidão, principalmente nas cidades. Muito mais do que libertar os filhos de escravas, a Lei do Ventre Livre regulariza uma praxe que já se podia notar nas ruas do Rio de Janeiro. Exemplo disso se reflete no quarto artigo da lei, que garante o direito de formação de pecúlio aos escravos, sejam provindos de herança, doação, legado, ou, com o consentimento do senhor, fruto de seu trabalho. Esse artigo regularizava uma prática do denominado escravo de ganho, que, em suas atividades cotidianas, trabalhavam nas ruas, exercendo as mais diversas profissões e, em diversos casos, juntando pecúlio para a compra da sua liberdade. As leis vêm de uma práxis, difícil é regularizar algo que ainda não se vive. Ou, como anuncia o artigo 179 II da constituição de 1824: Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade publica. Como observa Sidney Chalhoub, em seu trabalho sobre as últimas décadas da escravidão na corte:

(...) a lei do ventre livre representou o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume, e a aceitação de alguns dos objetivos das lutas do negro. Na realidade, é possível interpretar a lei de 28 de setembro, entre outras coisas, como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram “arrancadas” pelos escravos às classes proprietárias.¹²⁷

Seguindo a trilha dos projetos e leis que discutiam e davam novos rumos à escravidão no país, a nova notícia que teremos de tal situação nos textos de Machado surge em 1885, meses após a Lei do Sexagenário, no mês de setembro do mesmo ano. Apesar de não fazer referência a essa lei, o autor retoma o assunto das alforrias como meio de criticar alguns atos da monarquia, a qual, o narrador, teria muito apreço. O que o incomoda é certo

126 Id.

127 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 27.

tipo de *filantropia real* que estaria se transformando em uma *filantropia artificial*. De certo modo, Machado discorda das ações que apenas tapariam o sol com a peneira, que não resolveria o problema, apenas aliviariam a pressão. Como nos fala o narrador:

O único senão que se poderá notar nesse método, (fundo de emancipação) é que, ao lado da filantropia real, estamos vendo florescer uma filantropia artificial em grande escala; mas depois do sol artificial do Sr. Dr. Costa Lopes e dos vinhos artificiais de outras pessoas, creio que podemos ir aposentando a natureza.¹²⁸

Parece que idéias mirabolantes para se chegar ao fim da escravidão eram o que não faltava no Império. De certo modo isso demonstra como esse assunto se fazia presente na sociedade imperial. Segundo nos informa o narrador, um anônimo propôs que se elaborasse uma escala de preços aos títulos nobiliários e que tal renda fosse revertida para a emancipação dos escravos. A idéia parece ser bem recebida, apesar de não ser nenhuma novidade, como nos mostra, já que: “Também José Clemente levantou o Hospício de Pedro II, por igual método; lucraram os infelizes, doidos, e lucraram todos nós (...)”.¹²⁹ Mas apesar das tais ações terem *boas intenções*, mais uma vez, não solucionava o problema. E é para esse ponto que direciona a sua crítica, e conclui: “Não; o mal da idéia é que, por mais que acudissem aos títulos, o dinheiro que recolhesse não chegaria para um buraco do dente da escravidão.”¹³⁰

Qual seria então a solução para tal impasse? Como tampar o buraco que tanto incomoda os dentes do Império? Soluções não aparecem, críticas sobram. Machado foi um grande crítico das ações do estado, dos problemas da escravidão, da certa prática de remediar, mas não solucionar. Três anos após essa crônica, chegaria o dia em que não mais precisaríamos do fundo de emancipação, e no dia 4 de maio de 1888, em sua crônica *Bons Dias*, Machado anunciaria a lei da abolição.

O narrador inicia sua crônica acima, informando aos seus leitores que sofria de um constipado que o impediria de tirar o chapéu. Exatamente

128

129 Id. Ibidem. p. 479.

130 Id.

em um dia que precisaria estar em perfeita saúde, por uma série de razões, e das quais nos cita duas. A primeira, que nos importa, fala da reabertura da Câmara, e do discurso inicial da Princesa Isabel anunciando a lei da abolição. Assunto esse que para nós seria o grande alvo da sua crônica, devido à importância que damos a esse acontecimento. Mero engano. Parece que a política no Ceará atraiu mais a atenção do nosso atento cronista, segunda razão para gozar de plena saúde.

Mas uma vez Machado nos prega uma peça. E, mesmo antes que questionemos sobre a relevância da lei da abolição frente à política cearense, Machado nos presenteia com duas crônicas, que se seguem, centradas na questão abolicionista. A primeira é do dia 11 de maio, três dias antes de a Lei Áurea ser sancionada pela Princesa Isabel. Essa crônica sintetiza as agonias e críticas de Machado em relação ao problema da escravidão e as atitudes do governo imperial em relação a essa questão.

Machado irá colocar de maneira mais direta, se é que podemos dizer assim, as suas percepções acerca da abolição. Para nosso autor, via narrador, a questão da abolição reside no impasse entre liberdade e propriedade, dois preceitos constitucionais, que no caso da escravidão se chocam frontalmente. O que defender: liberdade ou propriedade? Como diria o narrador na crônica:

Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade do espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicaram a opinião racional e os seus fundamentos.¹³¹

Está colocada a questão, cabe chegar a uma solução, se é que ela existe. Interessante notar, para reforçar ainda mais esse impasse, é o conceito de escravo que nos apresenta Machado nesse momento. Fazendo referência a um movimento de fugas em Campos e Ouro Preto, o escravo seria “indivíduos que, pela legislação em vigor eram obrigados a servir a uma pessoa”.¹³² Legalmente, parece que esses não seriam designados como

131 Id.

132 Id.

propriedade, mas, talvez pelo princípio da compra e venda, esses eram socialmente reconhecidos como tal.

É o artigo 179 da Constituição de 1824 que rege a inviolabilidade do direito à propriedade e a liberdade dos *cidadãos* brasileiros. Resta saber se o escravo é um cidadão, se não o for, fiquemos com a propriedade, assim nenhum princípio estaria sendo violado. Garantir-se-ia o direito à propriedade dos Senhores e não feriríamos a liberdade, já que essa só é reservada aos cidadãos. Seguindo esse raciocínio poderíamos afirmar que Machado vê os escravos como cidadãos? Pelo raciocínio simples parece que sim, mas essa é uma afirmação muito perigosa de ser feita. Ao final, nem mesmo a constituição os aceita como tal, só o seriam após alcançarem sua liberdade, já que nesse caso sim, essa os reconheceria. Porém, a práxis social suplanta a análise fria da legislação. O que torna mais complicada, e interessante essa questão.

Mas, o que significaria, então, a liberdade, que tanto defende Machado, e que por tanto tempo foi negada aos negros? Boas pistas nos deixa o autor em suas crônicas. Sigamos algumas delas.

O discurso de defesa da liberdade surge nas crônicas machadianas com um princípio a ser defendido, mesmo nos casos mais extremos, e porque não, estranhos do cotidiano fluminense. Como no caso, narrado em uma das crônicas, mais especificamente, *Balas de Estalo*, de 2 de junho de 1883, quando o narrador defende o direito de liberdade dos doentes, seja ela de voto, de consciência, de testar, do ventre, e até mesmo de descompor. Porém, parece que aos doentes lhes têm negado o direito, a liberdade de escolha de seu tratamento. Como nos conta o narrador: “Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há, para o doente, a liberdade de medicar-se mal.”¹³³

E se a defesa do direito à liberdade de *medicar-se mal*, parece estranha, ou no mínimo cômica, essa não é a única, defende-se, também, a liberdade de exhibir os ossos de defuntos em uma vitrine. Por mais absurdo que pareça a idéia para o narrador, o que lhe interessa é a discussão da

133 Id. *Ibidem*. p. 413.

limitação das liberdades. Como vemos no trecho em que a polícia pede àqueles que expunham em suas vitrines os ossos de um falecido:

(...) pediu aos donos que retirassem os ossos da vitrina. Responderam-lhe naturalmente que não podiam fazê-lo, desde que ali foram levados por outras pessoas, mas que iam entender-se com elas. O agente, porém, que levava o plano feito, declarou que não trazia ordem de esperar e insistiu em que os ossos fossem retirados imediatamente.

Se não havia leis que proibiam a exposição de ossos, deveria prevalecer a liberdade. O que não se poderia permitir são os abusos:

Enfim, está acabado. Concluo dizendo à autoridade que é um erro abusar do poder; as liberdades vingam-se, e a liberdade de expor não é a menos vivaz e rancorosa. Hoje tiram-nos o direito de expor um par de canelas; amanhã arrancam-nos o de expor as nossas queixas.

Não vejam nisso um trocadilho: premissa traz consequência. Liberdade morta, liberdade moribunda.¹³⁴

E os exemplos da defesa e da importância que se dá à liberdade se espalham pela sua obra. Mas, seria apenas a liberdade um princípio constitucional? Teria apenas um significado legal? Muito mais que uma garantia constitucional, reservada aos cidadãos brasileiros, ou seja, aos nascidos no Brasil, ingênuos ou libertos, filhos de brasileiros e naturalizados, de acordo com a lei, a liberdade seria uma necessidade. Defendida para alguns, negada a outros. Necessidade essa que nos aproximaria dos Estados Unidos, que, mesmo antes da nossa independência, nos serviu de modelo, de inspiração para a nossa emancipação. Como nos informa o narrador:

Que os Estados Unidos começam de galantear-nos, é coisa fora de dúvida; correspondamos ao galanteio; flor por flor, olhadela por olhadela, apertão por apertão. Conjuguemos os nossos interesses, e um pouco também os nossos sentimentos; para este há um elo, a liberdade; para aqueles, há outro, que é o trabalho; e o que são o trabalho e a liberdade senão as duas grandes necessidades do homem? Com um e outro se conquistam a ciência, a prosperidade e a ventura pública.

134 Id. Ibidem. p. 438.

Apenas com a liberdade teremos conquistas, progresso, ciência. Um país civilizado. Mas uma vez a pergunta que tanto martela a mente dos que pensavam a Nação: como construir uma nação, civilizada, mantendo a escravidão? Talvez a escravidão fosse melhor que a incorporação do *elemento negro* na sociedade. Enquanto escravo, o negro não se enquadraria socialmente como cidadão. Para Machado o escravo seria o *indivíduo* obrigado, por lei, a servir a uma pessoa, para essa *pessoa*, seria apenas mais uma propriedade. Manter o negro na condição de escravo constituía um problema, libertá-los constituiria outros mais. Porém, como nos informa Chalhoub, problema ou não, essa era uma questão que extrapolava os limites das fazendas, pois:

Este era um assunto econômico, pois afinal dele dependia a autonomia econômica ou não dos negros em suas atividades produtivas, assim como a disponibilidade ou não da força de trabalho dos ex-escravos para os senhores que se tornavam patrões. Este era um assunto político, pois afinal o governo podia agora interferir mais decisivamente na organização das relações de trabalho. Insinuava-se aqui também a questão social: afinal, eram agora necessárias políticas públicas no sentido de viabilizar ao negro liberto a obtenção de condições de moradia, alimentação e instrução, todos assuntos percebidos anteriormente como parte das atribuições dos senhores.¹³⁵

A afirmação de Chaloub nos dá uma maior percepção da dimensão da questão da liberdade, ou, liberação dos escravos nas últimas décadas do Segundo Reinado e nos será de grande auxílio para a análise da última crônica acerca essa questão. Cheguemos então ao dia da alforria, voltemos nossa atenção para a crônica que se refere a tal ato:

BONS DIAS! Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

135 Id. Ibidem. p. 26.

No golpe do meio (*coupe do milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua) levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que e ainda meu sobrinho) pegou de outra taça e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao ato que acabava de publicar brindando ao primeiro dos cariocas Ouvi cabisbaixo: fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas. E chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras: que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *es livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites.¹³⁶

A crônica tem início com uma grande ironia. O narrador aparece como um profeta, mas um profeta de fatos já ocorridos, um profeta do passado. Seria talvez esse narrador um historiador? Bom, se o é, não podemos afirmar

136 Id. Ibidem. p. 489-491.

com maior convicção, mas seria essa uma boa definição para o nosso ofício. Mas, essa posição em que se coloca o narrador, nos dá uma leitura muito interessante da crônica. Vejamos o narrador, como dito anteriormente, como um representante, um porta-voz da sociedade, que assume várias posições sociais, de acordo com o tema da crônica. Nesta, ele representaria os proprietários, ou melhor, ex-proprietários de escravos. Partamos então dessa premissa.

O narrador expõe a situação, alforriara Pancrácio, um *molecote de mais ou menos dezoito anos*. Era esse filho da Lei do Ventre livre, se fizermos as contas, nascera no mesmo ano da lei. E, assim como a lei, crescera e já se encontrava mais alto que o senhor. Parece que nada mais se poderia fazer. Mesmo a contra gosto, a abolição, que lentamente chegaria a sua consolidação, já não mais poderia estar sobre o controle dos senhores. De certo modo, poderia ser esta a grande moral da crônica: mesmo que perdida a causa, mantenhamos a pose, perdemos a propriedade, louvemos a liberdade.

E é no louvor a liberdade que se trás a santidade, como os *trinta e três convidados*, simbólico, concordamos. Agora, alforria feita, a liberdade passa a ser vista como um *don de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado*. Parece que os senhores demoraram muito a entender. Mas agora, frente a seus pares, o senhor anunciava a liberdade de Pancrácio, que ainda escravo, se joga aos pés do senhor. Agradece-se a liberdade, com um gesto servil. Mas que futuro se reserva aos ex-escravos

A vida pós-abolição pode ser representada pela virada do dia. Passada a festa, as comemorações, vem o dia-a-dia, o cotidiano, a ressaca de uma lei que veio sem muitas projeções futuras. Levaram sessenta e seis anos para abolirem a escravidão, levando em conta o ano da independência, de forma lenta e gradual, mas, nesses anos todos, muito pouco se pensou em como integrar os negros. E agora, muito mais que libertos, ex-escravos. Tentemos então buscar entender como se resolve essa situação em nossa crônica.

O senhor propõe a Pancrácio que fique, e é interrompido por esse mesmo no momento em que falava sobre o seu ordenado, que não seria muito. Só a possibilidade de permanecer já parece agradar ao liberto, como

se esse não soubesse lidar com isso. Gostariam os senhores que assim fosse. Mas o filho da Lei do Ventre livre, já há aproximadamente dezoito anos que conquistara o seu direito de pecúlio, de ser dono e responsável pelos seus ganhos.

Mesmo livre, e podendo ir para onde quisesse, usufruindo assim do seu direito de liberdade, Pancrácio fica, e rapidamente volta, ou quem sabe nunca deixou de ter, a sua rotina de atividades e tratamentos dados aos escravos, aceitando mesmo os *petelecos* deferidos pelo senhor. *Petelecos* esses antes dados por direito, agora por *efeito da liberdade*, já que assim como a liberdade, o *peteleco* seria, no fim do raciocínio, um direito quase *divino*.

Mesmo sob as *asas* dos senhores, o *elemento negro* continuava presente, *incomodando* o projeto de construção de uma nação, branca, monárquica e civilizada. Então, o que fazer? A miscigenação parece dar algumas respostas. Como vimos esta é uma saída proposta por Romero, que estava muito mais ligado às idéias raciais que se propagaram no Brasil, vindas da Europa, na segunda metade do século XIX. Mais uma chance para contrapormos as idéias de Machado, frente a esses discursos e à idéia de Silvio Romero.

Mas, se já falamos dos negros e dos índios, o leitor pode se perguntar: *e os brancos?* Como afirmamos anteriormente, fora os índios, aos quais Machado se reserva a falar da sua *influência* ou não na nossa literatura, na nossa identidade, ao contrário de von Martius, Varnhagen e Romero, ele não faz esse recorte de colocar as *três raças* em conflito, determinando o que e de que forma cada uma delas teria contribuído para a nossa identidade. Nós é que buscamos esses elementos, soltos em sua obra, para tentar entender essas questões dentro desse quadro maior das três raças.

Então, como encontrar o *branco* nas nossas fontes, já que ele não faz referência a esse? Se o *elemento* branco não está sendo citado diretamente, este aparece sempre como contraponto às outras raças. O *branco* é o modelo a ser atingido, é o ponto de referência para a análise das demais *raças*. É a partir de seus hábitos, costumes, língua que se classificavam os negros e índios, que se comparava o seu nível de civilização, de evolução. E

é por meio dessas comparações que podemos detectar o papel do branco na obra de Machado. Sigamos esse método.

Modelo de sucesso na Europa, as teorias raciais chegam ao Brasil e são recebidas com bastante entusiasmo. Nos principais estabelecimentos científicos brasileiros elas viraram o centro das atenções da nossa reduzida elite pensante. Porém, ao contrário de algumas doutrinas, como o positivismo, como nos informa Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*:

Tais modelos deterministas (teorias raciais) acabaram recebendo um tratamento particularmente caricatural no que se refere a seu conteúdo, pairando uma espécie de má consciência em relação à larga adoção dessas doutrinas em território nacional.¹³⁷

O pensamento racial, com suas teorias sobre a origem e desenvolvimento do ser humano caia como uma luva no pensamento nacional, já que entre a maioria dos pensadores da nacionalidade e identidade brasileira, as três raças seriam a base da nossa formação, e tais teorias poderiam ajudar a melhor compreensão da participação e contribuição de cada uma delas.

Como podemos reparar nas obras de von Martius e Varnhagen, a contribuição de cada raça para a formação do brasileiro, tinha um caráter mais social, que se limitava às atividades desenvolvidas por cada uma delas e por uma certa índole, ou caráter que nos teria deixado cada raça como um legado. Com as teorias raciais, a discussão ganhava um caráter, e até mesmo, um respaldo mais *científico* para as argumentações de nossos pensadores, principalmente no que diz respeito a uma certa superioridade e domínio europeu sobre os demais povos.

Mas, a transposição dessas teorias não seria algo fácil de se fazer. As diferenças da conformação sociais no Brasil eram muito diversas daqueles países que promoviam tais teorias, o que obrigava a adaptação dessas em território brasileiro. Principalmente se quiséssemos nos utilizar delas mantendo o projeto nacional do Império. Como nos informa Schwarcz:

137 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 15.

Mas a adoção dessas teorias não poderiam ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com o fim a escravidão – começavam a ser publicamente postas em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar.¹³⁸

Como então quebrar esse impasse? Seria então, na brecha desse paradoxo que os *homens de ciência* brasileiros encontrariam uma original saída a partir da acomodação de modelos das mais diversas origens. De Darwin adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua *natural* hierarquia, o que garantiria a hegemonia européia, e se deixaria de lado os problemas ligados à miscigenação. Das máximas do evolucionismo social recorreu-se à idéia de que as raças não estariam estagnadas, mas em constante evolução e *aperfeiçoamento*. Com isso, no conflito de teorias e modelos excludentes, buscava-se transformar modelos de difícil aceitação em teorias de sucesso. Nas palavras de Schwarcz:

Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos arranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.¹³⁹

A miscigenação surgia como um dos projetos viáveis para a nação. Miscigenar para embranquecer. Não demorou muito para que a idéia de miscigenação chegasse a um possível *embranquecimento* da nossa população. A superioridade da raça branca, com o tempo, suplantaria as demais raças e num futuro, não muito distante, teríamos uma nação branca nos trópicos. Tudo parecia fazer muito sentido. E esse embranquecimento ficaria mais patente se retomarmos a citação e Romero feita ainda no primeiro capítulo: “Com a extinção do tráfico de africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada de europeus, poderá vir a

138 Id. *Ibidem*. p. 18.

139 Id. *Ibidem*. p. 65.

predominar de futuro, ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável.”¹⁴⁰

Por um lado, principalmente nos países europeus, a não aceitação da miscigenação, como fator de degeneração racial, e por outro, essa como modelo de embranquecimento e aperfeiçoamento da raça aparece em dois momentos distintos nas crônicas machadianas. A primeira delas, a 23 de outubro de 1883, retrata a bem a questão racial de dois pontos de vista, de um lado a do europeu e, do outro, a do nosso país. Vejamos a crônica:

A Gazeta de Londres publicou, em seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao Conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever esse documento:

À S. Ex.^a o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Calcutá, 13 de agosto de 1883.

Senhor Conde

Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença

a V. Ex.^a para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo.

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.^a que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chimpanzé entre os macacos, estava há muito abandonado. Mas persistia a convicção de que, embora pertencente à família humana, o chimpanzé fosse refratário ao trabalho. Esta mesma convicção vai desaparecer, depois das brilhantes experiências feitas nos domínios de Sua Majestade, e até na China e no Japão.

O primeiro súbdito de Sua Majestade que empregou o chimpanzé, foi *Sir John Sterling*, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1864 o seu trabalhador era o chim comum. Ultimamente, porém, deu-se uma desordem, verdadeira rebelião, e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. *Sir John Sterling* resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícia de que o chimpanzé era moralmente superior ao chim comum, mandou contratar uns trinta para ensaio, e deu-se muito bem com eles. Daí a seis meses a plantação tinha cerca de cem indivíduos: hoje conta setecentos e trinta. Dois parentes seus lançaram mão do mesmo instrumento de trabalho; hoje há muitíssimas plantações que não têm outro.

140 Id. *Ibidem*. p. 47.

Foram os parentes de Sir John Sterling, que me deram as notícias que nesta data transmito a V. Ex.^a o Sr. Secretário das Colônias, e que vou resumir para uso de V. Ex.^a

A primeira vantagem do chimpanzé é que é muito mais sóbrio que o Chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este (galinhas, patos, gansos, etc.), não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes. O chimpanzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling e seus parentes afirmaram que têm conseguido fazer com que os chimpanzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chimpanzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Ex.^a calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns.

Quanto aos lucros, dizem-me que são de vinte e cinco a vinte e oito por cento, Sir John Sterling fez no ano de 1881, com o chim comum, vinte mil libras; em 1882, tendo introduzido em março os primeiros chimpanzés, apurou quinze mil libras; e nos primeiros seis meses deste ano vai em onze mil e quinhentas. A perfeição do trabalho é, ou a mesma, ou maior. A celeridade é dobrada, e a limpeza é tão superior, que Sir John não viu nada melhor na Inglaterra.

No ofício ao Secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos, que não reproduzo para não alongar este.

A princípio houve relutância em admitir o chimpanzé pelo fato de andar muita vez a quatro pés; mas Sir John Sterling, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chimpanzé é uma questão de costumes. Na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conclui da posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chimpanzé; sendo ambos o mesmíssimo caso: — uma questão de aparência e preconceito. Felizmente, a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chimpanzé começa a ser julgado de um modo eqüitativo, científico e prático.

Rogo a V. Ex. se digne submeter estes fatos ao conhecimento do Senhor Gladstone.

Sou, etc.

WEBSTER.

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substituto. Segundo a carta transcrita, o chimpanzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento, porque o chimpanzé não se cruzará com as raças do país.¹⁴¹

141 Id. Ibidem. p. 420 – 422.

Parece claro que a questão racial era discutida não apenas em território brasileiro. O século XIX, marcado internacionalmente pela política Imperialista dos países europeus sobre continentes como a África e a Ásia, também provocava o confronto das raças e gerava motivos de longos debates, acadêmicos ou políticos, sobre o assunto. Neste caso, a questão dos *chins* parece perpassar as fronteiras do Império inglês e preocupar também os brasileiros. A vinda de asiáticos ao Brasil, fruto de uma política de imigração e substituição de mão de obra, parece não só incomodar, como gerar *horror*.

Horror esse bastante plausível. Se a idéia da imigração se enquadra dentro de um ideal de embranquecimento da população, a vinda de imigrantes, coloquemos assim, não brancos, perde todo o sentido. A *feiçã branca*, tão desejada por Romero, e porque não, por von Martius e Varnhagen, teria indesejáveis olhos puxados. Seria, talvez, o medo, ao que se refere Machado, do *abastardamento* da raça.

A relutância em relação a imigrantes *não brancos* nos dá indícios de como o ideal de miscigenação e das hierarquias das raças já se faziam presentes no cotidiano da segunda metade do século XIX. O horror aos *chins*, pelo possível *abastardamento* da raça que poderia ocasionar, trás consigo um raciocínio do modelo racial aqui adaptado. Hierarquia e aperfeiçoamento. Trazer *chins*, raças consideradas inferiores, degenerariam ainda mais, um povo já tão *abastardo* por negros e índios.

Dentro desse movimento imigracionista, destaca-se o Senador Taunay. E é dele que Machado irá se referir numa crônica, já mencionada anteriormente, do dia 28 de outubro de 1888: 'Não se pode negar que o Senhor Senador Taunay tem o seu lugar marcado no movimento imigracionista, e lugar iminente; trabalha, fala, escreve, dedica-se de coração, fundou uma sociedade, e luta por algumas grandes reformas.'¹⁴² Porém, apesar do apreço que parece mostrar pelo Senhor Senador, algumas críticas se dirigem a ele por um projeto que pretende apresentar, e que muito tem a ver com as questões dos chins.

142 Id. Ibidem. p. 502.

No ano de 1888 já chegava ao Brasil aproximadamente 91 mil imigrantes, que em sua grande maioria se direcionavam para as lavouras de café do oeste paulista sob o sistema de parceria. Um dos argumentos para essa enorme quantidade de imigrantes que chegavam nos portos brasileiros, principalmente após a lei Áurea, era a substituição de mão de obra e colonização do território. O fim do tráfico de escravos tinha limitado o número de braços para o plantio, situação essa agravada pelo rápido desenvolvimento e crescimento da importância do café no sudeste brasileiro.

Porém, o projeto de imigração não se limitava apenas à vinda de mão de obra para as lavouras, sendo assim, qual seria então o motivo para que se rejeitassem os *chins*? De certa maneira, a proposta de um projeto de naturalização do senador Taunay tem forte ligação com essa política de imigração, mesmo que seja vista com desconfiança por Machado:

Entretanto, a gente pode admirá-lo e estimá-lo, sem achar que este último projeto seja inteiramente bom. Uma coisa boa que lá está, é a grande naturalização. Não sei se ando certo, atribuindo àquela palavra o direito do naturalizado a todos os cargos públicos. Pois, senhor, acho acertado. Com efeito, se o homem é brasileiro e apto, por que não será para tudo aquilo que podem ser outros brasileiros aptos?¹⁴³

Taunay, desde a década de 1880, quando retorna ao Brasil, após longa viagem de estudo na Europa, dedica-se, entre outras coisas, a libertação gradual dos escravos e a imigração. Em 1888, como nos informa Machado, faz proposta de naturalização dos estrangeiros, e pelos comentários, ou críticas, como melhor couber, demonstra a face do projeto de embranquecimento que se instaura no país. Pois, até mesmo a Taunay, parece se sentir incomodado pela presença dos *chins*:

Mas o projeto traz outras cousas que bolem comigo, e até uma que bole com o próprio autor. Este faz propaganda contra os chins; mas, não havendo meio legal de impedir que eles entrem no império aqui temos nós os chins, em vez de instrumentos de trabalho, constituídos em milhares de cidadãos brasileiros, no fim de dous anos, ou até de um. Excluí-los da lei é impossível. Ai fica uma conseqüência desagradável para o meu ilustre amigo.¹⁴⁴

143 Id.

144 Id. Ibidem. p. 502-503.

A vinda de imigrantes ao Brasil, ou melhor, o recrutamento desses para que saíssem de seu país de origem e chegassem às lavouras de café, não era das mais fáceis tarefas. Como nos informa Emilia Viotti da Costa, em seu quinto capítulo de seu livro *Da monarquia a república: momentos decisivos*, o Brasil era uma:

Terra ignota, sobre a qual corriam lendas as mais extraordinárias; terras distantes, agreste, coberta de matas tropicais indevassáveis, onde, sob um clima que se dizia causticante e incompatível com o homem branco, grassavam as epidemias, o Brasil não oferecia condições atraentes aos emigrantes. País escravocrata, onde a religião católica pela Constituição era declarada religião do Estado.¹⁴⁵

Se os atrativos já não eram muitos, e dificultavam a vinda de braços europeus para o nosso país, a proposta do senador Taunay poderia dificultar ainda mais o projeto de imigração. Se por um lado, tornar o estrangeiro, branco, europeu, em cidadão brasileiro parece ser uma grande vantagem ao desenvolvimento do país, e um grande passo para a construção da nação, para o imigrante, essa parece não ser um atrativo a mais que o seduzisse a vir ao Brasil, para Machado, isso seria um grande empecilho:

O digno Senador Taunay deseja a imigração em larga escala. Perfeitamente. Mas, se o imigrante souber que, ao cabo de dous anos, e em certos casos ao fim de um, fica brasileiro à força, há de refletir um pouco e pode não vir. No momento de deixar a pátria, ninguém pensa em trocá-la por outra; todos saem para arranjar a vida.

Em suma,—e é o principal defeito que lhe acho,—este projeto afirma de um modo estupendo a onipotência do Estado. Escancarar as portas, sorrindo, para que o estranho entre, é bom e necessário; mas mandá-lo pegar por dous sujeitos, metê-lo a força dentro de casa para almoçar, não podendo ele recusar a fineza senão jurando que tem outro almoço à sua espera, não é coisa que se pareça com liberdade individual.¹⁴⁶

Há concordância entre o autor e o Senador quanto à vinda do imigrante, é *necessário*. Os braços negros, ex-escravos, parecem não serem suficientes para a expansão do café, que desponta na segunda metade do século XIX como o grande produto nacional de exportação. Mas a questão não se resume a resolução de um problema numérico. Não basta apenas

145 COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 162.

146 Id. *Ibidem*. p. 503.

conseguir mão de obra. Se assim o fosse, que venham os *chins*. Mas será que são esses os *milhões de cidadãos brasileiros* que se quer?

Além do problema dos *indesejáveis estrangeiros*, sejam eles *chins*, negros, japoneses, árabes, ou qualquer outro que não se enquadre nos modelos de cidadãos de uma nação civilizada, modelo esse branco, europeu, mais uma vez retomamos a questão da liberdade. O estado, na sua grande *onipotência* fere, mais uma vez, o princípio maior de sua constituição: a Liberdade. Atraindo, com sorrisos, aos estrangeiros, armaria uma armadilha, e lhes tolheria a liberdade, não apenas de escolha, mas, de manter-se filhos de sua terra, mesmo que para isso houvesse uma maneira:

Bem sei que ele tem aqui um modo de continuar estrangeiro: é correr, no fim do prazo, ao seu consulado ou à Câmara Municipal, declarar que não quer ser brasileiro, e receber um atestado disso. Mas, para que complicar a vida de milhares de pessoas que trabalham, com semelhante formalidade? Além do aborrecimento, há vexame:—vexame para eles e para nós se o número dos recusantes for excessivo. Haverá também um certo número de brasileiros por descuido, por se terem esquecido de ir a tempo cumprir a obrigação legal. Esses não terão grande amor à terra que os não viu nascer.

Venham os imigrantes, respeitem a liberdade! Clama o autor da crônica, não podemos forçar a naturalização daqueles que a nossa terra não viu nascer. Façamos o inverso, criemos condições para que o imigrante se sinta atraído, não só por vir, mas para ficar e fincar suas raízes em nosso território. A naturalização deve passar pela liberdade de escolha, não por um decreto de estado. Eis o que faria o nosso autor, se a ele lhe coubesse resolver o impasse da naturalização:

Desagravar a naturalização, facilitá-la e honrá-la, e, mais que tudo tornar atraente o país por meio de boa legislação, reformas largas liberdades efetivas, eis aí como eu começaria o meu discurso no Senado, se os eleitores do Império acabassem de crer que os meus quarenta anos já lá vão, e me incluíssem em todas as listas tríplexes. Era assim que eu começaria o discurso. Como acabaria, não sei; talvez nos braços do meu ilustre amigo (Taunay).¹⁴⁷

No encontro, confronto, conflito, entre as três raças, a historiografia oitocentista tendeu a uma hierarquização que colocava em desigualdade a

147 Id.

posição social de cada uma delas no cotidiano brasileiro. As teorias raciais que chegaram ao país contribuíram e legitimaram *cientificamente* esse desequilíbrio da importância, ou do papel de cada raça na formação da nossa identidade, da nossa nação. A valorização da imigração européia ressalta ainda mais o destaque dado à raça branca na nossa tentativa de consolidação, como país, como nação.

Mesmo que Machado não pretenda seguir a fórmula histórica de se discutir o nacional, passando necessariamente pelo estudo das três raças no sentido de se destacar a colaboração e o legado que cada uma delas teria nos deixado, a força desse discurso no século XIX torna-se mais palpável, quando vemos nas crônicas e críticas machadianas, a presença constante dessa preocupação. Brancos, negros e índios passam a assumir papel de destaque, não apenas na historiografia brasileira, mas também nos mais diversos discursos sociais. Dos folhetins semanais, passando por discursos políticos, charges, poesias, teatro, até as páginas das críticas, crônicas, romances, contos machadianos, negros índios e brancos, formam parte daquela que se pretende ser a nossa literatura nacional.

CAPÍTULO IV

Entre a cor e o sentimento: *um certo instinto de nacionalidade.*

Passado, presente e futuro, referências temporais nas quais o tempo trafega livremente, navega sem amarras, sem rotas, sem um rumo determinado. O tempo, “(...) que a tradição mitológica nos pinta com alvas barbas, é ,pelo contrário, um eterno rapagão, rosado, gamenho, pueril; só parece velho àqueles que já o estão; em si mesmo traz a perpétua e versátil juventude.”¹⁴⁸ Jovem como o país que a poucos anos se libertava da servidão de um governo *despótico e bárbaro*. Que dava os seus primeiros passos, ou melhor, que ainda engatinhava, buscando se afirmar, firmar, formar como uma nação.

É assim que o crítico, tão jovem quanto o tempo, de sobrenome Assis, identificava, relatava, imaginava o país ao qual pertencia, ou gostaria de pertencer. Aos dezoito anos de idade, esse rapaz, no qual as suíças ainda lhe eram ralas, publicava, no mês de abril do ano de 1858, em *A Marmota*, a crítica literária intitulada *O passado, o presente e o futuro da literatura*. Três tempos, três jovens: passado, presente e futuro; o tempo, o autor, e o país. Mas se o tempo eternamente se manterá jovem, o autor crescerá, ganhará espessa barba, símbolo, talvez, da passagem do tempo, do futuro que se torna presente, e que um dia será passado. Talvez seja dessa maneira que o tempo engana-se a si mesmo e se mantém, para sempre, eternamente moço.

E é também na observância do tempo, em sua forma numérica, em seus recortes temporais, nos quais nós humanos o tentamos aprisionar, sejam em horas, dias, meses, anos, décadas, séculos, contados por pequenos grãos de areias, da mesma forma encerrados em uma ampulheta, que pretendemos instaurar o desenvolvimento deste capítulo. Dois tempos, talvez um mesmo Machado, quem sabe dois, até mesmo vários. O primeiro o jovem, ao qual nos referimos anteriormente, o segundo, aquele de barbas robustas que quinze anos após, publicaria no *Novo Mundo*, a *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade.*

148 Id. Ibidem. p. 380.

Quinze anos separam esses dois textos, tempo esse que dará a Machado uma visão distinta sobre um mesmo assunto, a literatura brasileira. E é exatamente sobre essa percepção de nossa literatura em que residem as preocupações deste capítulo. Como Machado percebeu a literatura no seu tempo? Teríamos uma literatura formada? Ou estaria ela em formação? Por fim, o que faz, para nosso autor, a literatura brasileira?

É no rastro desses questionamentos que as críticas e crônicas -- aqui também utilizaremos algumas poesias de Machado de Assis -- nos levam à tentativa de remontar essa tão perseguida identidade literária brasileira. Uma identidade literária restrita ao recorte de nosso trabalho, de nosso autor, de nossos documentos. Não pretendemos aqui encerrar tal identidade como algo absoluto, definitivo. Tarefa essa que nos parece inviável, já que percebemos a identidade como entidade errante no solo da multiplicidade, da diversidade, da mudança, em eterna transformação. Como destaca José Carlos Reis, em seu artigo intitulado *Pensar Brasil*:

Atualmente, o conceito de 'identidade' é menos fechado e sistemático. Admite-se no interior de uma unidade, e sem comprometê-la enquanto identidade, desvios, rupturas, fraturas, esquecimentos, não-reconhecimentos, amnésias, diferenças (...) . O conceito de identidade, hoje não é o antônimo absoluto de alteridade. A alteridade é percebida também como interna a identidade. Tem-se então a idéia de uma 'identidade complexa', múltipla, plural: identidades.¹⁴⁹

Alteridade essa que se pode perceber no interior do discurso de Machado de Assis, nos diversos textos e que se faz mais visível com o passar do tempo, com o momento em que o autor escreve, na distância que separa o jovem do adulto. Seria, então, essa diferença de olhares sobre o mesmo tema, fruto da condição de jovem e, posteriormente, adulta, na qual se encontrava Machado nesses dois distintos tempos? Seria precipitado tentar dar respostas a este momento, melhor nos adentrarmos em nossos documentos, buscarmos sentidos possíveis, imaginar junto a Machado as possibilidades daquilo que faria da literatura brasileira, brasileira.

149 Reis, José Carlos. Brasilidades mil. In. ARREGUY, Clara (org). Pensar Brasil. Belo Horizonte: C/ Arte; Estado de Minas, 2000. p. 19-20.

Passado, presente e futuro, três tempos, três momentos que para Machado designarão o futuro de nossa literatura. O sete de setembro surge na crônica machadiana como o marco divisório desses tempos. É nesse momento que se rompe com o passado, e a partir dessa data que se constrói o futuro. Na qual a literatura e a política unem-se em prol de um mesmo objetivo:

A LITERATURA e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias, e a manifestação eloqüente de uma raça heróica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas despóticas de um governo absoluto e bárbaro. O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade; a eles, novos Cristos da regeneração de um povo, cuja missão era a união do desinteresse, do patriotismo e das virtudes humanitárias.¹⁵⁰

O passado estava marcado pela indiferença, pelo despotismo, pelo ostracismo que subjogava uma *raça heróica* que, levados pelo ideal da liberdade, ergueram-se contra esse estado de impassibilidade ao qual era legado o país. Mas quem seria esse governo absoluto e bárbaro que nos aprisionava? Quem seriam esses novos Cristos capazes de regenerar um povo em nome da pátria e da liberdade?

Colonial era esse passado, época essa que “(...) inoculava nas fibras íntimas do povo o desanimo e a indiferença.”¹⁵¹ Na qual a poesia teria um caráter europeu, no qual Gonzaga pintava cenas da Arcádia, “(...) em vez de dar uma cor local às suas liras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional.”¹⁵² Mas o que seria essa *cor local*? Seria ela que daria o *cunho nacional* a uma obra literária? Seria a mesma *cor* que Varnhagen faz menção em seu *Florilégio*? O cunho nacional faria reflexo à idéia de *poesia Americana*. Para Varnhagen:

A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem;

150 Id. Ibidem. p. 785.

151 Id.

152 Id.

mas enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adoptar, e possuir-se bem dos preceitos do bello, que os antigos recebeu da Europa.¹⁵³

Varnhagen propõe uma poesia original, sinônimo de, para ele, americana. A natureza, em sua mais detalhada descrição, seria aquela que daria a nossa literatura uma cor, um cenário estético. Estética essa defendida pelos literatos oitocentista ligados, principalmente, ao movimento *nativista*. A literatura cingia-se às preocupações políticas exaltando o belo, a natureza, em uma supervalorização da estética frente à preocupação com as belas letras. Como ressalta Antônio Cândido, esta seria *Uma Literatura Empenhada*:

Depois da Independência o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção de um país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. (...) Esta disposição de espírito, historicamente do maior proveito, exprime certa encarnação literária do espírito nacional, redundando muitas vezes nos escritores em prejuízo e desnorteio sob o aspecto estético. Ela continha realmente um elemento ambíguo de pragmatismo, que se foi acentuando até alcançar o máximo em certos momentos, como a fase joanina e os primeiros tempos da Independência, a ponto de sermos por vezes obrigados, para acompanhar até o limite as suas manifestações, a abandonar o terreno específico das belas letras.¹⁵⁴

Para Machado, a natureza Americana, e a cor local, trariam à literatura, aqui produzida, certo cunho nacional, que se poderia alcançar através de uma maior preocupação com a riqueza estética, preocupação essa que Candido afirma ter sido, se não esquecida, prejudicada pela *encarnação do espírito nacional*. Mas será que ao estaríamos criando uma literatura à Carmem Miranda? Enfeitar a escrita com elementos de nossa natureza e continuarmos presos aos modelos europeus, ou, mais especificamente, aos moldes portugueses, faria da nossa literatura uma literatura brasileira, nacional? Não estaríamos apenas ornando de bananas e abacaxis uma portuguesa?

153 Id. Ibidem. p. 15.

154 CANDIDO, Antonio. A formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997, p. 26.

De certa maneira é isso que nos propõe Varnhagen. Para esse autor o nacional residiria no original, que para ele seria sinônimo de americano. Porém, como ressalta, o *Americanismo* não se deve ser entendido como uma revolução, uma insubordinação aos preceitos clássicos, sejam eles greco-romanos ou advindos da antiga *mãe-pátria*. Assim como no modelo de história de von Martius, a literatura não deveria, para Varnhagen, romper totalmente com os preceitos da antiga Metrópole. Essa literatura seguiria então os passos da política, na qual a independência não refletia os princípios de uma revolução, no seu sentido de mudanças sociais profundas, e sim uma continuidade daqueles que, de certa maneira, já estavam ocupando os locais privilegiados na hierarquia social.

Então quem seria esse herói, capaz de cingir literatura e política contra os grilhões que nos aprisionavam aos pés da indiferença? Quem bradará sua espada contra a indiferença e a servidão? É na figura de José Bonifácio de Andrada, poeta e político, mas político que poeta, que, o ainda moço, Machado de Assis encontrará a personificação dessa *raça heróica*, mesmo num período no qual se costumou pensar em três raças, que lutará em nome da liberdade, em um momento em que: “Os grandes poemas são tão raros entre nós!”¹⁵⁵, para Machado:

As odes de José Bonifácio são magníficas. As belezas da forma, a concisão e a força da frase, a elevação do estilo, tudo encanta e arrebatava. Algumas delas são superiores às de Filinto. José Bonifácio foi a reunião dos dois grandes princípios pelos quais sacrificava-se aquela geração: a literatura e a política. Seria mais poeta se fosse menos político; mas não seria talvez tão conhecido das classes inferiores. Perguntai ao trabalhador que cava a terra com a enxada, quem era José Bonifácio; ele vos falará dele com o entusiasmo de um coração patriota. A ode não chega ao tugúrio do lavrador. A razão é clara: faltam-lhe os conhecimentos, a educação necessária para compreendê-la.

Os Andradas foram a trindade simbólica da inteligência, do patriotismo, e da liberdade. A natureza não produz muitos homens como aqueles. Interessados vivamente pela regeneração da pátria, plantaram a dinastia bragantina no trono imperial, convicta de que o herói do Ipiranga convinha mais que ninguém a um povo altamente liberal e assim legaram à geração atual as douradas tradições de uma geração fecunda de prodígios, e animada por uma santa inspiração.¹⁵⁶

155 Id. Ibidem. p. 768.

156 Id.

Bonifácio também figurará na obra de Varnhagen sob essas duas funções; político e poeta. Nas linhas finais de Varnhagen, Bonifácio, com Paranaguá, Januário e Álvaro de Macedo, surge como figura muito mais política do que literária. Autores que teriam cultivado a poesia como forma de distração. Neste ponto, a afinidade desses quatro reside nas suas atividades políticas, em suas funções de deputados e ou ministros. Então, qual seria a importância desses autores de poucas linhas poéticas, de tão pouca expressão literária para uma obra dedicada à literatura brasileira? Destaque esse que se perpetuará posteriormente nos primeiros escritos críticos do jovem Machado. Como ressalta Varnhagen:

José Bonifácio não se pode classificar como poeta: não pertence a nenhuma escola, se bem que se educou na clássica; não se afeioou a nenhum gênero, mas em todos se ensaiou; não poetava em amor a arte, mas por fugir do tédio em horas que não queria pensar em sciencias, nem em política. Isso em nada se oppõe a que não sejam de superior mérito algumas poesias que nos deixou.¹⁵⁷

Mesmo com a ressalva final de Varnhagen, parece ficar claro que não é pela obra literária, se é que podemos nos referir, desse modo, à de Bonifácio modesta produção literária, que o fará ocupar as páginas do *Ensaio sobre as letras no Brasil*, e provavelmente as páginas da Crítica de Machado. Talvez, nesse momento de uma construção, a literatura, nas letras da crítica literária, contribua com o esforço de se erguer heróis nacionais, já que o *herói* do Ipiranga, da independência, era português. Bonifácio é o herói da liberdade, ato esse que irá cingir política e literatura, sendo esse muito mais político que literato. Heroísmo esse que se constrói nas linhas da literatura, nos capítulos de romances, nas estrofes de um poema como o que Machado de Assis escreveu em homenagem ao *herói da liberdade*, intitulado, José Bonifácio:

DE TANTOS olhos que o brilhante lume
Viram do sol amortecer no ocaso,
Quantos verão nas orlas do horizonte
Resplandecer a aurora?

Inúmeras, no mar da eternidade,

157 Id. Ibidem. p. 46

As gerações humanas vão caindo;
Sobre elas vai lançando o esquecimento
A pesada mortalha.

Da agitação estéril em que as forças
Consumiram da vida, raro apenas
Um eco chega aos séculos remotos,
E o mesmo tempo o apaga.

Vivos transmite a popular memória
O gênio criador e a sã virtude,
Os que o pátrio torrão honrar souberam,
E honrar a espécie humana.

Vivo irás tu, egrégio e nobre Andrada!
Tu, cujo nome, entre os que à pátria deram
O batismo da amada independência,
Perpetuamente fulge.

O engenho, as forças, o saber, a vida,
Tu votaste à liberdade nossa,
Que a teus olhos nasceu, e que teus olhos
Inconcussa deixaram.

Nunca interesse vil manchou teu nome,
Nem abjetas paixões; teu peito ilustre
Na viva chama ardeu que os homens leva
Ao sacrifício honrado.

Se teus restos há muito que repousam
No pó comum das gerações extintas,
A pátria livre que legaste aos netos
E te venera e ama,

Nem a face mortal consente à morte
Que te roube, e no bronze redivivo
O austero vulto restitui aos olhos
Das vindouras idades.

"Vede (lhes diz) o cidadão que teve
Larga parte no largo monumento
Da liberdade, a cujo seio os povos
Do Brasil se acolheram.

Pode o tempo varrer, um dia, ao longe,
A fábrica robusta; mas os nomes
Dos que o fundaram viverão eternos.
E viverás, Andrada!"¹⁵⁸

Mesmo passados dezessete anos do primeiro texto crítico a fazer referência a Bonifácio, esse continua sendo, para nosso autor, um símbolo da

158 Id. Ibidem. p. 125-126.

nossa liberdade, que figura como o mais ilustre entre aqueles que *deram o batismo da amada pátria* e que, por fim, será conhecido como Patriarca da Independência, papel esse construído e consolidado pela história e a literatura. E, no papel de grande pai, não apenas da independência, mas também da liberdade, Bonifácio será, para Machado, o responsável por romper com a *dupla escravidão* que nos acorrentavam os pés e as penas, e, nesse sentido, responsável por nos transportar do passado para o presente no tempo da crítica machadiana.

Antes de passarmos ao presente, atentemos ao último parágrafo referente ao passado:

Sousa Caldas, S. Carlos e outros muitos foram também astros luminosos daquele firmamento literário. A poesia é a forma mais conveniente e perfeitamente acomodada às expansões espontâneas de um país novo, cuja natureza só conhece uma estação, a primavera, teve naqueles homens, verdadeiros missionários que honraram a pátria e provam as nossas riquezas intelectuais ao crítico mais investigador e exigente.

Poesia, natureza, pátria e riquezas intelectuais. Talvez dessa mistura surgisse a nossa literatura nacional. A poesia como meio, a inteligência como instrumento, a natureza como tema e a pátria como objetivo final. Porém, isso só pode ou poderá se desabrochar sob o clima primaveril, graças à conquista da liberdade, que a *aurora* do sete de setembro nos trará, pois:

Uma revolução literária e política fazia-se necessária. O país não podia continuar a viver debaixo daquela dupla escravidão que o podia aniquilar. A aurora de 7 de Setembro de 1822 foi a aurora de uma nova era. O grito do Ipiranga foi o - *Eureca* - soltado pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessam pela sorte do Brasil cuja felicidade e bem-estar procuravam.¹⁵⁹

O sete de setembro se firma como marco da nova era. Era da liberdade, trazida pelos Andradas e, agora, consolidada pelo príncipe. Na narrativa machadiana, nossa independência surge nas mãos, ou nas mentes de poucos. As agitações *eloqüentes de uma raça heróica que lutavam contra a indiferença da época*, no seu momento auge, o sete de setembro desaparece, e dá lugar a um *príncipe e meia dúzia de patriotas*:

159 Id. Ibidem. 786.

O país emancipou-se. A Europa contemplou de longe esta regeneração política, esta transição súbita da servidão para a liberdade, operada pela vontade de um príncipe e de meia dúzia de homens eminentemente patriotas. Foi uma honrosa conquista que nos deve encher de glória e de orgulho; e é mais que tudo uma eloqüente resposta às interrogações pedantescas de meia dúzia de céticos da época: *o que somos nós?*¹⁶⁰

Na crítica, o presente se inaugura com uma incógnita: o que somos nós? Primeiro a emancipação, depois a pergunta. O estado se ergue tomando a frente da nação. Éramos um estado sem nação, éramos um país sem nós, ou, quiçá um nós sem razão? Talvez a pergunta: *o que somos nós?* Com o tempo se transforme e passa a ser: *o que queremos ser?* Pelo menos é isso que as críticas nos têm mostrado. As preocupações machadianas quanto a nossa nacionalidade e ao desenvolvimento de uma literatura brasileira têm sempre uma perspectiva futura e, enquanto futuro e literatura a preocupação se focará na idéia do que queremos ser, de que comunidade queremos imaginar.

E será na mão de meia dúzia, levando em consideração a exclusão de grande maioria da população da época, que institucionalmente imaginará a nação. A antes *raça heróica* abre espaço para um único herói: D. Pedro I que para o jovem Machado em sua atitude:

(...) um sacrifício heróico, admirável e pasmoso. Dous tronos se erguiam diante dele: um, cheio de tradições e de glórias; o outro, apenas saído das mãos do povo, não tinha passado, e fortificava-se só com uma esperança no futuro! Escolher o primeiro era um duplo dever, como patriota e como príncipe. Aquela cabeça inteligente devia dar o seu quinhão de glória ao trono de D.Manuel e D. João II. Pois bem! ele escolheu o segundo, com o qual nada ganhava, e ao qual ia dar muito. Há poucos sacrifícios como este.

¹⁶¹

Mas, não nos percamos do nosso rumo. O que buscamos não são heróis, mas os rastros que nos leve a esta tal identidade literária, aos elementos que fariam da literatura brasileira, brasileira, mesmo sabendo que os heróis fazem parte dela. Mas esses fazem parte de uma literatura mais nacionalista que nacional. Até o momento a natureza americana e a riqueza intelectual têm sido os dois únicos elementos para se fazer uma literatura

160 Id.

161 Id. Ibidem. p. 786-787.

brasileira, mas será isso suficiente? Seriam apenas esses dois elementos capaz de gerar a “(...) emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina.”¹⁶² De fundar uma tradição? Como afirma Ricardo Salles sobre esse momento histórico das independências na América :

No caso da América portuguesa, tratava-se de entender as raízes históricas de uma entidade chamada Brasil no momento mesmo de sua fundação. Intimamente identificada com o Estado central que há pouco consolidara o seu poder sobre o restante do país, a tarefa que se colocava era a de produzir uma história fundada nas tradições, que demonstrasse a identidade entre o novo Estado e as raízes nacionais. No quadro histórico definido pela Independência recente das nações do Novo Mundo, colocava-se a questão de fundar uma tradição. Tradição que avalia a sociedade imperial que havia resultado da independência tendo como parâmetro um modelo europeu ocidental.¹⁶³

Mas se a história tomou a frente da criação dessa *tradição*, principalmente sob os auspícios do IHGB, qual o papel da literatura nesse intuito, nesse projeto nacional? Como criar uma tradição sem um passado que se possa resgatar? Já que, como afirma Salles: “De um modo geral, as novas nações americanas constituíam-se como projetos a serem construídos e não como resgate de nacionalidades ou culturas submetidas a julgo estrangeiro.”¹⁶⁴

Ainda seguindo o raciocínio de Salles: “A literatura – e talvez principalmente o debate em torno de suas obras e autores – desempenhou o papel de uma espécie de filosofia da nação que buscava ter uma compreensão abrangente da realidade e funcionar como um instrumento de sua transformação e aprimoração.”¹⁶⁵ Talvez, a literatura assumia um papel privilegiado, juntamente a história, nessa busca, ou melhor, nessa *invenção de uma tradição*.¹⁶⁶ Então, como construir uma literatura que pudesse contribuir/construir essa tradição?

162 Id. Ibidem. p. 787.

163 SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 31.

164 Id. Ibidem. p. 93.

165 Id. Ibidem. p. 107.

166 Sobre esse tema ver: Hobsbawm, Eric John. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Segundo Machado, para se fazer uma literatura brasileira era necessário que se fizesse a emancipação literária, assim como se havia feito a política, e que para essa não haveria gritos do Ipiranga. Mas essa emancipação geraria uma ruptura, ou seguiria os passos da produção historiográfica que se desenvolvia sob os auspícios do IHGB que, no modelo de von Martius, prega uma história do Brasil como continuidade do grandioso passado português? Assim como a história, uma literatura nacional, brasileira, deveria libertar-se sem perder os seus vínculos com a *pátria mãe*?

Para Varnhagem, seguindo o modelo historiográfico proposto por von Martius, deveríamos manter essa linha de continuidade, tanto na história como na literatura. O tema, o assunto deveria ser brasileiro, porém, defende a observação dos clássicos e o uso da gramática lusitana. Como afirmou, em trecho citado anteriormente: *enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adoptar, e possuir-se bem dos preceitos do bello, que os antigos recebeu da Europa.*

Quanto a Machado, fica a dúvida: *emancipar* e *fiati* literário são essas as expressões utilizadas pelo autor. Porém, não nos deixa pista se essa independência a que se pretende fazer levaria necessariamente a uma ruptura. Quando afirma que o *Uruguai* de Basílio da Gama não é Europeu o diz por ser um poema indígena. Refere-se ao tema, não necessariamente a forma. Mas, manter a forma, o estilo literário europeu e apenas mudar o tema faria de uma poesia algo original? Haveria ruptura nesse tipo de exercício. Buscar o belo entre a natureza americana, e pendurá-la sobre um cabide europeu daria a nossa literatura um carácter nacional?

Porém, não apenas de elementos poéticos, temas, musas, formas e estilos que é feita, ou que se fará uma literatura brasileira. Principalmente em um país em que, segundo Machado, a indiferença era o sentimento que povoava aquela geração em relação a literatura. Como afirma:

É sem dúvida, por este doloroso indiferentismo que a geração atual tem de encontrar numerosas dificuldades na peregrinação; contrariedades que, sem abater de todo as tendências literárias, toda via podem fatigá-las reduzindo-as a um marasmo apático, sintoma doloroso de uma decadência prematura. No estado atual das cousas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência

independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende.¹⁶⁷

A literatura também precisaria de incentivo. Mas que, por outro lado a faria dependente do movimento da sociedade. E qual, ou melhor, e como seria essa sociedade? Seria a sociedade da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, na qual o momento social que se vivia era o período da construção de uma nação, da centralização de um estado, de um país? Que pensava a identidade nacional a partir das trilhas demarcadas pelo IHGB? Que forjava uma nação na construção de heróis, símbolos, brasões e bandeiras? Que sonhava em se tornar uma civilização sob o modelo europeu numa terra de negros e índios?

De certa maneira, esse *homem social* é a representação do homem urbano, do *homem que vive entre homens*, preocupados com as questões nacionais e da nação. Assim, o literato assume as preocupações que *a priori* caberiam aos historiadores. E mais uma vez percebemos como esses caminhos se entrecruzam e se mesclam tornando cada vez mais difícil distinguir história e literatura, historiador e literato, se é que essa separação existe. Talvez seja esse *homem social* o responsável por cingir literatura e política. Talvez literatura e política não sejam faces tão bem distintas da sociedade civilizada.

Além dessa inevitável dependência, a situação da literatura brasileira, ou que assim se quer, é vista naquele momento, por Machado, de maneira ainda mais prejudicada pelo estado das *três formas literárias essenciais* – o *romance o drama e a poesia*. Ainda mais se levamos em consideração uma suposta inexistência das duas primeiras, pois, como afirma Machado:

Ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se tem dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da convivência perniciosa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as susceptibilidades nacionais.

(...)

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro, é negar um

167 Id.

fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E, todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias. Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática? Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensorões as vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado *francelho*?¹⁶⁸

Além da falta de incentivo literário, seja esse causa da inexistência de editores, de leitores ou de autores, a nascente literatura brasileira, seja ela na sua expressão poética, dramática ou romântica, tem de conviver com a concorrência da literatura estrangeira, principalmente francesa, que ocupam os poucos espaços existentes em nosso país para a circulação da produção literária. Além da concorrência, a literatura estrangeira trás consigo o elemento lingüístico *estranho* a nossa língua, que, por herança, já é europeia. O *galicismo* que para Machado aparece como essa invasão, não apenas, de termos franceses em nossa língua e literatura se tornará uma preocupação constante nos escritos de nosso autor. Sejam em suas crônicas ou nas suas críticas.

A relação entre a crítica ao galicismo e os usos de termos franceses tornam-se constantes nos escritos de Machado. Porém, se por um lado abundam as crônicas discutindo o galicismo, por outro, não é das tarefas mais difíceis encontrar termos e expressões francesas em seus escritos. Em 1876, em uma das suas crônicas intitulada *História dos quinze dias*, o incômodo com o *galicismo* fica patente:

Semelhante fenômeno não pertence à companhia dos ditos que representa no Teatro Imperial. O pior que acho na Companhia dos Fenômenos é o galicismo. O empresário quis provavelmente dizer Companhia dos Prodígios, das Coisas Extraordinárias. Felizmente para ele, o público não estranhou o nome, e, se o empresário não tem por si os lexicógrafos, tem o sufrágio universal; isso lhe basta.¹⁶⁹

O galicismo não apenas se insere entre as linhas de nossos escritos, como invadem a nossa vida cultural, seja na atuação de suas peças teatrais,

168 Id. Ibidem. p. 788.

169 Id. Ibidem. p. 338.

seja nos modos de vestir, comer e se portar. Principalmente entre os freqüentadores da vida da corte, os costumes e o modo de viver dos franceses serviam de modelo a nossa elite. Dessa forma, essa forte presença dos costumes e da cultura francesa inibe o desenvolvimento de uma cultura *própria*. Então, o que se pode fazer para reverter essa situação? Parece que essa era uma questão que não apenas preocupava a Machado:

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descubro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade mando esse ofício à fava, e passo a falar por gestos.

Não estou brincando. Nunca comi croquetes, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo* de vaca. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque bocados de senhoras dá idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra. Tenho um *chambre* de seda, que ainda não vesti, nem vestirei por mais que o uso haja reduzido a essa simples forma popular a *robe de chambre* dos franceses.

Entretanto há nomes que, vindo embora do francês, não tenho dúvida em empregar, pela razão de que o francês apenas serviu de veículo; são nomes de outras línguas. E todo o mal não é a origem estrangeira, mas francesa. O próprio Doutor Castro Lopes se padecer de *spleen*, não há de ir pedir o nome disto ao general Luculo; tem de sofrê-lo em inglês. Mas é inglês. E assim que ele aprova *xale*, por ver do persa; conquanto, digo eu, a alguns parece que o recebemos de Espanha. Pode ser que esta mesma o recebesse de França, que, confessadamente, o recebeu de Inglaterra, para onde foi das partes do Oriente. *Schawl*, dizem os bretões; a França não terá feito mais que tecê-lo, adoçá-lo e exportá-lo. Deslindem o caso, e vamos aos neologismos.¹⁷⁰

A dificuldade em nos livrarmos dos termos franceses em nossa língua se intensifica pela inegável presença desse *galicismo* em nosso cotidiano imperial, se não em todo o país, da capital carioca. De certa maneira, a proliferação de críticas a esse fenômeno, se destina muito mais a uma maior valorização da nossa língua e cultura, do que, necessariamente, a um ataque aos costumes franceses. Ou seja, como afirma Machado: *eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua*.

Mas quem seriam os responsáveis por essa presença marcante da cultura francesa? Muito mais do que uma repetição, às vezes, patética, dos

170 Id. *Ibidem*. p. 517.

hábitos francos, como o uso de pesadas roupas de inverno em pleno clima tropical, o modelo de civilização, que se quer alcançar na construção da nação, tem como espelho o modelo europeu. De certa maneira, essa busca por igualar-se a *civilização européia* como meio de alcançar uma posição e um reconhecimento entre as nações civilizadas abre caminho à inundação de culturas outras que acabam por inibir o desenvolvimento de uma *cultura brasileira*. Se socialmente Machado não aponta um responsável, no que diz respeito à *cena dramática*, existiria um:

Mas a quem atribuí-lo? Ao povo? O triunfo que obtiveram as comédias do Pena, e do Sr. Macedo, prova o contrário. O povo não é avaro em aplaudir e animar as vocações; saber agradá-lo, é o essencial. É fora de dúvida, pois, que a não existir no povo a causa desse mal, não pode existir senão nas direções e empresas. Digam o que quiserem, as direções influem neste caso. As tentativas dramáticas naufragam diante deste czariato de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte. A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios dos seus oráculos falasse as turbas entusiasmadas delirantes. Transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua é tarefa de que se incumbe qualquer bípede que entende letra redonda. O que provém daí? O que se está vendo. A arte tornou-se uma indústria; e, à parte meia dúzia de tentativas bem sucedidas, sem dúvida, o nosso teatro é uma fábula, uma utopia.¹⁷¹

Então, como remediar tal situação? E mais uma vez a política e a literatura se unem. Para Machado, caberia a política o impulso necessário que colocaria em marcha a nossa vida literária. Caberia ao estado certo protecionismo da nossa vida intelectual e cultural, sob a forma de imposto. “Em termos claros, um tratado sobre direitos de representação reservados, com o apêndice de um imposto sobre traduções dramáticas, vem muito a pêlo, e convêm perfeitamente as necessidades da situação.”¹⁷²

Seria essa a saída que, se não resolveria, daria o impulso necessário para mudar esse estado de *desanimo* e *estagnação* da literatura. Para Machado, derrubado esses obstáculos, o teatro poderia ser uma realidade, desde que por outro lado, haja também uma educação do povo, que se forme um público:

171 Id. Ibidem. p. 788-789.

172 Id. Ibidem. p. 789.

Removidos os obstáculos que impedem a criação do teatro nacional, as vocações dramáticas devem estudar a escola moderna. Se uma parte do povo está ainda aferrada às antigas idéias, cumpre ao talento educá-la, chamá-la à esfera das idéias novas, das reformas, dos princípios dominantes. É assim que o teatro nascerá e viverá; é assim que se há de construir um edifício de proporções tão colossais e de futuro tão grandioso.¹⁷³

Com a defesa do teatro, que para Machado seria o maior meio de vincular nossa literatura e, porque não, certa identidade-cultural brasileira, e aqui nos lembramos da crônica machadiana acerca do recenseamento do império no qual apenas 30% da população seria alfabetizada, encerra-se esse primeiro olhar machadiano sobre o que seria uma literatura brasileira e ou o que faria de uma literatura brasileira.

Neste primeiro momento, do ainda jovem e próspero Machado de Assis, a literatura brasileira necessitaria de uma *revolução intelectual e literária* que nos livraria de um passado associado à escravidão. A liberdade, que já teria sido conquistada em seu âmbito político, deveria ser a chave para a construção de uma literatura brasileira. Sob os auspícios da liberdade e de um protecionismo estatal, a literatura ganharia feições nacionais a partir da *cor local*. A natureza americana seria esse *pano de fundo* que serviria de cenário para o desenrolar da trama brasileira. Como destaca Salles: “(...) a própria crítica buscava nas obras literárias, como parâmetro de avaliação, o quanto estas cumpriam um determinado papel, refletiam uma tendência de afirmação da nacionalidade emergente. Era preciso trazer a marca da “cor local” para a obter a necessária legitimidade.”¹⁷⁴

Mas apenas um cenário, marcado pelas estruturas ainda muito presas aos modelos europeus, seria suficiente para caracterizar a literatura como brasileira? Neste primeiro momento, *cor local*, *liberdade* e o *homem social* parecem ser suficientes para Machado, ou parece ser o máximo que esse se propõe a arriscar, para delimitar a ainda obscura literatura brasileira.

Passados quinze anos a situação literária brasileira, para Machado de Assis, parece ter sofrido uma sensível alteração. Em sua Crítica *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto da nacionalidade*, se ainda não era a ideal, haveria *um certo instinto de nacionalidade*. Para Machado:

173 Id.

174 Ib. Ibidem. p. 77.

QUEM EXAMINA a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.¹⁷⁵

A *cor local* ainda parece ser um dos meios de se produzir uma literatura brasileira. A observação da vida brasileira, seu estudo e questionamento seria o caminho necessário para que o pensamento nacional desenvolvesse feições próprias. Se a *cor local* ainda se faz presente como elemento necessário para a literatura brasileira, essa não é apenas mais um elemento decorativo, e não será mais suficiente. Para João Hernesto Weber, a cor local terá uma grande importância neste novo momento das reflexões de Machado, pois ela servirá de linha que dará continuidade a nossa literatura, para o autor:

(...) Machado constrói uma linha de continuidade na literatura brasileira que toma por referência justamente a expressão das “cores do país”. Essa linha teria Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães ao centro, projetar-se-ia ao presente e futuro através das gerações “já feitas” e “aquela que agora madrega”, a ao passado nas obras de Basílio da Gama e Santa Rita Durão.¹⁷⁶

Mais uma vez, a questão temporal se faz presente. A literatura brasileira seria uma obra destinada a se produzir no tempo, seria uma obra para o futuro. A noção dessa construção de uma literatura se assemelha a uma percepção de identidade que Stuart Hall atribui a crescente complexidade do mundo moderno. A essa concepção identitária, identificada como a noção de sujeito sociológico, não rompe com o modelo Iluminista,

175 Id. Ibidem. p. 801.

176 WEBER, João Hernesto. A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed da UFSC, 1997, p. 53.

porém sugerem algumas mudanças nesse *núcleo interior* do sujeito. Se por um lado o sujeito se baseava numa concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, cujo centro consistiria num *núcleo interior*, que acompanharia o indivíduo desde seu nascimento, o sujeito sociológico trará a idéia de relação entre esse núcleo com o seu mundo.¹⁷⁷

Talvez seja nesse sentido de interação com o mundo social e com a natureza que o intelectual, esse homem entre homens, se tornará no instrumento responsável por forjar essa identidade que já nasce com certo *instinto*, certo núcleo já formado e que com o tempo nesse diálogo com a natureza e com o mundo que a cerca, um dia irá *perfazê-la de todo*.

Dentro desse processo de consolidação, que se desenvolveria a partir da passagem do tempo, a *cor local* dará espaço para certo *instinto*, um certo sentimento *íntimo*. Como afirma John Gledson, em seu texto *A história do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis*:

A cor local superficial será substituída por qualquer coisa que neste momento ainda é indefinida, que é simplesmente “intima”. Ninguém pode duvidar que o estabelecimento dessa identidade envolveu a literatura de modo crucial, mas mesmo em 1873 nada é simples: “Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga”.¹⁷⁸

O caráter incerto desse *instinto* reflete essa complexidade de se forjar uma identidade. Difícil são aqueles que se aventuraram a afirmar que tínhamos, nessa época, uma literatura brasileira, mais difícil ainda é encontrar quem a tentou definir. De certa maneira, nem mesmo o já maduro Machado de Assis irá se arriscar em tão grande responsabilidade, ao final, para o autor, essa: *não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo*. Mas, mesmo com tão árdua e complexa tarefa, tentemos seguir o rastro desse instinto. Para Machado:

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás, mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que

177 Id. Ibidem. p. 10-11.

178 GLEDSON, John. A história do Brasil em Papeia Avulsos de Machado de Assis. In. CHALHOUB, Sidney (Org). A história contada: capítulos de história social da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 17.

leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros Gonzaga, por exemplo, respirando, aliás, os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.

Talvez essa *mal formada opinião* seja fruto da ausência da tão sonhada crítica literária, a qual Machado tanto defendeu. Mas, independente dessa existência, ou não, parece ser na *juventude literária* em que residiria esse *instinto*. Pode ser que nesse espaço de tempo entre a primeira Crítica e esta, o crescimento de interessados, de público, de publicação, mesmo que limitada aos jornais, e, principalmente, de jovens literatos, tenha dado a Machado um olhar mais otimista. Não sem propósito, a próxima Crítica a ser redigida por Machado é exatamente sobre *A Nova Geração*, na qual afirma que:

HÁ ENTRE NÓS uma nova geração poética, geração viçosa e galharda, e, cheia de fervor e convicção. Mas haverá também uma poesia nova, uma tentativa, ao menos? Fora absurdo negá-lo; há uma tentativa de Poesia nova, — uma expressão incompleta, difusa, transitiva, alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado. Nem tudo é ouro nessa produção recente; e o mesmo ouro nem sempre se revela de bom quilate; não há um fôlego igual e constante; mas o essencial é que um espírito novo parece animar a geração que alvorece, o essencial é que esta geração não se quer dar ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente acabou.¹⁷⁹

E essa nova geração surge em um momento muito interessante. As discussões sobre a nação, a literatura nacional corre a pleno vapor e em termos literários o Romantismo fraqueja frente a novos movimentos, a escola moderna que vem de fora, ao realismo que dá seus primeiros passos. Como afirmou ainda nas últimas linhas de sua Crítica *O passado, o presente e o futuro a literatura*:

179 Id. Ibidem. p. 809-810.

A escola moderna presta-se precisamente ao gosto da atualidade *As Mulleres de Mármore—O Mundo Equívoco—A Dama das Caméllhas* — agradaram, apesar de traduções. As tentativas do sr. Alencar tiveram um lisonjeiro sucesso. Que mais querem? A transformação literária e social foi exatamente compreendida pelo povo; e as antigas idéias, os cultos inveterados, vão caindo à proporção que a reforma se realiza. Qual é o homem de gosto que atura no século XIX uma *punhalada* insulsa *tragicamente* administrada, ou trocadilhos sensaborões da antiga farsa?¹⁸⁰

Essa transição, ou pelo menos esse enfraquecimento do Romantismo pode-se ser notado na Crítica sobre a nova geração. Essa surge e se afirma, ou tenta se afirmar, na negação ao Romantismo. Prática essa censurada por Machado:

Já é alguma coisa. Esse dia, que foi o Romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do Romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no Romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas alguma coisa mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo. Morre porque é mortal. "As teorias passam, mas as verdades necessárias devem subsistir". Isto que Renan dizia, há poucos meses, da religião e da ciência, podemos aplicá-lo à poesia e à arte. A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por quebrar o molde e substituí-lo. Tal é o destino da musa romântica. Mas não há só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão. A alguns deles, se é a musa nova que o amamenta, foi aquela grande moribunda que os gerou; e até os há que ainda cheiram ao puro leite romântico.¹⁸¹

Esse pecúlio deixado pelo Romantismo pode ser representado pela manutenção do ideal da *cor local* como elemento da literatura brasileira, mas, aqui, como um pecúlio remodelado. Machado dá a *cor local*, antes encerrada no papel de pano de fundo, um caráter mais questionador. A natureza deve ser interrogada, deve interagir, e dessa interação sairá um novo pensamento nacional e, conseqüentemente, uma nova literatura.

180 Id. Ibidem. 789.

181 Id. Ibidem. p.810.

À *cor local*, acrescenta-se, como tema de uma literatura brasileira, os costumes e a vida civilizada. O mundo urbano pede passagem nas linhas das poesias aqui produzidas. Não apenas do mundo natural é que saem as musas. O país deveria mostrar muito mais do que flores, frutas e animais; estava na hora de mostrar que éramos *civilizados*. Se esse era o objetivo da época, tornar-se nação, e nação civilizada, qual o intuito de continuarmos apenas nos imaginando entre selvas, índios e animais? Fazendo comparação ao tema indígena, Machado afirma:

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores.¹⁸²

Civilização, costumes, o tempo colonial, o tempo de hoje, a natureza, a literatura passa a ampliar seus horizontes, temas e assuntos. Porém, não apenas nas obras que tenham os assuntos locais é que se pode reconhecer certo *espírito nacional*. Nesse ponto, Machado de Assis trará um novo elemento para a definição de nossa literatura: o *sentimento*, “(...) um certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país.”¹⁸³

Sentimento íntimo, quiçá patriótico? Seria esse o sentimento de uma nova geração que já nasceu sob as influências das idéias nacionalistas, que se ainda não sabe ao certo o que é ser brasileiro, ao menos se pense, vê e sente como tal? Haveria talvez entre a nova geração um sentimento de nação? Já imaginariam esses a idéia, mesmo que vaga de sua nação? Essa era uma geração que vivera em tempos do primeiro grande conflito internacional: a Guerra do Paraguai. Momento privilegiado para a reafirmação da identidade nacional, para a disseminação de um sentimento patriótico, de se identificar frente ao inimigo conhecido.

Então, qual seria essa nova literatura que Machado se refere, que vive entre o velho e o novo, entre o Romantismo e o Realismo, entre a *cor local* e

182 Id. *Ibidem*. p. 803.

183 Id. *Ibidem* p. 804.

o *sentimento*? Como entender essa nova poesia sem cairmos no *erro* dos jovens que caçoam do romantismo e não reconhecem seu legado? Ou como se questiona Machado:

Qual é, entretanto, a teoria e o ideal da poesia nova? Esta pergunta é tanto mais cabida quanto que uma das preocupações da recente geração é achar uma definição e um título. Aí, porém, flutuam as opiniões, afirmam-se divergências, domina a contradição e o vago; não há, enfim, um verdadeiro prefácio de *Cromwell*. Por exemplo, um escritor, e não pouco competente, tratando de um opúsculo, uma poesia do Sr. Fontoura Xavier (prefácio, do *Régio Saltimbanco*), afirma que este poeta "tem as caracterizações acentuadas da nova escola, lógica fusão do Realismo e do Romantismo, porque reúne a fiel observação de Baudelaire e as surpreendentes deduções do velho mestre Vítor Hugo".

Não de todo Machado concorda com essa opinião do Sr. Xavier, principalmente na inexatidão das informações quando o autor associa Baudelaire ao romantismo. Mas, essa idéia de fusão entre Romantismo e Realismo parece fazer parte desse momento de Machado. Não queremos nos apegar as análises sobre a produção de Machado, nem partirmos de definições posteriores e enquadramentos do autor nessa ou naquela escola literária, mesmo porque não acreditamos que isso possa ser feito. Aqui nos fiamos nas próprias afirmações de Machado e em seu próprio texto.

Acreditamos que Machado não incorreria no que ele mesmo acredita ser um erro. Não que acreditamos na inexistência de contradição, mas, nos seus textos, ao menos naqueles que nos propomos a analisar, é possível identificar esse misto entre as características do que se conformou chamar e escola romântica e essa nova escola moderna *que se presta ao gosto da atualidade*. Como afirma Weber:

É de se notar, no entanto, que, se o discurso romântico constitui um dos pilares do texto de Machado – e aqui vai a outra inferência – ele não é, pura e simplesmente, assimilado e reproduzido como tal. Ao contrário, é preciso afirmar que Machado, ao mesmo tempo em que constitui o discurso romântico, o destrói em sua exclusividade.¹⁸⁴

E ressalta mais à frente:

184 Id. Ibidem. p. 58.

Machado de Assis, é bom frisar, **aproxima-se** das posições “modernas” do fim do século, situando-se na **transição** entre o Romantismo e o Realismo: embora negue o exclusivismo das teses românticas, jamais adotará, no contraponto, as teses realistas e o seu discurso típico, correlato poético do “modernismo crítico” de fins do século e marca da obra de um Sílvio Romero, por exemplo.

(...)

É possível situar o texto de Machado entre o Romantismo, que dialoga e que lhe serve de ponto de partida, e o Realismo, portanto. O “Instinto”, nesse sentido, é passagem. Mais do que isso, poder-se-ia dizer, considerando que Machado “desconstrói” o discurso romântico sem negá-lo, e, ao mesmo tempo, não adota os pressupostos do Realismo: é abertura rumo à história; que, no leque aberto por Machado, inscreveria sempre e a cada momento, a sua própria leitura, assim como Machado inscreveria a sua, como ficção, a partir dos anos 80.¹⁸⁵

E é isso que podemos ver nesse seu texto crítico. Se em *O passado, o presente e o futuro da literatura*, a tônica do que seria uma literatura brasileira se limitava à *cor local*, que se resumia à reprodução dos elementos naturais, tais quais as *ardências vaporosas do céu tropical*, refletindo os *méritos das nossas localidades*, enfeitando com cores tropicais as velhas formulas importadas da Europa, passados quinze anos, Machado irá retomar o tema. Retomada essa a partir de uma nova perspectiva.

Não apenas a maturidade, mas o surgimento de uma, chamemos assim, nova escola, influencia e é influenciada por Machado, já não mais um jovem desconhecido que dava seus primeiros passos e que escrevia pequenos textos em jornais. Há agora em Machado uma maturidade que o torna mais cauteloso. Suas palavras parecem mais medidas, suas afirmações menos categóricas. Com quando se refere aos poetas da Arcádia:

Dado que as condições deste escrito (de Gonzaga) o permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escola produziu nas literaturas portuguesa e brasileira. Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo quando entre a metrópole e a colônia criara a história à homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.¹⁸⁶

185 Id. Ibidem. p. 60.

186 Id. Ibidem. p. 802.

Aqui, neste segundo momento, de seu texto sobre a *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*, mesmo que a perspectiva presente de existência de uma literatura brasileira seja nula, as suas colocações são mais esperançosas. O alerta dado em sua primeira crítica sobre a literatura parece ter dado, mesmo que parcos, resultado. A preocupação é que não diminuiu. Mas agora se percebe um Machado mais esperançoso, a nova geração o anima, mesmo que as críticas a esses sejam sempre rígidas e ásperas. E aqui, mais uma vez, a importância da tão defendida crítica literária se renova. Seria ela a responsável por encaminhar mentes tão jovens, talentos ainda ao pouco lapidados, para uma *missão* futura. Como ressalta o próprio Machado:

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.¹⁸⁷

A nova geração, guiada por uma crítica, aos moldes que vimos anteriormente, ajudaria a viabilizar a construção e consolidação de, no futuro, uma literatura brasileira. Pensamento esse que faz bastante sentido já que, como destaca Weber, o discurso machadiano sobra à nacionalidade: “(...) é um discurso “aberto”, a dar guarita **leituras do passado** – à nação romântica, mas não só – e a **possibilidade de futuro** – tanto à concepção da nação que se gesta no período, mas que Machado não endossa, como a outras, virtuais.”¹⁸⁸

Quiçá a construção da literatura, nesse sentido futuro, esteja, para Machado, nas mãos dessa nova juventude que trás consigo certo *instinto*, algo, mesmo que indefinido, mas que se faz presente, que se pode detectar. Instinto esse transformado em sentimento, *sentimento íntimo*. Sentimento que

187 Id. Ibidem p. 804.

188 Id. Ibidem. p. 62.

o identifica com seu país, com o seu tempo e porque não, com os outros que compartilham desse mesmo anseio.

Porém, nesse jogo entre *cor local* e *sentimento íntimo*, Machado irá encerrar sua Crítica sobre a *notícia da atual literatura brasileira* fazendo uma breve especificação do estado em que se encontrava o romance, a poesia, o teatro e, por fim, a língua. Não pretendemos aqui reproduzir em que situação Machado designa cada um dos gêneros literários, mas tentar buscar, dentro do possível, em cada um de seus comentários, elementos que possam contribuir para o entendimento sobre aquilo que faria da literatura, brasileira.

Para Machado o Romance, esse gênero tão cultivado e apreciado em terras brasileiras, sempre se alimentou da *cor local*, mas não apenas desse elemento se poderia fazer um romance. Outro elemento, destacado por Machado enriquecerá e elucidará um pouco mais os elementos de nossa literatura. Vejamos o que diz Machado:

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademais diferentes. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real.¹⁸⁹

Esse novo elemento, os *costumes do interior*, fará um interessante contraponto entre a capital e o interior. Se por um lado o desejo de civilização foi largamente associado ao mundo urbano, tendo o Rio de Janeiro como exemplo maior, por outro, essa tão desejada civilização acabou por receber demasiada influência européia, o que descaracterizaria assim um cenário e um costume que, para Machado, seria tipicamente brasileiro. Mas uma vez o impasse entre o modelo civilizatório europeu, utilizado para forjar uma nação nos trópicos, vem à tona. A importação de costumes, principalmente franceses, como vimos anteriormente nas críticas machadianas ao *galicismo*, acaba gerando um conflito de interesses. A saída? Buscar no interior e até mesmo no passado, a tradição nacional.

189 Id. Ibidem. p. 804-805.

Outro ponto interessante, entre o discurso de Machado de Assis e a produção dos romances está na relação com o passado. Se para Machado o passado era associado à escravidão que podia nos aniquilar, agora se torna a época de uma sociedade diferente, que trás consigo certa *tradição nacional*. O que antes era servidão, agora passa a ser tradição. Nosso passado colonial assume, nos romances, o posto de palco das relações tipicamente brasileiras.

Além dessa mudança em relação à visão acerca do passado, faz-se interessante notar a questão política, tão ressaltada pelo jovem Machado e que neste em que fala, tão ausente dos escritos românticos. Para Machado:

Isento por esse lado o romance brasileiro, não menos o está de tendências políticas, e geralmente de todas as questões sociais, — o que não digo por fazer elogio, nem ainda censura, mas unicamente para atestar o fato. Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio de imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas. Seus principais elementos são, como disse, a pintura dos costumes, e luta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e dos caracteres; com esses elementos, que são fecundíssimos, possuímos já uma galeria numerosa e a muitos respeitos notável.¹⁹⁰

Não apenas a política se faz ausente, como as questões sociais. Seria isso, para Machado um *erro*? Essa isenção a questões políticas e sociais por parte dos literatos, no caso dos romancistas, bate de frente com as concepções machadianas de uma literatura nacional? Se olharmos suas concepções referentes a *Crítica, O presente o passado e o futura da literatura*, talvez sim. Porém, passados esses anos percebemos Machado buscando e defendendo uma maior separação entre a literatura e o político, *faces bem distintas da sociedade civilizada*. A idéia do *sentimento íntimo* traz uma preocupação muito maior com a vida cotidiana, com a sociedade que os cercam, com a realidade, mas tentando se separar do lado político dessa. Como afirma Ricardo Salles:

Foi ainda Machado de Assis que explicitou o desencanto e o esgotamento característico desse novo momento. Ele, que já ironizara as idéias de progresso e fé num futuro radiante, passou a propor uma literatura que se

190 Id. Ibidem. p. 805-806.

afastasse dos grandes debates políticos. Ao comentar as características da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis dizia que esta deveria ser como uma “torre de marfim” em que os acadêmicos “... podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora”.¹⁹¹

Mas, será mesmo que haveria ou poderia há ver uma literatura que alcançasse tamanha isenção? Essas pinturas dos quadros da natureza, dos costumes, das paixões não estariam direta ou indiretamente engajadas nessa questão maior, política, cultural, social da construção de uma identidade nacional? Talvez o tema pudesse ser excluído, mas o seu envolvimento com essa quem sabe não.

Para finalizar seu pequeno panorama sobre a situação do romance, Machado não perde a oportunidade de, mais uma vez, ressaltar a importância da crítica. Em suas palavras:

Em resumo, o romance, forma extremamente apreciada e já cultivada com alguma extensão, é um dos títulos da presente geração literária. Nem todos os livros, repito, deixam de se prestar a uma crítica minuciosa e severa, e se a houvéssemos em condições regulares creio que os defeitos se corrigiriam, e as boas qualidades adquiririam maior realce. Há geralmente viva imaginação, instinto do belo, ingênua admiração da natureza, amor às coisas pátrias, e além de tudo isto agudeza e observação. Boa e fecunda terra, já deu frutos excelentes e os há de dar em muito maior escala.¹⁹²

Do romance a poesia, da poesia ao teatro e, por fim a língua. Acerca da poesia e do teatro, nada, além de uma descrição da situação de cada uma delas, é o que Machado nos propicia. Para encerrar seu texto crítico, a língua, excessivamente influenciada pela língua francesa, encerra o texto. Como ressalta Machado:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de

191 Id. Ibidem. p. 22.

192 Id. Ibidem. p. 806.

quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito, a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

A dinâmica da língua, inevitável, seja pela influência estrangeira, que para Machado a prejudica, seja pela sua transplantação para a América, neste último caso, faz da nossa língua, estrangeira por origem, uma fala nacional. Nacional pelos novos elementos, pela sua modificação, pelo seu acento, como destacou Varnhagen. Ou, como ressalta Salles, referindo-se ao período colonial: “Parte da definição de uma singularidade colonial era a existência de uma variante nacional brasileira da língua portuguesa, seja pela preservação de elementos quinhentistas no ambiente rural isolado, seja pela influência africana e indígena.”¹⁹³ E porque não, pelos galicismos e anglicanismos que tanto injetam sua cultura, seu vocabulário e suas expressões em nossa língua, em nossos escritos, em nossas vidas. Porém, para Machado, essas influências devem ter um limite e os solecismos devem ser evitados.

Com as últimas palavras dessa sua crítica sobre a *Notícia da atual literatura brasileira*, Machado, e nós, encerramos essa viagem pela literatura brasileira, ou que assim se quer. Deixemos o Bruxo do Cosme Velho falar:

Aqui termino esta notícia. Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro.¹⁹⁴

Da cor local ao sentimento íntimo. Essa viagem no tempo nos transporta à cenários distintos, em que a literatura brasileira se desenvolve, se faz e refaz. Nesse processo de eterna construção, que insiste em nunca se consolidar, Machado nos proporcionou pistas que, se não foram suficientes para solucionar o caso, nos indicou caminhos possíveis para tão complexa investigação. Para finalizar, àqueles interessados em descobrir as

193 Id. Ibidem. p. 79.

194 Id. Ibidem. p. 809.

possibilidades do que poderia ser uma literatura brasileira aos moldes oitocentista, sigam os conselhos de Machado. Deixem a pena correr, partam de um certo sentimento, fiem-se em um certo *instinto* e pintem com cores locais páginas e mais páginas de uma literatura que, pelo menos hoje, podemos dizer ser brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de nossa aventura. E, como planejado, não colocaremos pontos finais, nem tiraremos conclusões. Muito mais que certezas, nosso trajeto nos instigou a possibilidades de percorrer novos caminhos, de nos adentrarmos ainda mais nos escritos de Machado de Assis, talvez assim, consigamos vislumbrar novas respostas à infinidade de perguntas que se abriram. Quiçá, seja isso o mais provável, o surgimento de novas questões.

Se o discurso de Machado não reflete de maneira fidedigna as pretensões, ou melhor, as diretrizes do *projeto nacional*, nosso autor, como *homem de seu tempo*, não se furtou a tais preocupações. A literatura oitocentista, e mais especificamente, as Crônicas e Críticas de Machado, refletem essa *vontade*, essa *busca* pelo nacional. Se não chegamos a um conceito bem delimitado sobre o que o nosso autor entende por literatura nacional, muitas pistas nos foram deixadas. Talvez, essa *falta* de uma conceitualização demonstre o caráter dinâmico da literatura, da identidade.

Dinamismo esse que se reflete na noção futura que Machado expressa em relação à consolidação da literatura brasileira. Futuro esse que se construiria como residência de uma literatura, que teria no presente, tendo como referência o século XIX, o berço no qual estaria o *germe* de nossa literatura. E, se essa literatura ainda dava os seus primeiros passos, nada mais normal que essa tivesse um regente. Um regente que se encarna na figura do Crítico. Figura essa que seria o grande responsável pela nossa literatura, pelos nossos literatos e, principalmente, pela Nova Geração.

Uma ainda jovial geração de futuros romancistas, poetas, críticos. Literatos que, se bem tutelados, guiados pelos faróis seguros de uma boa crítica literária, seriam a garantia de um futuro, de um tempo em que, por fim, poderíamos ter uma literatura brasileira. Caberia a confluência desses dois grupos, críticos e novos literatos, sem perder de vista os Clássicos, a construção de uma literatura brasileira.

Porém, não apenas de críticos e literatos se faz uma literatura. Uma literatura que se quer nacional, faz-se de seu povo, de seus costumes, de sua gente. *Mas quem somos nós?* Somos brancos, filhos de portugueses,

herdeiros de uma tradição ibérica? Somos rebentos das senzalas, dos fortes braços dos negros e negras que, com seu labor, sustentaram nosso país, sejam nos canaviais ou nas lavouras de café? Ou seríamos nós herdeiros daqueles que aqui se encontravam quando os primeiros portugueses aqui desembarcaram, os índios? Talvez fossemos nós filhos de Iracema, de Irapuã e Poti? Pelos porta-vozes imperiais – sócios do IHGB – seríamos formados por essas três raças: brancos, negros e índios, que, do seu encontro, da sua mescla, surgiria a população do nosso país, cuja história, por esses motivos, seria tão particular.

Particularidade histórica essa que também deveria se refletir em nossa literatura. Para Machado, se a civilização brasileira não está ligada ao elemento indígena, esses seriam apenas matéria de poesia. Aqui o discurso machadiano rompe com o do IHGB, para essa instituição, influência, para Machado, matéria. Matéria que traria o belo, que daria cor, e *cor local*. O índio seria como um elemento da natureza, da natureza americana, sinônimo de originalidade, pelo menos para Varnhagen.

A cor local, se sozinha não caracterizaria a literatura brasileira, pelo menos nos separaria da literatura portuguesa. Era preciso romper com os *grilhões* que nos acorrentavam pelos tornozelos ao nosso passado colonial, em um tempo em que a indiferença e o despotismo inoculavam o medo e o terror nas fibras de uma raça heróica. A cor local traria feições à nossa literatura, daria cores tropicais aos nossos versos, transformaria nossos romances em aquarelas.

E os negros? Seriam seus costumes, suas tradições, seus cânticos, suas histórias elementos do belo? Trariam certa cor local à nossa literatura? Para Machado, o *elemento* negro surge interpretando seu papel de escravo, centro do dilema liberdade e propriedade, alvo de disputas e interesses. Figuraria como personagem secundário, quase como simples elemento de cenário e, talvez pela sua cor, gostariam alguns que nem assumisse o papel de figurante, nem o de cenário.

Então quem seria o protagonista dessa identidade nacional? Se não podemos afirmar categoricamente que para essa função o branco seja o ator ideal, ou melhor, exclusivo, não se pode negar o papel de destaque que esse tem reservado nas páginas da nação.

O elemento branco aparece como o exemplo a ser seguido, o ideal a ser alcançado. Afinal, o civilizado, ou o modelo de civilização, de nação, que se quer, vem da Europa, vem dos costumes franceses, das leis inglesas. E esses costumes, essa cultura, essas leis, essa superioridade, que se busca, materializa-se no homem branco. E esse é um desejo que talvez tenha reflexo no modelo de substituição de mão de obra em fins do século XIX, com a preferência da vinda de imigrantes europeus em detrimento dos asiáticos.

Branco, negro e índio, protagonistas, figurantes e cenário. O palco está montado pela nova geração, a direção está entregue às mãos da crítica, mas parece que ainda falta algum elemento que nos complete. Talvez nos falte certo instinto, *instinto de nacionalidade*. Quiçá fosse certo sentimento, algo que nos tornasse homens de nosso tempo, de nosso país. Elemento esse que começa a brotar entre os jovens literatos, que os fazem perceber na vida cotidiana, nos costumes do passado colonial, nas casas grandes, nas ruas do Rio de Janeiro, os rudimentos de nossa literatura que, aliado a certo sentimento que o torna único, que o faz se perceber enquanto brasileiro, fariam surgir, num futuro, já não tão mais distante, a nossa literatura nacional.

Sabemos que essa visão não é um consenso entre os literatos da época. E nos parece que eles nunca chegaram a um. As idéias sobre nossa nacionalidade, sobre nossa identidade, mesmo dentro das críticas e crônicas de Machado, não seguem um rumo único, não têm um significado certo, não se restringem a uma definição. As próprias fontes por nós analisadas mostram essa diversidade, essa pluralidade de percepções sobre o tema, que, contrariando o desejo de Machado, teima em nunca se concretizar, mantêm-se em eterna mudança, se faz, refaz e desfaz a cada instante.

E é nessa pluralidade de percepções que a literatura contribuiu e tem contribuído para a eterna construção de uma identidade brasileira, de uma literatura brasileira, de uma nação brasileira de um país chamado Brasil.

FONTES IMPRESSAS

ASSIS, Machado de. Crítica: O passado, o presente e o futuro da literatura. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 785– 789.

_____. Crítica: O Ideal do crítico. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 798 – 801.

_____. Crítica: Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 801 - 809.

_____. Crítica: A nova geração. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 809 – 836.

_____. Crítica: Propósito. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 841 - 843.

_____. Crítica: José de Alencar: Iracema. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 849 - 852.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 1 de julho de 1876 V. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 338– 339.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 15 de agosto de 1876 III. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 344– 345.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 15 de setembro de 1876 II. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 346 – 347.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 15 de setembro de 1876 IV. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 347 – 348.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 1 de outubro de 1876 VIII. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 352.

_____. Crônica: História dos Quinze dias. 15 de março de 1877 I. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 361 – 362.

_____. Crônica: Notas semanais. 4 de agosto de 1878 IV. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 398.

_____. Crônica: Balas de Estalo. 2 de julho de 1883. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 413 – 414.

_____. Crônica: Balas de Estalo. 30 de janeiro de 1885. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 438 – 439.

_____. Crônica: Balas de Estalo. 23 de novembro de 1885. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 478 – 479.

_____. Crônica: Bons Dias. 19 de maio de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 489 – 491.

_____. Crônica: Bons Dias. 28 de outubro de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 502 – 503.

_____. Crônica: Bons Dias. 7 de março de 1889. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 517 – 519.

_____. Crônica: A Semana. 25 de novembro de 1894. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 632 – 635.

_____. Poesia: Americanas. José Bonifácio. In: COUTINHO, Afrânio (Org). **Machado de Assis: Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. p. 125 – 126.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp, von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

ROMERO, Sílvio. **Compêndio de história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997.

CHALHOUB, Sidiney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a República: momentos decisivos.** São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DUBY, George. **Diálogos sobre a nova história.** Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil,** São Paulo: Edusp, 2001.

GLEDSON, John. A história do Brasil em Papeis Avulsos de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidiney (Org) **A história contada: capítulos e história social da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 15-33.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 05-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, Eric John. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi.** Vol I, Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1985.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. O Cânone literário e história da literatura em Varnhagen. In: **PÓS-História: Revista de PÓS-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista) Assis**, SP: Arte&Ciência Editora, 2001, p. 125-159.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (Org). **O estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999, p 09-32.

REIS, José Carlos. Brasilidades mil. In. ARREGUY, Clara (org) **Pensar Brasil**. Belo Horizonte: C/Artes; Estado de Minas, 2000.

RONCARI, Luiz. Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 241-258, jul./dez. 2005.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. Gente da terra braziliense da nação. Pensar o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira: De Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

WEBER, João Hernesto. **A nação e o paraíso. A construção de nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.